



APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2021

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68
GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....	136
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	143
ANEXOS	162
Abreviaturas.....	163
Índice de tabelas – Relatório de Gestão	165

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Conselho de Administração

A APDL, enquanto empresa do Setor Empresarial do Estado que tem como missão a administração dos portos de Leixões e Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro, visando a respetiva exploração económica, conservação e desenvolvimento, reconhece o seu papel fundamental no desenvolvimento económico da Região, do País e do tecido empresarial da área de influência.

A APDL tem como um dos seus objetivos estratégicos o reforço da dinâmica de desenvolvimento portuário sustentável, suportado numa gestão portuária adequada na perspetiva ambiental, de modo a assegurar a transição energética, a diminuição da pegada ambiental e uma melhor integração na envolvente.

DESEMPENHO E CRIAÇÃO DE VALOR

No ano 2021, ainda decorrente da interrupção da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos, verificou-se uma quebra de atividade do sistema portuário gerido pela APDL, com um movimento global de mercadorias de 15,6 milhões de toneladas.

Os significativos crescimentos verificados nos restantes segmentos de mercado, nomeadamente na carga geral e nos granéis sólidos, não conseguiram superar o agravamento da retração verificada no segmento dos granéis líquidos.

Destacam-se os crescimentos verificados na carga geral fracionada e granéis sólidos, respetivamente de 30% e de 16% relativamente ao ano anterior, bem como os desempenhos verificados no Ro-Ro, com um movimento superior a 1,5 milhões de toneladas, reforçando a posição do porto de Leixões como o maior porto nacional neste tipo de tráfego, e na carga contentorizada, com um movimento superior a 7,1 milhões de toneladas e a 700 mil TEU, evidenciando o posicionamento do porto de Leixões a nível nacional na carga contentorizada de “*hinterland*”.

Esta evolução permitiu uma recuperação do volume de negócios da APDL, em 2021, para 52,6 milhões de euros. Contudo, o aumento dos gastos operacionais, resultado da subida generalizada de preços, implicou uma redução do EBITDA, que se fixou nos 29,2 milhões de euros e do resultado líquido da Empresa, que atingiu os 6,1 milhões de euros.

Num mundo em mudança e em transição, acreditamos que juntos criamos mais valor.

Estamos a privilegiar um conjunto de parcerias colaborativas no sentido de evoluir a forma de fazer negócio, nomeadamente ao nível da integração logística e intermodalidade ferroviária e a promover a desejada descarbonização e transição energética.

EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O investimento no Prolongamento do Quebra-mar exterior do porto de Leixões e na Melhoria das Acessibilidades Marítimas foi iniciado em maio de 2021 e encontra-se em curso.

Este investimento permitirá a entrada de navios de maior dimensão, o aumento da segurança e a melhoria das condições de operação portuária, bem como a criação de condições para o arranque do investimento privado no Novo Terminal de Leixões, gerando o aumento da capacidade portuária no segmento da carga contentorizada.

Este investimento, previsto na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, em conjugação

com o desenvolvimento de projetos transversais aos portos portugueses como a JUL – Janela Única Logística e desenvolvimento de Portos Secos, como o da Guarda, permitirão contribuir para um aumento da competitividade, qualidade, fluidez e eficiência operacional e uma melhoria do desempenho ambiental das soluções logísticas na movimentação de mercadorias.

Num contexto espacial mais amplo, a APDL vem afirmando a estratégia de promoção da ferrovia no contexto operacional do porto de Leixões, com evidentes ganhos ambientais e logísticos, potenciando a intermodalidade no transporte de mercadorias e favorecendo o tecido empresarial e industrial da região e do país.

Nesse sentido, será particularmente relevante a promoção da movimentação de mercadorias por ferrovia no interface portuário com as empresas que usufruem de acesso ferroviário às respetivas instalações, bem como o desenvolvimento do Terminal Ferroviário de Leixões na perspetiva do interface ferro-portuário e o desenvolvimento de portos secos de retaguarda de que é exemplo, o projeto na Guarda.

Um passo relevante foi recentemente conseguido com a atribuição à APDL das competências de gestora de infraestrutura ferroviária relativamente ao terminal ferroviário da Guarda.

CAPITAL HUMANO

Para responder aos novos desafios e às novas áreas emergentes foi promovida a revisão da macroestrutura da empresa, nomeadamente no âmbito da definição e execução estratégica, através do reforço das áreas relativas ao Desenvolvimento e Sustentabilidade, Relações Institucionais e Negócios, Segurança e Gestão e Manutenção de Terminais Ferroviários.

Agradecemos a dedicação ímpar de todos os colaboradores, operadores portuários e atores das comunidades portuárias de Leixões, de Viana do Castelo e do Conselho de Navegabilidade do Douro, os quais têm contribuído para a excelência operacional e para a antecipação das necessidades dos clientes.

O centro de formação da APDL também apresenta novas valências, nomeadamente os simuladores que permitem promover competências de pilotagem de navios e embarcações e de equipamentos de movimentação portuária em ambiente virtual.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Conforme evidenciado na Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Estratégico da APDL e suas unidades de negócio, será necessário promover o desenvolvimento sustentável a longo prazo, tendo em consideração os Fatores Críticos de Decisão identificados: relação estratégica porto-região, interface porto-cidade e sustentabilidade na inovação.

Consideramos o vetor da sustentabilidade crítico a curto, médio e longo prazos, sendo necessário responder aos desafios colocados:

- A nível europeu, pelo Pacto Ecológico Europeu, no domínio da mobilidade sustentável;
- A nível nacional, através do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050).

O *Road Map* para a descarbonização e transição energética foi concluído em 2021, no âmbito do projeto *Ealing – European flagship Action for CoLD ironING in ports*, em comparticipação pela Comissão Europeia, através do Mecanismo Interligar Europa (*CEF – Connecting Europe Facility*) e permitiu elaborar o plano de ação para a neutralidade carbónica do porto de Leixões em 2035, que inclui a eletrificação das atividades portuárias, as fontes de energia renováveis, os sistemas

On-shore Power Supply (OPS), o fornecimento de combustíveis alternativos e a digitalização da transição energética.

Encontram-se em curso diversas iniciativas com vista à produção de energia alternativa dentro do ecossistema portuário e portanto ambientalmente mais sustentáveis, de que são exemplo projetos, como a produção de energia das ondas (“Corpower” já instalado em Viana do Castelo), como a produção eólica (“WindFloat” igualmente em Viana do Castelo) e previsto instalar no Terminal Petrolífero de Leixões bem como os pilotos no abastecimento de energia a embarcações nos Cais de Leverinho e do Freixo, na Via Navegável do Douro.

A APDL integrou ainda o projeto *Air Ship* – “Impacto das emissões do transporte marítimo e portuário na qualidade do ar em Portugal: cenários presente e futuro”, tendo como caso de estudo o porto de Leixões, através do qual foi possível melhorar as condições de monitorização das emissões na área portuária.

COMUNIDADES PORTUÁRIAS E INTEGRAÇÃO URBANA

A APDL visa estender a todos os atores do *cluster* portuário a necessidade de mudança no sentido da sustentabilidade, envolvendo os operadores portuários e as instituições públicas, bem como outros atores relevantes do sistema portuário e logístico de mercadorias e passageiros.

Agradecemos a relevante parceria dos Municípios, na procura das melhores soluções tendentes ao desenvolvimento sustentável, num compromisso coletivo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e no apoio ao desenvolvimento portuário e logístico no sentido da identificação das soluções logísticas mais competitivas, indutoras de emprego e crescimento económico.

DESAFIOS FUTUROS

O contexto externo continua a apresentar níveis de incerteza elevados que poderão condicionar o desempenho do *cluster* portuário gerido pela APDL.

A seguir a uma pandemia, da qual ainda estamos a recuperar e que atingiu fortemente alguns segmentos de mercado, nomeadamente o segmento dos cruzeiros no porto de Leixões e o segmento marítimo-turístico da Via Navegável do Douro, paulatinamente em recuperação, e o segmento dos granéis líquidos do porto de Leixões, com o encerramento da Refinaria de Matosinhos, deparamo-nos com a guerra na Ucrânia e a situação decorrente das sanções económicas à Rússia, que pressionam em alta os custos de exploração.

Torna-se assim necessário cuidar da capacidade de gerar os cash-flows necessários face aos investimentos em curso e aos investimentos que são necessários empreender, tendo em consideração a capacidade e comportabilidade de financiamento e de endividamento da empresa.

O sentido é de confiança no futuro e de mobilização para a preparação deste sistema portuário de acordo com os *standards* de qualidade requeridos pelo mercado e pela Rede Transeuropeia de Transportes, com a necessária integração logística, descarbonização e transição energética, em articulação com os *stakeholders* relevantes.

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES

	Unidade	2021	2020	2019
Tráfego Portuário				
Porto de Leixões				
Escalas de Navios	n.º	2 410	2 477	2 575
Total de Carga Movimentada	1000 ton	15 188	17 076	19 556
Movimento de Contentores	TEU	717 954	703 919	685 810
Porto de Viana do Castelo				
Escalas de Navios	n.º	250	202	200
Total de Carga Movimentada	1000 ton	377	357	380
Via Navegável do Douro				
Escalas de Navios	n.º	16	23	25
Total de Carga Movimentada	1000 ton	21	41	45
Passageiros				
Porto de Leixões	n.º	8 941	6 477	88 696
Via Navegável do Douro	n.º	279 137	226 333	1 645 133
Negócios				
Volume de Negócios	€ 1000	52 619	51 938	55 587
Porto de Leixões	€ 1000	48 146	48 123	51 045
Porto de Viana do Castelo	€ 1000	2 948	2 618	2 208
Via Navegável do Douro	€ 1000	1 526	1 198	2 334
Investimento				
Capital Investido	€ 1000	52 367	28 860	13 418
Fundos Próprios	€ 1000	36 722	26 043	6 495
Outros Fundos	€ 1000	15 645	2 817	6 923
Resultados				
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	€ 1000	29 156	34 003	32 978
Resultado Operacional	€ 1000	6 435	9 158	9 327
Resultado Líquido do Período	€ 1000	6 069	6 471	6 257
Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (1)	%	55,4	65,5	59,3
Estrutura Financeira				
Autonomia Financeira (2)	-	0,76	0,79	0,79
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	%	1,6	1,7	1,7

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo

(3) Resultado Líquido/ Capital Próprio

1. A APDL no ano de 2021

- Durante o ano de 2021, o movimento de mercadorias no sistema portuário gerido pela APDL atingiu 15,6 milhões de toneladas, das quais 15,2 milhões de toneladas foram movimentadas no Porto de Leixões. Aquele resultado representa um decréscimo de cerca de 1,9 milhões de toneladas face ao ano anterior, sendo explicado pela quebra de 51% no tráfego de Granéis Líquidos no porto de Leixões em função do encerramento da atividade de refinação na refinaria da Petrogal de Matosinhos.
- Os restantes segmentos de carga registaram comportamentos positivos com crescimentos de 29,8% na Carga Geral Fracionada, 15,9% nos Granéis Sólidos, 14,8% na Carga Ro-Ro e 1,5% na Carga Contentorizada, o que nos dois últimos casos vem reforçar a necessidade em encontrar soluções que permitam acomodar o crescimento futuro daquelas cargas no porto de Leixões.
- No ano em análise foi iniciada a empreitada de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões através do Prolongamento do Quebramar Exterior e do Aprofundamento do Anteporto e da Bacia de Rotação num investimento público superior a 130 milhões de euros que se encontra a ser desenvolvido pela APDL.
- Destacam-se ainda outros investimentos relevantes em curso no Porto de Leixões, nomeadamente a Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte, a Estabilização do Cais da Doca 4 Sul, a criação do Centro Inspetivo e a aquisição de dois rebocadores de 70 toneladas de força.
- O Porto de Leixões continua a ser o segundo porto mais relevante do sistema portuário nacional ao nível movimento global de carga, liderando no segmento da carga roll-on/roll-off.
- Os impactos da pandemia sobre o setor do turismo, em particular na atividade de cruzeiros, ainda se fizeram sentir durante o ano 2021, tendo as restrições impostas ao desembarque de passageiros em portos nacionais apenas sido levantadas durante o mês de maio. A partir desse momento, a atividade de navios de cruzeiro no porto de Leixões observou uma retoma gradual. Assim, em 2021 visitaram Leixões 22 navios de cruzeiro, mais 15 que em 2020, movimentando perto de 9 mil passageiros, o que representa um crescimento de 38% face ao ano transato.
- O movimento de mercadorias no porto de Viana do Castelo atingiu as 377 mil toneladas no ano de 2021, crescendo 5,5% em relação ao ano anterior. Todos os segmentos de carga apresentaram um desempenho positivo face a 2020, com destaque para os Granéis Líquidos, que movimentaram mais 20 mil toneladas do que no ano transato, o que representa um crescimento de 30,2%. A Carga Geral Fracionada e os Granéis Sólidos cresceram 3,2% e 1,6% respetivamente, continuando a ser as tipologias mais relevantes na atividade do porto ao representarem 86% do movimento total.
- Ainda no Porto de Viana do Castelo, o ano 2021 ficou marcado pela conclusão a obra, de Aprofundamento do Anteporto e do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais e Cais do Bugio, num investimento público superior a 20 milhões de euros, o qual irá permitir a entrada de navios de maior dimensão e potenciar a criação de um cluster na indústria naval portuguesa, aumentando a competitividade do porto de Viana do Castelo e contribuindo para a melhoria das condições de segurança e navegabilidade da infraestrutura.

- Após a acentuada quebra ocorrida em 2020, o turismo fluvial na Via Navegável do Douro assinalou, em 2021, uma recuperação da sua atividade. O movimento ao longo do ano totalizou 279 mil passageiros, o que traduz um crescimento de 23% face a 2020. Essa recuperação foi mais notória nos segmentos de Cruzeiros de 1 dia e Cruzeiros em Navio-Hotel que movimentaram, respetivamente, cerca de duas e seis vezes mais passageiros em comparação com o ano transato.
- A APDL tem vindo a efetuar investimentos relevantes nas condições de navegabilidade da VND, nomeadamente no que respeita à melhoria dos sistemas de comunicação, de informação e de segurança. Estes investimentos contribuem para a criação de uma alternativa de transporte sustentável com a qualidade e segurança exigidas a nível europeu e internacional.
- Prosseguindo sua estratégia definida no Roadmap para a Descarbonização e Transição Energética, a APDL colocou em operação em 2021 o Eco-Truck, o primeiro camião elétrico usado diariamente na operação do porto de Leixões, constituindo mais um passo rumo ao objetivo de atingir a neutralidade carbónica da operação portuária até 2035.
- A APDL reafirmou a sua aposta na intermodalidade ferro-marítima como meio privilegiado para reforçar a conexão com o hinterland do porto de Leixões promovendo o crescimento desta infraestrutura portuária e favorecendo a competitividade dos seus clientes. Nesse sentido, tem vindo a dinamizar o projeto do Porto Seco da Guarda pela sua importância na descarbonização da cadeia logística de transporte de mercadorias e o alargamento da zona de influência de Leixões até Espanha. Tal estratégia veio a produzir resultados já no início de 2022 com a atribuição à APDL da gestão do Terminal Ferroviário da Guarda.
- O investimento total da APDL em 2021 cifrou-se em 52,4 milhões de euros, dos quais 8,9 milhões de euros no Porto de Viana do Castelo, 40,9 milhões de euros no Porto de Leixões e 2,5 milhões de euros na Via Navegável do Douro.

Apesar dos efeitos da pandemia os indicadores económico-financeiros da APDL em 2021 apresentaram uma evolução que evidencia um desempenho positivo, destacando-se o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos de 29,2 milhões de euros e o Resultado Líquido superior a 6 milhões de euros. Ainda assim, e apesar destes indicadores, o EBITDA, utilizado para avaliar a capacidade da APDL gerar recursos a partir da sua atividade operacional, atingiu os 18,5 milhões de euros, o que reflete um decréscimo de 12,7% face a 2020.

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Após a forte contração registada em 2020, em resultado das medidas restritivas de contenção da pandemia, o ano 2021 caracterizou-se pela recuperação da atividade económica, não obstante alguns constrangimentos resultantes da escassez da oferta de bens intermédios e dos estrangulamentos nas cadeias de transporte de mercadorias.

De acordo com a informação publicada no Boletim Económico de março de 2022 do Banco de Portugal, em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu 4,9%, sendo esse crescimento comum a todas componentes da despesa, embora com diferentes ritmos.

Assim, as Exportações registaram um crescimento de 13% com destaque para as exportações de serviços, em particular de turismo, em consequência do levantamento das restrições à mobilidade internacional.

A Procura interna apresentou igualmente uma evolução positiva, aumentando 5%, contando com os crescimentos de 4,4% do Consumo Privado, de 5% do Consumo Público e de 6,1% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Contudo, o contributo daqueles agregados para o crescimento do produto foi superior ao nível da Procura Interna (51%) do que ao nível das Exportações (49%).

Consequentemente, a Taxa de Desemprego registou, em 2021, uma redução de 0,2 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, atingindo os 6,6%.

A inflação voltou a valores positivos, após a diminuição observada no ano anterior, tendo o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) crescido 0,9%, impulsionado pelo aumento do preço dos bens energéticos que registaram um incremento de 7,5%.

Neste contexto macroeconómico, o porto de Leixões alcançou em 2021, um movimento de 15,2 milhões de toneladas, 11,1% abaixo do registado no ano anterior. Tal desempenho justifica-se exclusivamente pela diminuição do tráfego de Granéis Líquidos em virtude do encerramento da atividade de refinação da Petrogal na sua refinaria de Matosinhos. Todos os outros segmentos de carga viram a sua movimentação aumentar face a 2020, destacando-se a Carga Geral Fracionada (+29,8%) e os Granéis Sólidos (+15,9%).

O movimento no porto de Viana do Castelo registou um aumento de 5,5%, atingindo as 377 mil toneladas no período. Destaca-se o comportamento do segmento dos Granéis Líquidos, que com um incremento de 30,2% face a 2020, foi o principal impulsionador do crescimento observado naquela infraestrutura portuária durante o período em análise.

A Via Navegável do Douro alcançou um movimento de mercadorias de 20,5 mil toneladas em 2021, o que representa uma diminuição de 50,3% em relação ao ano transato. A atividade marítimo-turística registou, naquela via fluvial, um crescimento de 23,3% face a 2020, totalizando cerca de 279 mil passageiros.

1.2. Tráfego Marítimo

1.2.1. Movimento de Navios

Em 2021, escalaram o Porto de Leixões 2 410 navios, representando um decréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior. Na arqueação bruta registou-se uma diminuição de 6,0%.

O Porto de Viana do Castelo foi escalado por 250 navios que totalizaram 859 mil GT. A evolução face ao ano transato foi de 23,8% em número de navios e 4,8% em GT.

O movimento consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo foi de 2 660 navios e 27,8 milhões de GT, que correspondem a evoluções de -0,7% e -5,7%, respetivamente, por comparação a 2020.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

	2021		2020		VARIACÃO	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Porto de Leixões	2 410	26 902	2 477	28 619	-2,7%	-6,0%
Porto de Viana do Castelo	250	859	202	820	23,8%	4,8%
Total	2 660	27 761	2 679	29 439	-0,7%	-5,7%

1.2.2. Movimento Geral de Mercadorias e Mercado Portuário

O movimento consolidado dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 15,6 milhões de toneladas, menos 1,9 milhões toneladas que no ano anterior (-10,7%).

MOVIMENTO TOTAL

Un: 1000 Ton

	2021	2020	VARIACÃO	
			VALOR	%
Porto de Leixões	15 188	17 076	-1 888	-11,1%
Porto de Viana do Castelo	377	357	20	5,5%
Total	15 565	17 433	-1 869	-10,7%

Movimento geral de Mercadorias no Porto de Leixões

O movimento total no Porto de Leixões atingiu 15,2 milhões de toneladas, constituindo uma quebra de quase 1,9 milhões de toneladas face ao total de 2020. Num ano de crescimento em todos os restantes segmentos, a evolução foi determinada pelo grande decréscimo de granéis líquidos, devido ao fim da atividade da refinaria da Petrogal de Leça da Palmeira.

O comércio externo no Porto de Leixões atingiu 11,9 milhões de toneladas em 2021, que significa um decréscimo de 15,5% por comparação a 2020. O movimento nacional registou um crescimento de 10,2%, face ao ano anterior. O peso percentual do comércio externo fixou-se em 78,6%, diminuindo em 4,1 p.p. relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

Un: 1000 Ton

	2021		2020		VARIACÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	6 964	45,9%	8 424	49,3%	-1 460	-17,3%
Exportação	4 975	32,8%	5 703	33,4%	-728	-12,8%
Comércio Externo	11 939	78,6%	14 127	82,7%	-2 188	-15,5%
Movimento Nacional	3 249	21,4%	2 949	17,3%	300	10,2%
Total	15 188	100,0%	17 076	100,0%	-1 888	-11,1%

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos continuaram no topo da tabela, tendo Espanha mantido a segunda posição, enquanto o Reino Unido, Marrocos e Brasil, acenderam à terceira, quarta e quinta posição,

respetivamente. Por outro lado, o Egito desceu da terceira para a décima posição, tendo Angola sofrido uma queda de dez posições no ranking.

PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2021		2020		VARIACÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
PAÍSES BAIXOS	3 515	23,1%	3 226	18,9%	289	9,0%
ESPAÑA	1 437	9,5%	1 561	9,1%	-124	-7,9%
REINO UNIDO	954	6,3%	971	5,7%	-17	-1,7%
MARROCOS	625	4,1%	648	3,8%	-22	-3,4%
BRASIL	580	3,8%	223	1,3%	357	160,3%
BELGICA	542	3,6%	774	4,5%	-232	-30,0%
FRANCA	534	3,5%	634	3,7%	-100	-15,7%
E. UNIDOS AMERICA	301	2,0%	331	1,9%	-30	-9,0%
URUGUAI	282	1,9%	166	1,0%	116	70,3%
EGIPTO	276	1,8%	1 101	6,4%	-825	-75,0%
CHINA	273	1,8%	278	1,6%	-5	-1,7%
IRLANDA	253	1,7%	224	1,3%	29	13,2%
CABO VERDE	201	1,3%	204	1,2%	-3	-1,6%
ANGOLA	174	1,1%	1 049	6,1%	-875	-83,4%
INDIA	129	0,8%	57	0,3%	72	127,7%
OUTROS	1 862	12,3%	2 682	15,7%	-820	-30,6%
COMÉRCIO EXTERNO	11 939	78,6%	14 127	82,7%	-2 188	-15,5%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	3 249	21,4%	2 949	17,3%	300	10,2%
TOTAL	15 188	100,0%	17 076	100,0%	-1 888	-11,1%

As quebras de movimento com o Egito e Angola são devidas essencialmente à acentuada redução da importação de petróleo. Com origem no Egito foram descarregadas 229 mil toneladas, menos 833 mil toneladas que no ano anterior, sendo que não houve qualquer descarga de petróleo com origem em Angola. A ausência de importação de petróleo de Angola significa, por si só, uma redução de 842 mil toneladas do movimento com Angola.

No caso do Brasil e do Uruguai a melhoria no ranking deveu-se essencialmente ao significativo aumento de descarga de estilha com origem naqueles países.

O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 3,5 milhões de toneladas, crescendo 9,0% face ao ano anterior, que se repartiu em 1,7 milhões de toneladas de carga contentorizada e 1,5 milhões de toneladas de carga ro-ro, tendo representado neste último caso praticamente a totalidade do movimento de Leixões.

Em relação aos restantes países, destacam-se as evoluções de movimento com a Irlanda (+13,2%) e Índia (+127,7%).

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2021 um crescimento de 10,2% face ao ano anterior, totalizando 3,2 milhões de toneladas, dividindo-se em 853 mil toneladas no movimento de carga, menos 263 mil toneladas que no ano anterior (-23,6%) e 2,4 milhões de toneladas no movimento de descarga, mais 563 mil toneladas que no ano precedente (+30,7%). O facto mais relevante no mercado nacional foi a profunda alteração na movimentação de produtos refinados anteriormente existente entre os portos de Leixões e

Sines, com a anulação do embarque de produtos refinados com destino a Sines, tendo sido reforçado o desembarque. Por comparação a 2020, movimentaram-se menos 374 mil toneladas ao embarque e mais 418 mil toneladas ao desembarque daqueles produtos.

Movimento geral de mercadorias no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo a carga movimentada totalizou 377 mil toneladas, mais 20 mil toneladas do que em 2020.

O Porto de Viana do Castelo mantém-se como um porto de perfil exportador, apesar de ter diminuído para 62,1% (-10,0 p.p.) a cota da carga exportada. Do total do movimento verificado, 86,3% correspondeu a tráfego internacional, sendo que a carga exportada para os países da União Europeia representou cerca de metade do total do comércio internacional. A maior parte do movimento com portos nacionais continuou a ser a descarga de cimento, que em 2021 foi de aproximadamente 47 mil toneladas.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIAS

Un: 1000 Ton

	2021		2020		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Importação	91	24,1%	77	21,7%	14	17,5%
Exportação	234	62,1%	260	72,9%	-26	-10,0%
Comércio Externo	325	86,3%	338	94,5%	-13	-3,7%
Movimento Nacional	52	13,7%	20	5,5%	32	164,4%
Total	377	100,0%	357	100,0%	20	5,5%

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, Espanha, Reino Unido, Itália e Turquia.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2021		2020		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
PAISES BAIXOS	91	24,3%	106	29,7%	-15	-13,8%
ESPAÑA	78	20,7%	61	17,2%	17	27,4%
REINO UNIDO	36	9,5%	20	5,7%	16	76,7%
ITALIA	33	8,9%	28	7,9%	5	19,2%
TURQUIA	24	6,3%	20	5,5%	4	21,8%
OUTROS	62	16,6%	102	28,6%	-40	-39,0%
COMÉRCIO EXTERNO	325	86,3%	338	94,5%	-13	-3,7%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	52	13,7%	20	5,5%	32	164,4%
TOTAL	377	100,0%	357	100,0%	20	5,5%

1.2.3. Análise do Movimento de Mercadorias

O movimento consolidado por tipo de carga no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA

Un: 1000 Ton

	2021	2020	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Carga Geral Fracionada	1 472	1 169	303	25,9%
Carga Contentorizada	7 112	7004	108	1,5%
Ro-Ro	1 534	1336	198	14,8%
Granéis Sólidos	2 681	2 331	349	15,0%
Granéis Líquidos	2 766	5 593	-2 827	-50,5%
Total	15 565	17 433	-1 869	-10,7%

No ano de 2021 registou-se um crescimento significativo na carga geral fracionada, na carga ro-ro e nos granéis sólidos. Ainda que de forma mais modesta a carga contentorizada registou também uma evolução positiva. Os granéis líquidos foram o único segmento com evolução negativa, que com uma quebra de movimento muito substancial (-50,5%) anulou o desempenho dos outros segmentos e condicionou substancialmente o total do movimento registado no ano.

O gráfico seguinte apresenta a repartição por tipos de carga do movimento de mercadorias consolidado dos portos de Leixões e de Viana do Castelo.



Porto de Leixões

O porto de Leixões registou uma evolução negativa no total de carga movimentada, apesar da evolução positiva em todos os segmentos de carga, à exceção dos granéis líquidos. O fim da atividade de refinação na refinaria de Leça da Palmeira implicou uma redução muito significativa do movimento de petróleo bruto e de produtos refinados, acabando por ter um forte e inevitável impacto no desempenho do porto de Leixões.

A carga contentorizada e a carga roll-on/roll-off tiveram uma evolução positiva em 2021, atingindo novos máximos de carga movimentada.

Em relação ao movimento por setores operacionais, verificou-se um crescimento de 8,5% no tráfego nos Cais Comerciais e um decréscimo de 52,3% nos Terminais Petroléio e Oceânico.

Nos Cais Comerciais movimentaram-se mais 891 mil toneladas do que em 2020, devido, sobretudo, aos contributos da carga geral fracionada, carga ro-ro e granéis sólidos. Nos Terminais Petroléio e Oceânico há a assinalar uma forte quebra de quase 2,9 milhões de toneladas, nomeadamente no movimento de petróleo em bruto e produtos refinados.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS

Un: 1000 Ton

	2021		2020		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Cais Comerciais	12 569	82,8%	11 588	67,9%	981	8,5%
Carga Geral Fracionada	1 297	8,5%	999	5,8%	298	29,8%
Carga Contentorizada	7 112	46,8%	7 004	41,0%	108	1,5%
Carga Ro-Ro	1 534	10,1%	1 336	7,8%	198	14,8%
Granéis Sólidos	2 531	16,7%	2 184	12,8%	347	15,9%
Granéis Líquidos	96	0,6%	66	0,4%	31	46,7%
Terminais Petroléio e Oceânico	2 619	17,2%	5 488	32,1%	-2 869	-52,3%
Total	15 188	100,0%	17 076	100,0%	-1 888	-11,1%

Assim, na análise da cota dos setores operacionais e de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias faz-se notar a perda de 14,9 p.p. dos Terminais Petroléio e Oceânico para os Cais comerciais. Neste contexto de perda de importância dos granéis líquidos, evidenciam-se a carga contentorizada e carga roll-on/ roll-off que aumentaram as cotas para 46,8% (+5,8 p.p.) e 10,1% (+2,3 p.p.), respetivamente. Os granéis sólidos posicionaram-se numa cota de 16,7% (+3,9 p.p.), enquanto a carga geral fracionada obteve uma cota de 8,5% (+2,7 p.p.).

Tipo de Movimento Carga/Descarga

O movimento de carga representou 38,4% do total de mercadorias movimentadas em 2021, diminuindo ligeiramente, relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO

Un: 1000 Ton

MOVIMENTO	2021		2020		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
CARGA	5 828	38,4%	6 819	39,9%	-991	-14,5%
DESCARGA	9 360	61,6%	10 257	60,1%	-897	-8,7%
TOTAL	15 188	100,0%	17 076	100,0%	-1 888	-11,1%

Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -14,5% e -8,7%, respetivamente, em comparação com 2020.

Carga Geral Fracionada

Em 2021 a carga geral fracionada teve um ótimo desempenho no Porto de Leixões, atingindo o valor mais elevado desde há vários anos, ultrapassando o valor de 2020 em quase 300 mil toneladas, traduzindo um crescimento de 29,8%, face ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: CARGA GERAL FRACIONADA

Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2021	2020	VARIACÃO	
			VALOR	%
FERRO/AÇO	616	626	-9	-1,5%
FERRO/AÇO (CHAPA, ARCO)	507	188	319	169,6%
PARALELEPÍPEDOS	54	74	-21	-27,9%
PEDRAS E S/ OBRAS	41	21	19	91,2%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	39	37	2	4,7%
OBRAS DE FERRO E AÇO	23	29	-7	-23,1%
MERCADORIAS DIVERSAS	17	23	-6	-25,3%
TOTAL	1 297	999	298	29,8%

Este tipo de carga mantém-se muito dependente do movimento do ferro/ aço e ferro/ aço (chapa, arco) que somaram 86,7% do movimento total. Notar a evolução do movimento de ferro/ aço (chapa, arco) que registou um crescimento de 169,6%. O ferro/ aço n.d. continua a ser a mercadoria mais movimentada deste segmento, detendo uma cota de 47,5%.

Carga Contentorizada

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões atingiu um novo máximo de 7,1 milhões de toneladas em 2021, superando em 108 mil toneladas o total de 2020, crescendo 1,5%.

Neste tipo de carga destaque para a evolução das matérias plásticas - bruto e obra (+6,5%), dos fios, tecidos e artigos têxteis (+14,1%) e das pedras em bruto (+25,5%).

Em sentido contrário regista-se o decréscimo de movimento de outros produtos das indústrias químicas e conexas (-12,9%) e das mercadorias diversas (-5,7%).

PORTO DE LEIXÕES: CARGA CONTENTORIZADA

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2021	2020	VARIÇÃO	
			VALOR	%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	615	578	37	6,5%
PAPEL E CARTÃO	486	472	14	2,9%
FIOS, TECIDOS E ARTIG. TEXTEIS	327	287	40	14,1%
PEDRAS EM BRUTO	325	259	66	25,5%
MERCADORIA DE GRUPAGEM OU CLASS. INDEFINIDA	290	293	-2	-0,8%
OBRAS DE FERRO E AÇO	222	215	7	3,4%
MÁQUINAS, APARELHOS E S/ PARTES	202	207	-6	-2,7%
PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	169	170	-1	-0,5%
PRODUTOS QUÍMICOS	161	142	19	13,5%
AZULEJOS E MOSAICOS CERÂMICOS	154	124	30	24,1%
BEBIDAS	148	133	15	11,4%
OUTROS PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E CONEXAS	144	165	-21	-12,9%
LEITE E LACTICÍNIOS	135	125	11	8,7%
BORRACHA (BRUTO E OBRA)	115	112	3	2,3%
FERRO/AÇO	104	96	8	8,6%
MERCADORIAS DIVERSAS	2 152	2 283	-131	-5,7%
TARAS	1 362	1 344	18	1,3%
TOTAL	7 112	7 004	108	1,5%

Carga Roll-on/ Roll-off

O tráfego Roll-on/Roll-off deu continuidade à tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, superando a barreira de 1,5 milhões de toneladas pela primeira vez. Em 2021 superou em 198 mil toneladas o máximo do ano anterior, atingindo um crescimento de 14,8%.

Todas as principais mercadorias deste segmento, à exceção dos produtos químicos, registaram crescimento.

PORTO DE LEIXÕES: TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2021	2020	VARIÇÃO	
			VALOR	%
MATÉRIAS PLÁSTICAS (BRUTO E OBRA)	261	201	60	29,7%
MERCADORIA DE GRUPAGEM OU CLASS. INDEFINIDA	189	154	35	22,8%
OBRAS DE FERRO E AÇO	178	123	55	44,6%
PRODUTOS QUÍMICOS	109	155	-46	-29,5%
AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS TERRESTRES E S/ PARTES	103	82	21	26,1%
OUTROS PRODUTOS DAS INDÚSTR. QUÍMICAS E CONEXAS	71	66	5	7,9%
MOBILIÁRIO	69	64	5	8,5%
MERCADORIAS DIVERSAS	403	343	59	17,3%
TARAS	150	148	2	1,7%
TOTAL	1 534	1 336	198	14,8%

Granéis Sólidos

O movimento de granéis sólidos no Porto de Leixões em 2021 ultrapassou 2,5 milhões de toneladas, aumentando em 347 mil toneladas, face ao total obtido no ano anterior, resultando num crescimento de 15,9%.

Pela positiva há a ressaltar a evolução da estilha e pellets e do milho com crescimentos de 124,2% e 46,6%, respetivamente, face a 2020. Em sentido inverso destaca-se a evolução de -17,5% da sucata de ferro e de -14,6% do açúcar.

PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS SÓLIDOS

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2021	2020	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
ESTILHA E PELLETS	795	355	440	124,2%
SUCATA DE FERRO	554	671	-117	-17,5%
TRIGO	410	446	-36	-8,2%
MILHO	179	122	57	46,6%
PARALELEPÍPEDOS	135	153	-18	-11,9%
AÇÚCAR	126	148	-22	-14,6%
MERCADORIAS DIVERSAS	332	289	43	15,0%
TOTAL	2 531	2 184	347	15,9%

Granéis Líquidos

O movimento de granéis líquidos no Porto de Leixões, que já havia sofrido uma diminuição muito significativa no ano anterior, registou em 2021 uma quebra ainda superior de quase 2,9 milhões de toneladas, correspondendo a um decréscimo de 51,1%.

PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS

Un.: 1000 Ton

LOCAIS	2021	2020	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Terminais Petroléiro e Oceânico	2 619	5 488	-2 869	-52,3%
Cais Comerciais	96	66	31	46,7%
Total	2 715	5 554	-2 839	-51,1%

No conjunto dos postos do Terminal Petroléiro e Terminal Oceânico o movimento de 2021 foi 52,3% inferior ao do ano anterior, tendo o movimento de granéis líquidos nos cais comerciais registado um acréscimo de 46,7%.

O desempenho dos granéis líquidos é consequência da decisão de terminar a atividade de refinação na refinaria de Leça da Palmeira que provocou uma drástica redução de petróleo em bruto descarregado em Leixões e do embarque de produtos refinados. O movimento de petróleo em bruto foi de apenas 245 mil toneladas, -90,6% face a 2020, que pode ser considerado residual por comparação aos valores históricos. Os produtos refinados registaram uma diminuição de 12,6% no movimento total, sendo que ao embarque registaram uma quebra de 856 mil toneladas, por comparação a 2020 (-72,4%) e ao desembarque um aumento de 542 mil toneladas (+43,2%).

A evolução positiva dos gases de petróleo liquefeitos e do alcatrão e betume de petróleo acaba por não ter impacto significativo na evolução dos granéis líquidos.

PORTO DE LEIXÕES: GRANÉIS LÍQUIDOS

Un.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2021	2020	VARIACÃO	
			VALOR	%
PRODUTOS REFINADOS DIVERSOS	2 153	2 463	-310	-12,6%
PETRÓLEO EM BRUTO	245	2 606	-2 361	-90,6%
GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS	135	128	7	5,3%
PRODUTOS AROMÁTICOS	109	262	-153	-58,4%
ALCATRÃO, BETUME DE PETRÓLEO	67	40	26	64,8%
ÓLEOS MINERAIS	7	55	-48	-88,1%
Total	2 715	5 554	-2 839	-51,1%

Movimento de contentores

Em 2021 movimentaram-se no Porto de Leixões quase 718 mil TEU, um pouco mais 14 mil TEU que no ano anterior (+2,0%), fixando um novo máximo na atividade de contentores. Em número de contentores ultrapassou os 433 mil, superando em quase 8 mil unidades o movimento de 2020 (+1,8%), e que constituiu também um novo máximo.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES

CONTENTORES	2021			2020			VARIACÃO %	
	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU	Peso % N.º	N.º	TEU
Cheios	338 635	569 593	78,2%	327 671	548 654	77,0%	3,3%	3,8%
Vazios	94 434	148 361	21,8%	97 640	155 265	23,0%	-3,3%	-4,4%
Total	433 069	717 954	100,0%	425 311	703 919	100,0%	1,8%	2,0%

O rácio de contentores cheios/vazios foi de 3,6 em número de contentores e de 3,8 em TEU, aumentando em ambos os casos, face ao ano anterior.

Movimento de contentores por dimensão

Na análise do movimento dos contentores por dimensão constata-se um crescimento semelhante em todas as categorias e uma distribuição por cotas praticamente inalterada, face ao ano anterior.

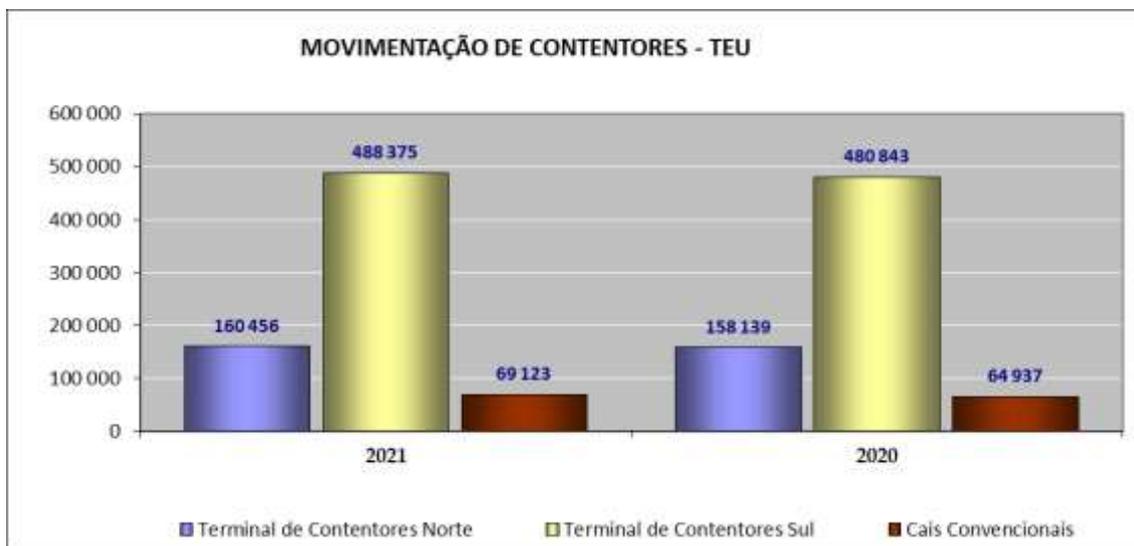
PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE CONTENTORES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2021		2020		VARIACÃO %
	N.º	Peso %	N.º	Peso %	
Contentores de 20'	153 045	35,3%	150 143	35,3%	1,9%
Contentores de 40'	224 246	51,8%	220 520	51,8%	1,7%
Contentores com outras dimensões	55 778	12,9%	54 648	12,8%	2,1%
Total	433 069	100,0%	425 311	100,0%	1,8%

Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2021 mais 9 849 TEU do que no ano anterior, ou seja, +1,5%. A soma do movimento do TCS e TCN representou 90,4% do tráfego total de contentores, reduzindo a sua cota em 0,4 p.p. face ao ano anterior.

No conjunto dos cais convencionais movimentaram-se 69 123 TEU, dos quais 68 999 corresponderam ao movimento de contentores ro-ro no Terminal Multiusos. O movimento no Terminal Multiusos registou um crescimento de 6,6%, por comparação com o ano anterior e atingiu uma cota de 9,6%.

Porto de Viana do Castelo

Na análise por segmentos de carga relativa ao movimento no Porto de Viana do Castelo, constata-se a grande importância da carga fracionada e dos granéis sólidos que representam em conjunto 86,4% do movimento total.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Un.: 1000 Ton

	2021		2020		VARIÇÃO	
	VALOR	PESO %	VALOR	PESO %	VALOR	%
Carga Geral Fracionada	176	46,6%	170	47,7%	5	3,2%
Carga Contentorizada	0	0,0%	0	0,0%	0	11,0%
Granéis Sólidos	150	39,8%	148	41,3%	2	1,6%
Granéis Líquidos	51	13,6%	39	11,0%	12	30,2%
Total	377	100,0%	357	100,0%	20	5,5%

No Porto de Viana do Castelo todos os segmentos de carga registaram evolução positiva. Movimentaram-se 176 mil toneladas de carga fracionada, significando um crescimento de 3,2%, face a 2020. As principais mercadorias movimentadas em carga fracionada foram papel e cartão, madeira em bruto e serrada e máquinas, aparelhos e suas partes.

O movimento de granéis sólidos atingiu 150 mil toneladas, crescendo 2 mil toneladas (+1,6%), por comparação com o ano anterior. As mercadorias mais movimentadas foram cimento, gesso e cal e minérios, escórias e cinzas, com evoluções de +195,5% e +70,9%, respetivamente, e outros minerais que registaram um decréscimo de 21,2%.

O movimento de granéis líquidos totalizou 51 mil toneladas, quase mais 12 mil toneladas que em 2020 (+30,2%), continuando o alcatrão e betume de petróleo a ser a única mercadoria movimentada.

1.2.4. Movimento de Passageiros

À semelhança do que aconteceu no ano anterior, também em 2021 se fez sentir o enorme impacto no setor do turismo e da indústria dos cruzeiros em particular, da pandemia SARS-CoV-2 pelo impedimento do tráfego de passageiros dos navios de cruzeiro, que paralisou o setor até à parte final do terceiro trimestre. No porto de Leixões apenas se recuperou uma relativa normalidade na atividade dos cruzeiros nos últimos meses do ano, ficando comprometida a recuperação do setor.

O movimento de passageiros no Porto de Leixões cresceu, apesar de tudo, em 2021 para 8 941 passageiros, o que representa uma evolução de +38,0%, relativamente ao ano anterior. Em 2021 escalaram Leixões 22 navios de cruzeiro.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2021	2020	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Desembarque	265	137	128	93,4%
Embarque	422	140	282	201,4%
Trânsito	8 254	6 200	2 054	33,1%
Total	8 941	6 477	2 464	38,0%
Número de navios	22	7	15	214,3%

No porto de Viana do Castelo registou-se um movimento de 17 passageiros em 2021.

1.2.5. Movimento de Pescado

Em 2021, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 20 307 toneladas, mais 11 518 toneladas do que no ano anterior (+131,1%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2020 foi de -9,8% e +51,7%, respetivamente.

MOVIMENTO DE PESCADO

Un: ton

PORTOS DE PESCA	2021	2020	VARIÇÃO	
			VALOR	%
Leixões	20 307	8 788	11 518	131,1%
Afurada	5	5	-1	-9,8%
Viana do Castelo	1 820	1 200	620	51,7%
Total	22 131	9 993	12 138	121,5%

1.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

1.3.1. Movimento de Mercadorias e Navios Comerciais

Em 2021, escalaram os portos do Douro 16 navios comerciais, menos 7 navios do que no ano anterior, sendo que todos atracaram no porto da Várzea.

NAVIOS COMERCIAIS

	2021		2020		VARIACÃO %	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	16	22 899	23	36 179	-30,4%	-36,7%

Em 2021 o movimento de mercadorias no porto da Várzea totalizou 20 545 toneladas, menos 4 911 toneladas do que no ano anterior (-19,3%). Não houve qualquer movimento no porto da Sardoura.

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

Un: Ton

PORTOS	2021	2020	VARIACÃO	
			VALOR	%
Várzea do Douro	20 545	25 455	-4 911	-19,3%
Sardoura		15 902	-15 902	-100,0%
Total	20 545	41 357	-20 812	-50,3%

1.3.2. Movimento de Passageiros

Tal como aconteceu no movimento marítimo também no turismo fluvial a pandemia SARS-CoV-2 teve semelhante impacto negativo, impedindo a recuperação do turismo fluvial de passageiros da Via Navegável do Douro.

O número de passageiros na VND registou um crescimento de 23,3%, relativamente ao ano anterior, ultrapassando os 279 mil passageiros, mas ficando ainda muito distante dos valores dos anos anteriores à pandemia.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

Un: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2021	2020	VARIACÃO	
			VALOR	%
Cruzeiros na mesma albufeira	160 883	174 940	-14 057	-8,0%
Cruzeiros de 1 dia	74 438	36 174	38 264	105,8%
Cruzeiros em Navio-Hotel	33 307	5 241	28 066	535,5%
Embarcações de Recreio	10 509	9 978	531	5,3%
Total	279 137	226 333	52 804	23,3%

1.4. Terminal de Cruzeiros

No Porto de Leixões, a atividade do Terminal de Cruzeiros, que até 2019 vivia numa rota sustentada de crescimento, merecendo a confiança das mais prestigiadas companhias de cruzeiro de nível mundial, sofreu em 2020 um duro revés pelas razões manifestamente conhecidas, situação que se manteve no primeiro semestre de 2021. Durante o último ano, os cruzeiros retomaram gradualmente a sua atividade, mas ainda muito longe dos números que se previam atingir antes da pandemia.

Em 2021, a atividade de cruzeiros em Leixões teve início a 25 de julho quando recebeu o primeiro navio pós pandemia. Foi a primeira de um total de 4 escalas inaugurais tendo, ao todo, recebido a visita de 22 navios de cruzeiro e 8.941 passageiros.

No que se refere à promoção internacional da atividade, estava prevista a habitual participação de Leixões na Seatrade Cruise Global, a principal feira de cruzeiros a nível mundial, que se realiza todos os anos nos E.U.A., em conjunto com os restantes portos nacionais, sob a marca Cruise Portugal e que não se veio a confirmar devido à situação epidemiológica.

O Porto de Leixões é ainda membro da Cruise Europe e da Med Cruise, apostado ativamente na promoção de Leixões enquanto porto de cruzeiros e da Costa Atlântica Portuguesa enquanto um destino de cruzeiros de excelência. Neste fórum, foi acompanhando regularmente a evolução epidemiológica na Europa e nos portos membros destas duas associações.

A APDL acolheu ainda no Terminal de Cruzeiros, iniciativas de cariz social, como jantares de associações solidárias que visaram a integração e a angariação de fundos. O contributo dado no apoio à formação e desenvolvimento da comunidade, sentiu-se ainda em sessões fotográficas de instituições de ensino e iniciativas de associações locais e nacionais. Continuou a ser uma aposta da APDL, criar condições mais acessíveis e facilitadoras para que eventos de Associações e Ordens que visem promover diferentes áreas de atividade, se pudessem realizar no Terminal.

Sendo um edifício acessível durante a semana para visitas mediante marcação e aberto ao público aos domingos, durante o ano de 2021, o Terminal recebeu a visita de aproximadamente 14.000 pessoas, tanto em visitas guiadas/acompanhadas durante o ano, como em visitas livres nas comemorações do Dia do Porto em outubro. De destacar o apoio na vertente educativa, dando-se resposta positiva às solicitações das escolas e universidades sempre que possível, pelo que se realizaram 24 visitas de estudo com cerca de 540 alunos.

Por outro lado e apesar do contexto, que inibiu as escolas de realizarem visitas de estudo, contabilizaram-se 9 visitas à área portuária do Porto de Leixões, com cerca de 430 alunos dos mais variados graus de ensino. Pretendeu-se sempre que possível uma política de abertura do porto e do Terminal ao exterior, apostando em ações pedagógicas junto das camadas mais jovens, para valorizar a importância de uma infraestrutura portuária dinâmica e economicamente sustentável.

1.5. Plataforma Logística

A Plataforma Logística do Porto de Leixões (PLPL) é um dos principais investimentos em curso que muito contribui para desenvolver o Porto de Leixões e transformar a Área Metropolitana do Porto numa plataforma de valor acrescentado com condições para a atração e fixação de agentes da logística e de distribuição que permitam ancorar novo tráfego para o porto de Leixões e para as comunidades e cadeias logísticas envolventes.

Adicionalmente permitirá minimizar a reduzida disponibilidade de terrenos de apoio às atividades operacionais do porto, permitindo aumentar a sua capacidade de crescimento e aumentar a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo Porto de Leixões.

A PLPL apresentou em 2021 um índice de ocupação de 59,7%, um acréscimo de 5.9 p.p. face a 2020. Apesar da situação pandémica, as receitas registaram um aumento de 13%, face ao ano anterior, totalizando um valor de cerca de 2,2 milhões de euros.

Durante o ano de 2021, em virtude da situação pandémica e das medidas de confinamento, não foi possível desenvolver as ações promocionais previstas, nomeadamente, a participação em feiras internacionais, tendo-se privilegiado a promoção em plataformas digitais.

Recorda-se que a PLPL, localizada junto ao Porto de Leixões, com acesso através da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, obedece a um modelo polinucleado, compreendendo:

- o Polo 1, com uma área total de 31 hectares, uma área de construção de 9,1 hectares que inclui serviços de apoio às empresas e aos veículos, encontra-se a uma distância de 2 km do porto de Leixões.
- o Polo 2, com uma área total de 30 hectares, uma área de construção de 8,6 hectares, encontra-se a uma distância de 3 km do porto de Leixões.

1.6. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação da APDL

Pela primeira vez na sua história, o Porto de Leixões movimentou 700 mil TEUS num único ano de atividade. Para assinalar a data, o Porto de Leixões realizou no dia 23 de dezembro, uma cerimónia comemorativa, com o embarque do contentor correspondente a 700 000 TEUS. Um marco histórico para o setor portuário nacional, num ano particularmente desfavorável, com constrangimentos do transporte marítimo, motivados sobretudo pelos efeitos da pandemia.

O Grupo de Promoção do Porto de Leixões liderado pela Direção Comercial da APDL e do qual fazem parte os concessionários do porto reuniu mensalmente e, durante o ano de 2021, foi um elemento importante na adaptação da estratégia promocional ao contexto pandémico. O Porto de Leixões tinha planeado participar em diversas feiras presenciais que acabaram por ser canceladas, nomeadamente, a Intermodal em S. Paulo no Brasil e a Breakbulk em Bremen, na Alemanha. Optou-se pela participação em alguns eventos com temas mais direcionados como, por exemplo, a conferência "Portos Secos & Terminais Rodo Ferroviários" na Guarda. Os temas abordados incidiram sobre a aproximação da região ao porto, a intermodalidade marítima, ferroviária e rodoviária, o desenvolvimento sustentável, bem como o desenvolvimento económico da região.

Na dinamização da relação com clientes e parceiros do setor, o projeto CoLogistics está a desempenhar um importante papel no estreitamento de relações com o tecido empresarial e industrial da região. Este projeto promove a colaboração transfronteiriça no campo dos transportes e logística da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal. O objetivo é não só promover a atividade logística, mas também fortalecer as capacidades organizacionais e tecnológicas das empresas. Um dos parceiros neste projeto é a AEP – Associação Empresarial de Portugal com a qual se tem colaborado de forma mais próxima na sequência de um protocolo celebrado em 2020. A cooperação tem abrangido várias áreas como a participação em ações de capacitação, iniciativas, e a partilha de experiências e informações sobre as melhores práticas logísticas.

Com o objetivo de estimular o diálogo regular entre as várias entidades, a APDL continuou em 2021 a liderar o grupo de trabalho em que participam os concessionários e a associação de transportadores rodoviários de mercadorias (ANTRAM) para abordar temas específicos relativos ao acesso rodoviário ao porto de Leixões e implementar medidas de melhoria e eficiência que possibilitem a redução de tempos de estadia de camiões na área portuária, criando valor para os diversos stakeholders.

Terminada a obra de reconstrução do TITAN, realizou-se a cerimónia de inauguração, no dia 07 de outubro, precedendo a comemoração do Dia do Porto de Leixões 2021, no fim de semana de 09 e 10 de outubro. Esta inauguração contou com a presença de S. Exa. o Ministro da Infraestruturas e Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Dr.ª Luísa Salgueiro e outros ilustres convidados. Os presentes tiveram a oportunidade de visitar, pela primeira vez, o TITAN em todo o seu esplendor, com uma visita guiada pelo historiador Joel Cleto. No final da visita, os convidados tiveram ainda a oportunidade de participar na abertura das Exposições patentes Terminal de Cruzeiros e assistir à apresentação da Pintura 1885 2021, da autoria do Artista Plástico Sobral Centeno, que marca este Renascer do TITAN.

Durante o fim de semana, 09 e 10 de outubro, o Porto de Leixões abriu as suas portas a mais de 11 mil pessoas para celebrar a 13ª edição do Dia do Porto de Leixões. Este ano a grande atração foi a inauguração do TITAN e a possibilidade de os visitantes visitarem este renovado símbolo do património histórico da região, com as visitas guiadas ao TITAN a superarem todas as expectativas. Ao longo de dois dias decorreram ainda visitas livres e guiadas ao Terminal de Cruzeiros, exposições permanentes: Titan na Arte; Obras das coleções da CMM e da APDL; Exposição de fotografia “Sentir ... Mais do que um porto”, esta última, com a habitual entrega de prémios do concurso de fotografia para as categorias: atividade portuária, paisagem (natural, rural ou urbana) ou tema livre. Também na vertente de proximidade com a comunidade local, realizou-se uma cerimónia de entrega dos prémios escolares aos melhores alunos do Ensino Secundário e Ensino Profissional do concelho de Matosinhos.

Realizou-se ainda o concerto “Uma viagem pelos tempos do Jazz” da Orquestra de Jazz de Matosinhos. No dia 25 de outubro, a APDL promoveu o simulacro RECCUA 2021, um exercício do tipo “Live Exercise - LIVEX”, que teve como principal objetivo cumprir com o estabelecido no Plano Mar Limpo (PML), nomeadamente assegurar os padrões de prontidão dos meios da APDL no âmbito do Plano de Segurança e Emergência, da Autoridade Marítima Nacional (AMN) e dos restantes organismos do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), bem como das outras entidades responsáveis nas suas áreas funcionais e de jurisdição, relativos às operações de prevenção e resposta a um incidente de poluição do meio marinho. Este exercício decorreu na Via Navegável do Douro, na área de jurisdição da APDL e da Capitania do Porto do Douro, entre os concelhos de Peso da Régua e Lamego e envolveu a Autoridade Marítima, Polícia Marítima (PM), Marinha Portuguesa, Comando da Zona Marítima do Norte (CZMN), Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Bombeiros Voluntários da Régua, Bombeiros Voluntários de Lamego, Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), entre outras entidades e agentes de proteção civil.

O Porto de Viana do Castelo tem demonstrado capacidade para dar resposta às demandas no âmbito das energias renováveis, como é disso exemplo o suporte à maior indústria nacional de fabrico de geradores de energia eólica - a Enercon, a um dos maiores parques eólicos flutuantes da Europa - a WindFoalt, e mais recentemente à instalação de uma empresa tecnológica para o desenvolvimento de protótipos de conversores de energia das ondas - a CorPower Ocean.

O Porto de Viana do Castelo acolheu um centro de Investigação e Desenvolvimento (I&D) dedicado ao estudo e fabrico de componentes de conversores de energia das ondas. A iniciativa do promotor sueco CorPower Ocean integra o projeto HiWave-5, o qual beneficiou financiamento comunitário. O Porto de Viana do Castelo alberga o edifício de investigação e desenvolvimento que se dedica ao fabrico, montagem final, manutenção e reparação dos conversores de energia das ondas que serão instalados ao largo da Aguçadoura. Para esta fase do projeto de demonstração está previsto um investimento total de cerca de 16 milhões de euros.

Realizou-se no dia 18 de fevereiro a Assembleia Geral eleitoral para os órgãos sociais da Comunidade Portuária de Viana do Castelo. Luís Paz da Silva foi eleito Presidente da Comunidade Portuária de Viana do Castelo, pela unanimidade dos membros da Comunidade Portuária, para um mandato de três anos. O representante da AGEPOR liderou a única lista candidata à direção da Comunidade Portuária. A Direção empossada integra ainda, como vogais a AEVC, a APAT, a Nogarport e o TCGL. A Comunidade Portuária de Viana do Castelo integra diversas entidades representativas de todos os agentes económicos intervenientes no negócio portuário, do seu território e da comunidade científica.

Em 17 de março realizou-se um Webinar dedicado ao tema “Inovação na Indústria Náutica no Alto Minho”, promovido pela CIM Alto Minho, que juntou representantes de várias entidades ligadas ao setor náutico. Na sua intervenção a Autoridade Portuária identificou as excelentes características do porto de Viana do Castelo para o desenvolvimento da náutica de recreio e destacou o projeto de criação de infraestruturas de apoio aos Cruzeiros, o qual permitirá qualificar a cidade de Viana do Castelo como destino de cruzeiros turísticos.

O Presidente da APDL, Nuno Araújo e o Presidente do Porto da Corunha, Martín Fernández Prado, realizaram em 19 de abril, no porto de Viana do Castelo, uma reunião de trabalho, na qual participaram, José Maria Costa, Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e o Secretário-Geral do Eixo Atlântico, Xoán Vasquéz Mao. A visita visou o reforço das relações institucionais bilaterais existentes entre os dois portos, nomeadamente, o acordo de cooperação na área dos Cruzeiros, que já tem promovido importantes operações na faixa Atlântica. Para além do reforçar de cooperação, procurou-se também desenvolver novas áreas de interesse às Administrações portuárias, como descarbonização, transição energética e a digitalização da atividade.

Em 12 de maio, tomou posse o Conselho Empresarial Estratégico de Viana do Castelo, numa cerimónia que contou com a presença do Ministro da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira. O Conselho Empresarial Estratégico é uma iniciativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo e da Associação Empresarial de Viana do Castelo, em parceria com empresas representantes dos maiores setores de negócio do concelho, onde se incluem a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e a Comunidade Portuária de Viana do Castelo. O Conselho Empresarial Estratégico tem como objetivos analisar a situação económica e social do concelho, identificar oportunidades de investimento na melhoria dos fatores de competitividade, promover parcerias estratégicas para o desenvolvimento económico e social, bem como preparar os instrumentos que permitam ao município desenvolver políticas e medidas que revitalizem a sua economia.

O Grupo de Promoção do Porto de Viana do Castelo, constituído pela APDL, parceiros de negócio e Comunidade Portuária de Viana do Castelo, constitui um grupo de trabalho que tem como missão e objetivo a definição da estratégia e do plano de ação para a divulgação e promoção do Porto de Viana do Castelo no panorama nacional e internacional. Este grupo reuniu periodicamente, on-line, o que permitiu repensar a abordagem comercial, contribuindo para a

definição e articulação de medidas para assegurar a promoção e divulgação do porto no contexto pandémico.

O Porto de Viana do Castelo esteve em destaque durante o Dia do Porto, que em 2021 se realizou nos dias 22 e 23 de outubro. O evento contou com uma programação presencial diversificada e adaptada, de acordo com as medidas ainda em vigor, impostas pela pandemia de covid-19 para eventos públicos, destacando-se as visitas à área portuária a bordo de uma embarcação e ao porto comercial, a entrega de prémios aos 2 melhores alunos do ensino secundário do concelho de Viana do Castelo e a exposição “O Porto de Viana nos séculos XIX e XX: um percurso histórico através da cartografia hidrográfica” que esteve patente ao público na fachada principal do edifício da APDL no porto de Viana do Castelo

A Autoridade Portuária de Viana do Castelo organizou um programa diversificado, por forma a apresentar o porto numa perspetiva diferente, tendo o primeiro dia sido dedicado aos alunos das escolas secundárias do concelho de Viana do Castelo e o segundo dia dirigido à comunidade local. Durante os dois dias, realizaram-se diversas iniciativas, destacando-se as visitas à área portuária a bordo de uma embarcação e ao porto comercial, a entrega de prémios aos 2 melhores alunos do ensino secundário do concelho de Viana do Castelo e a exposição “O Porto de Viana nos séculos XIX e XX: um percurso histórico através da cartografia hidrográfica” que esteve patente ao público na fachada principal do edifício da APDL no porto de Viana do Castelo. Este ano, pela primeira vez, o programa incluiu visitas ao Centro de Investigação e Desenvolvimento (I&D) da empresa tecnológica CorPower Ocean, que se encontra instalada no setor comercial do porto de Viana do Castelo. O carácter pioneiro e precursor deste projeto, despertou muito interesse por parte de toda a comunidade.

No que diz respeito à Comunicação, desenvolveu-se um novo Portal Interno, que visa a divulgação de notícias e informações para os Colaboradores da APDL. Este portal agrega as notícias da atualidade da APDL, reunindo a comunicação interna das várias unidades orgânicas, o acesso direto aos diversos portais e plataformas da APDL: portal do Colaborador, site, redes sociais, o calendário de eventos e as Informações importantes para os Colaboradores. No decorrer de 2021, foram publicadas 342 notícias no portal interno.

Na comunicação externa, as atividades centraram-se na interação com a Comunicação Social, tendo sido divulgados 54 comunicados/notas de imprensa e mais de 20 esclarecimentos a OCS, em diferentes assuntos de agenda. Foram ainda realizadas 11 entrevistas, artigos de Opinião e reportagens Televisivas.

Durante o ano 2021 a comunicação digital nas redes sociais, onde temos presença ativa no Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e LinkedIn, traduziu a comunicação com stakeholders da APDL, com especial foco na Responsabilidade Social da empresa. Tivemos um alcance de um pouco mais de 1.600.000 de pessoas com as publicações do Facebook, o que se traduziu numa diminuição de 67% em relação a 2020 (alcance de 4.600.000).

- Alcance Porto de Leixões – 1.476.520
- Alcance Porto de Viana – 83.754
- Alcance Via Navegável Douro – 39.410

Durante o ano 2021 a rede social com maior expressão foi o Facebook onde o número de seguidores do Porto de Leixões passou de 23.200 para 28.500. Foi implementada durante o ano de 2021 a página de LinkedIn da APDL. As nossas publicações alcançaram um público de cerca de 130.000 pessoas por mês, das quais um pouco menos de metade (52.000) interagem com a página através de gostos, mensagens, comentários, etc.).

1.7. Certificação da Qualidade e Gestão de Riscos

Certificação da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A (APDL) é composto por processos inter-relacionados (visão sistémica), não só na área da prestação dos seus serviços (Core Business - Marítimo/Portuário e da Navegação Fluvial), como também em áreas que permitem à gestão, usando o planeamento, a implementação e o seguimento das áreas de suporte, de forma a corrigir os desvios face à linha de rumo traçada e anualmente revista nos objetivos estratégicos estabelecidos.

Em junho de 2020, a Entidade Certificadora Lloyd's Register verificou o cumprimento do SGQ da empresa de acordo com os requisitos estabelecidos na Norma ISO 9001:2015, norma esta pela qual a APDL (em todas as suas Unidades de Negócio) está certificada. A Entidade Certificadora confirmou, durante a auditoria anual de acompanhamento, que o sistema se mantém eficazmente implantado na organização, contribuindo para a respetiva melhoria contínua. Constatou também que os objetivos estratégicos definidos foram em geral atingidos.

Este Sistema é estruturado tendo em conta a Política da Qualidade da empresa, alinhada ao seu planeamento estratégico e prossequindo os princípios consagrados pela gestão por processos, comprometimento da gestão de topo, auditorias e a melhoria contínua.

Relativamente à performance/análise comparativa ao Macro Indicador do Processo “Planeamento de Gestão - Cumprimento dos objetivos dos processos”, registada no biénio 2020/2021, pode-se aferir que o ano de 2021 foi ligeiramente pior que o ano anterior, apresentando no entanto resultados positivos no cumprimento das metas do SGQ. A meta foi alcançada nos 12 meses do ano, excetuando o mês de fevereiro.



Plano de Gestão de Riscos - projeto MAR

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e frameworks de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISO 31000:2018, o “COSO II - Integrated framework for Enterprise Risk

Management”. O plano de prevenção do risco está disponível em http://www.apdl.pt/pt_PT/gestao-de-risco.

O ano de 2021 foi um ano de consolidação do plano de prevenção de riscos incluindo os de corrupção e infrações conexas. Foi designado o Comité de Gestão do Risco cujas atividades se iniciaram em junho. O Comité realizou 7 reuniões no ano de 2021.

No que concerne ao Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetiva documentação técnica, este cumpre com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção. Neste âmbito a APDL aprovou no primeiro trimestre de 2020 um dossier designado por Ética Empresarial, disponível em <http://www.apdl.pt/etica-empresarial> e compostos pelos seguintes documentos:

- Código de Ética e de Conduta
- Código de Conduta para o Tratamento de Dados Pessoais
- Regulamento da Comissão de Ética e de Conduta
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades

Está disponível um Canal de Comunicação de Irregularidades em: http://www.apdl.pt/pt_PT/comunicacao-de-irregularidades1

2. Recursos Humanos

Na génese das políticas de Recursos Humanos está subjacente o papel facilitador na consecução das metas e objectivos estratégicos da empresa, seja através da melhoria das competências dos colaboradores e das equipas, seja promovendo uma cultura de motivação e envolvimento e, paralelamente, assumindo a responsabilidade de zelar por boas condições de trabalho, quer ao nível das remunerações e benefícios, quer ao nível das condições de segurança, saúde, bem-estar social.

Ao nível da organização do trabalho, 2021 continuou marcado pela pandemia Covid-19 e pelas medidas necessárias à conciliação da normal atividade dos serviços, com enfoque na segurança e saúde de todos os que trabalham na empresa. Os regimes de trabalho foram ajustados às especificidades de cada serviço, sendo que as funções ligadas à operacionalidade do porto, nomeadamente, serviços de pilotagem, marítimos e segurança no trabalho, mantiveram-se sempre em regime presencial, mas com a mitigação da exposição dos colaboradores ao risco de contágio, enquanto que os serviços das áreas administrativas e de apoio técnico alternaram entre o regime presencial total, regime de presença alternada entre presencial e não presencial ou teletrabalho total, consoante os períodos da pandemia e as necessidades dos colaboradores e da empresa.

A experiência vivida veio demonstrar as potencialidades do teletrabalho, de uma realidade quase ignorada na empresa passou a ser uma opção viável, com adequação às necessidades dos serviços e vantagens em termos de organização da vida pessoal e familiar dos colaboradores. Para conhecer a perceção dos colaboradores sobre esta matéria foi realizado um questionário, disseminado pelos 279 colaboradores da empresa, no qual se aferiu sobre a experiência vivenciada no regime de teletrabalho e qual a expectativa de futuro em relação à aplicação de regimes de trabalho não presencial a título permanente e qual a melhor forma de o fazer. Este projecto terá como sequência um projeto de revisão do regulamento de assiduidade da empresa e a proposta de um guia de trabalho híbrido, a aplicar em 2022.

2.1. Quadro de Pessoal

Em 2021 o quadro de pessoal da APDL foi reforçado com 15 colaboradores, de acordo com o estabelecido nos Despachos n.ºs 278/2020-SET, de 8 de junho, 53/SEAC/2021, de 22 de junho, e 442/2021 –SET, de 27 de maio, em substituição de saídas, aposentações/reformas, efectivadas ou a acontecer e da internalização gradual de trabalhadores em contrapartida da redução das atuais prestações de serviço.

SAÍDAS DE COLABORADORES	2021	Total
Cessação do contrato	1	
Aposentação/reforma	7	8
ENTRADAS DE COLABORADORES		
Contratação sem termo	15	15

Importa referir que estas 15 contratações foram todas no regime de “contrato sem termo”, dez das quais estavam a ser colmatadas com recurso à contratação de prestação de serviços.

Como resultado do movimento de saídas e de entradas de colaboradores, o quadro de pessoal apresenta um aumento de 7 colaboradores (mais 2,6% relativamente ao ano anterior), totalizando 276 colaboradores.

QUADRO PESSOAL (por unidade de negócio)	2021	2020	Δ %
N.º de ativos	276	269	2,60%
Leixões	231	223	3,59%
Viana do Castelo	32	33	-3,03%
Via Navegável do Douro	13	13	0,00%

Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis, não incluindo ROC (1 elemento), Conselho Fiscal (3 elementos) e Assembleia-geral (2 elementos)

A contratação de novos colaboradores incidiu principalmente nas áreas operacionais (marítima-portuária), tratando-se de áreas mais apelativas para o género masculino, a variação do número de homens no quadro de pessoal foi ligeiramente superior ao das mulheres.

QUADRO DE PESSOAL (em 31 de dezembro)	2021	2020	Δ %
Total	276	269	2,60%
H	184	178	3,37%
M	92	91	1,10%
Tipo de vínculo	276	269	2,60%
Permanente	221	212	4,25%
Comissão de serviço	37	39	-5,13%
Cedência de interesse público	18	18	0,00%

O incentivo à autoformação dos colaboradores do quadro e o investimento feito na contratação de técnicos com formação superior traduz-se num elevado nível habilitacional dos colaboradores da empresa, cerca de 50% dos colaboradores tem formação de nível superior.

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	2021	2020	Δ %
Ensino básico	62	62	0,00%
H	55	55	
M	7	7	
Ensino secundário	66	65	1,54%
H	38	37	
M	28	28	
Ensino superior politécnico	11	11	0,00%
H	8	8	
M	3	3	
Ensino superior universitário	137	131	4,58%
H	83	78	
M	54	53	

Verificando-se nas três unidades de negócio, com especial relevância nos portos de Leixões e de Viana do Castelo, uma forte componente do trabalho operacional relacionado com a

movimentação de navios, integrando nesta área as categorias profissionais de Piloto, Mestre de Tráfego Local, Motorista Marítimo e Marinheiro, constata-se uma grande prevalência do género masculino no quadro de pessoal da empresa, induzida pela falta de oferta de trabalho de profissionais do género feminino com cédula de trabalhador marítimo. Expurgando esta área operacional da análise, verificamos que existe um equilíbrio de género, quase paritário, como atesta o quadro seguinte.

ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	2021	2020	Δ %
Operações portuárias, segurança e ambiente	121	116	4,31%
H	106	101	
M	15	15	
Obras e infraestruturas	38	39	-2,56%
H	28	29	
M	10	10	
Logística e informática	26	27	-3,70%
H	17	17	
M	9	10	
Comercial e gestão domínio público	23	20	15,00%
H	10	8	
M	13	12	
Gestão e serviços de apoio	68	67	1,49%
H	23	23	
M	45	44	
Total	276	269	2,60%
H	184	178	3,37%
M	92	91	1,10%

A plena operacionalidade dos serviços implica que todos os colaboradores dos serviços marítimos (Operações Marítimo–Portuárias e de Segurança da Navegação, que inclui o serviço de Pilotagem e do Vessel Traffic Services) estejam integrados em regimes de trabalho de turno e/ou IHT. Acresce que os serviços de direcção, apoio técnico e de sistemas de informação das unidades de negócio do Porto de Viana do Castelo e da VND estão centralizados em Leixões, o que pressupõe a maior disponibilidade dos mesmos para dar suporte às três unidades de negócio, pelo que estão integrados no regime de isenção de horário de trabalho, daí o elevado número e colaboradores neste regime.

REGIME DE TRABALHO	2021	2020	Δ %
Horário normal fixo	46	49	-6,12%
Horário de turno	19	20	-5,00%
Isenção de horário de trabalho	211	200	5,50%

A taxa de absentismo, apesar de se manter baixa, sofreu um aumento de cerca de 5% devido, sobretudo, às ausências por acidente de trabalho. Registe-se a acentuada diminuição das ausências por assistência à família, fruto do período em que um elevado número de

colaboradores esteve em regime de teletrabalho, o que permitiu uma maior conciliação da vida profissional e familiar.

TAXA DE ABSENTISMO	2021	2020	Δ (p.p.)
Taxa de absentismo	3,97%	3,78%	0,19

(Total horas ausência/potencial máximo trabalho*100)

ABSENTISMO	Género	2021	2020	Δ %
		(dias)	(dias)	
Ausências	Masculino	1 436	1 163	23,46%
	Feminino	767	929	-17,45%
Total		2 092	2 203	5,29%

AUSÊNCIAS (em dias de trabalho)	2021	2020	Δ %
Acidente de Trabalho	232	61	280,33%
Por doença não profissional	1341	1308	2,55%
Por assistência inadiável a filho, neto ou agregado familiar	22	143	-84,62%
Maternidade/Paternidade	322	375	-14,30%
Outras ausências justificadas	286	205	39,43%
Ausências injustificadas			
Total	2203	2092	5,28%

2.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

O aumento de gastos com o pessoal resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2021, do compromisso de pagamento de um prémio de desempenho aos trabalhadores da empresa (relevado contabilisticamente em 2021) e valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Unid.: euros

GASTOS COM O PESSOAL	2021	2020	Δ %
APDL	16 361 685	15 713 298	4,13%
Porto de Leixões	14 089 288	13 525 925	4,17%
Porto de Viana do Castelo	1 690 357	1 618 037	4,47%
Via Navegável do Douro	582 040	569 336	2,23%

MASSA SALARIAL	2021	2020	Δ %
Massa salarial	12 745 202	12 094 702	5,38%

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais. Em 2021, a incorporação do valor do prémio de desempenho nesta rubrica leva a um agravamento de 2,93 p.p.

2.3. Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa faz parte da cultura da empresa, com uma longa tradição de boas práticas nos domínios da conciliação trabalho/família, motivação e desenvolvimento pessoal dos colaboradores. Destacam-se as seguintes iniciativas nestas áreas:

- Celebração do Dia Mundial do Livro, com a oferta de um livro aos colaboradores e sessão de apresentação e autógrafos com o respetivo autor.
- Festa de Natal, para colaboradores e família, com a reserva de uma sessão do Circo do Coliseu do Porto para a APDL.
- Participação nas atividades do Fórum IGen – empresas para a Igualdade, promovido pela CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), num compromisso com as práticas de promoção da igualdade de género no trabalho e conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.
- Programa Qualifica - em parceria com o Centro Qualifica da Fundação Inatel, abrangeu colaboradores e seus familiares, permitindo obter a certificação ao nível do 9º, 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.
- Programa de apoio ao estudo - A APDL desenvolveu um programa de apoio ao estudo dirigido aos filhos dos seus colaboradores que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico ao secundário, nas disciplinas de Português e Matemática e no qual participam também alunos beneficiários de ação social escolar de escolas da comunidade.
- Dia Internacional da Mulher, este dia é tradicionalmente assinalado na nossa empresa, em 2021 realizámos uma cerimónia online com a presença do ex-jogador de futebol e cantor “Neno”, num salutar convívio virtual (devido à pandemia).
- Prémio Carreira - Homenagear o percurso na APDL e prestar um reconhecimento positivo do contributo e lealdade para com a empresa ao longo dos anos. Assinala-se este marco na vida dos colaboradores com a oferta de uma lembrança aos que completam 25, 30, 35 e 40 anos de casa.

Ao nível da promoção do bem-estar e saúde são proporcionados aos colaboradores um conjunto de benefícios que se destinam a promover uma melhor qualidade de vida, para os próprios e para as suas famílias, nomeadamente:

- Seguro de doença de grupo como um sistema complementar de proteção na doença.
- Centro de Assistência dirigido a colaboradores e aposentados da empresa e respetivos familiares diretos, com consultas clínicas, enfermagem, recolha para análises clínicas e aconselhamento dentro dos serviços clínicos disponibilizados.
- Programas de prevenção da doença como a vacinação contra a gripe e realização de exames complementares (rastreamento do cancro da mama, próstata, colon e reto).

Destacam-se ainda as iniciativas desenvolvidas para a comunidade, nomeadamente o Concurso de fotografia, o Prémio APDL, em que se distinguem os melhores alunos do ensino oficial público dos conselhos onde operamos e o voluntariado empresarial, e os protocolos com o Banco Alimentar do Porto e o Instituto Português do Sangue e Transplantologia.

2.4. Saúde Ocupacional

Atenta a política de segurança e saúde no trabalho e considerando os números apresentados nos quadros seguintes, constata-se que existiu um ligeiro aumento do número de acidentes de trabalho (7 acidentes em relação aos 4 do ano anterior) mantendo-se, no entanto, muitos baixos os índices de sinistralidade, apesar de se desenvolverem atividades de elevado risco profissional, designadamente no setor das operações marítimas e pilotagem.

ACIDENTES DE TRABALHO	2021	2020
Índice de frequência	15,62	6,73

Nota: Quantifica o n.º de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

ÍNDICE DE GRAVIDADE	2021	2020
Índice de gravidade	1,02	0,22

Nota: Quantifica o n.º de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

Dos acidentes ocorridos em 2021, até ao momento, nenhum resultou em fixação de qualquer grau de incapacidade permanente. No entanto, o agravamento deste indicador está sobretudo associado a acidentes de trabalho que, não sendo graves, tiveram bastantes dias de incapacidade.

SINISTRALIDADE	2021	2020	Δ %
Com incapacidade temporária	7	3	133,3 %
Sem incapacidade	0	1	-100,0 %
TOTAL	7	4	75,0 %

Uma outra valência do serviço de saúde ocupacional diz respeito à prevenção da doença, com a realização dos exames de saúde, de periodicidade anual, aos colaboradores.

EXAMES DE SAÚDE	2021	2020	Δ %
Exames periódicos obrigatórios	255	206	23,8 %
Exames de admissão e ocasionais	25	32	-21,9 %

2.5. Formação

A atividade formativa desenvolvida pela empresa através do seu Centro de Formação assume três áreas de atuação distintas:

- Continuidade na aposta na formação e valorização profissional dos colaboradores da empresa através de ações de formação desenhadas e desenvolvidas com o objetivo de contribuir para uma permanente atualização das suas competências técnicas e motivação profissional, essenciais à melhoria da eficiência de todos os serviços.
- Conceção, planeamento e execução de serviços de formação dirigidos aos concessionários, empresas, portos e demais stakeholders das 3 unidades de negócio – Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro.

- Promoção e rentabilização de espaços disponíveis.

2.5.1. Formação de colaboradores

No que se refere à formação de colaboradores é de destacar:

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2021	2020	Δ	2021	2020	Δ	2021	2020	Δ
Formandos (nº)	100	94	6,3%	326	266	22,5%	426	360	18,3%
Horas de formação*	4.661	3.664	27,2%	220	241	-8,7%	4.881	3.905	24,9%
Volume de Formação**	7.020	4.737	48,2%	1.612	1.627	-0,9%	8.632	6.364	35,6%

*Inclui situações de autoformação

**Volume de Formação: N.º de horas de formação assistidas X Número de formandos

2021 representou um ano de alguma retoma no que se refere à formação presencial, a partir do 1.º trimestre, contrariando, gradualmente, o contexto de pandemia que caracterizou o ano de 2020 e todos os constrangimentos, a este motivo associados.

Nalguns casos de formação mais específica, a modalidade on-line não representa a resposta mais adequada, pelo facto do treino e contacto físico com equipamentos não se poderem replicar à distância. Verificou-se, assim, um aumento generalizado dos vários indicadores, sendo nuns casos mais ligeiro e noutros mais acentuado.

Na vertente da formação externa, o aumento de iniciativas de auto-formação justifica um aumento no número de horas e ainda mais acentuado no volume de formação. Uma vez que se trata de projetos com elevada carga horária, ainda que o número de formandos tenha aumentado ligeiramente (11%) este facto acaba por ter forte impacto tanto no número de horas como no volume de formação.

Nas ações internas verifica-se um ligeiro aumento, nas horas e no volume e um aumento um pouco mais acentuado no número de formandos. Estes dados significam que as ações foram mais participadas (maior número de formandos).

Destaca-se, no âmbito da Formação Interna, o início do projeto de formação dos mestres em ambiente de prática simulada, com o objetivo de desenvolver competências na operação de rebocadores portuários, especificamente na manobra e governo, em operações de rotina e emergência. Realizado no Núcleo de Simulação, o curso de Manobra de Rebocadores Portuários é um curso maioritariamente prático, com recurso à simulação visual de manobra e com o enquadramento teórico necessário.

TAXA DE FORMAÇÃO	2021	2020	Δ
Taxa de Formação *	1,08%	0,84%	28,5%

* Taxa de Formação = Acumulado Número de Horas de Formação/Acumulado Número de Horas Trabalháveis

2.5.2. Formação a terceiros

Foi desenvolvida atividade com diferentes parceiros de negócio ao nível da conceção, planeamento e execução de formação. Destacam-se os clientes abaixo:

- PSA Sines

IMDG – International Maritime Dangerous Goods

- GPL - Empresa de Trabalho Temporário do Douro e Leixões

Segurança e Saúde no Trabalho

- Grupo ETE

Inglês Marítimo

- Yilpor Ibéria

ISPS – Port facility Security Officer

2.5.3. Alugueres e disponibilização de instalações

Para além do apoio e disponibilização de instalações às várias unidades orgânicas da APDL, o Centro de Formação promove os seus espaços, com vista ao aluguer de salas e Auditório José Lima Torres:

- Fórum Oceano
- Yilport
- On-Rope
- Time Frame

3. Abordagem à Sustentabilidade Ambiental

A APDL é uma organização empenhada na prossecução de políticas sociais e ambientais que fomentem uma melhor qualidade de vida dos seus colaboradores e da comunidade envolvente, promovendo um desenvolvimento que, tendo como objetivo a competitividade da empresa, não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Neste âmbito, as intervenções sociais e ambientais levadas a cabo constituem um conjunto de iniciativas que se inserem num quadro mais vasto de uma atuação social, ambiental e economicamente responsável, que a APDL sempre preconizou e praticou, consolidando o empenho da empresa em prosseguir um desenvolvimento sustentável da sua atividade. Sendo estas matérias tratadas detalhadamente nos Relatórios de Sustentabilidade, que podem ser consultados no site da empresa, em: <https://www.apdl.pt/relatorio-de-sustentabilidade>.

3.1. Política de Sustentabilidade

A APDL tem uma Política de Sustentabilidade formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, na qual a empresa assume que nas decisões que toma tem em consideração a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, integrando, voluntariamente, preocupações sociais e ambientais nas suas atividades económicas e na interação com todas as partes interessadas.

A nossa Política de Sustentabilidade assenta no reconhecimento de três princípios fundamentais:

- A sustentabilidade contribui para um negócio mais duradouro, permitindo distribuir mais valor pelo acionista, colaboradores e colaboradoras, concessionários, empresas fornecedoras de bens e serviços e comunidade local.
- Um futuro mais sustentável da empresa começa no presente.
- A APDL quer ser um ator ativo na promoção de boas práticas na cadeia de valor portuária.

Os compromissos gerais inscritos na nossa Política de Sustentabilidade, para o alcance de uma gestão sustentável, são:

- minimizar os impactos negativos da atividade e implementação de boas práticas na gestão dos recursos;
- garantir a segurança das pessoas e das operações;
- criar valor e envolver os parceiros de negócio nos compromissos com a sustentabilidade;
- otimizar o contributo da empresa para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que nela trabalham;
- promover a responsabilidade social corporativa e a interação com as comunidades locais.

Cada um destes compromissos gerais tem um conjunto de compromissos específicos, associados, que constituem a forma prática de os alcançar. Poderão ser consultados, na sua totalidade, no website da empresa <http://www.apdl.pt/politica-de-sustentabilidade>.

3.2. Adesão ao UN Global Compact

A APDL integra a rede UN Global Compact Network Portugal, uma iniciativa de sustentabilidade das Nações Unidas, que visa a aplicação dos princípios sustentáveis e dos objetivos da Agenda 2030.

Esta rede assenta em dez princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los, e que foram subscritos pela APDL.

A UN Global Compact Network pretende ainda que exista a partilha de conhecimentos e experiências entre os participantes, a nível mundial, pelo que promovem plataformas de debate entre toda a rede, bem como a adesão a programas de sustentabilidade internacionais, destacando-se a Agenda 2030, que pretende acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas e integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deverão ser implementados por todos os países e que abrangem áreas tão diversas, mas interligadas, como: o acesso equitativo à educação e a serviços de saúde de qualidade; a criação de emprego digno; a sustentabilidade energética e ambiental; a conservação e gestão dos oceanos; a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis e o combate à desigualdade a todos os níveis.

3.3. Roteiro de transição energética do Porto de Leixões com vista à neutralidade carbónica

Portugal assumiu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas na execução do Acordo de Paris. Cumprir este objetivo exige um esforço de todos os setores para a necessária redução das emissões de gases com efeito de estufa, o que implica a assunção de metas ambiciosas de descarbonização, de incorporação de energias renováveis e de eficiência energética.

A APDL já iniciou esse caminho com investimentos em infraestruturas e equipamentos e também com uma aposta nas parcerias com stakeholders que visem promover energias mais verdes, reduzir as emissões e alcançar o desenvolvimento sustentável.

Em 2021 foi elaborado o roteiro para a transição energética e descarbonização da atividade, que o levará a alcançar a neutralidade carbónica e a autossuficiência energética em 2035, propondo-se fazê-lo 15 anos mais cedo do que o estipulado no chamado European Green Deal. Este Roteiro de Transição Energética tem ações concretas destinadas a fazer do Porto de Leixões um dos primeiros portos não poluentes, colocando-o ao nível dos principais portos do mundo e redobrando o seu empenho no crescimento de uma atividade sustentável.

De referir que a APDL está a reconfigurar a mobilidade rodoviária associada ao porto, quer de veículos pesados, quer de ligeiros, como forma de reduzir as emissões poluentes. Salienta-se ainda que no início do ano foi interdita a circulação de viaturas pesadas EURO I, II, III e IV decorrente de um protocolo assinado entre a APDL e ANTRAM em finais de 2020, com vista à descarbonização dos portos de Leixões e Viana do Castelo.

A APDL apresentou a 25 de junho de 2021 o Eco-Truck, o primeiro camião elétrico usado diariamente na operação do Porto de Leixões e que é mais um passo no sentido da descarbonização da sua atividade. Este projeto enquadra-se no âmbito do Roadmap para a Descarbonização e Transição Energética com vista à neutralidade carbónica até 2035, dando sequência ao Plano Operacional de Sustentabilidade da APDL, que alicerça um conjunto de medidas com o objetivo da redução da pegada ambiental da atividade portuária.

3.4. Projetos complementares

Destaca-se igualmente o papel do porto de Viana do Castelo no abastecimento de gás natural a navios, que o coloca na vanguarda a nível nacional. Consciente da importância do GNL para a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, a APDL está convicta que a sua utilização contribuirá para o cumprimento das exigências ambientais no âmbito do transporte marítimo, pelo que está empenhada em desenvolver uma estratégia que coloque os portos sob sua jurisdição na rota do abastecimento de GNL a navios.

4. Investimento

5.1 Principais Investimentos

O investimento realizado em 2021 no *cluster* portuário gerido pela APDL ascendeu a 52,4 milhões de euros, 81% acima do investimento realizado em 2020. Do valor global, 78% foi investido no Porto de Leixões, 17% no Porto de Viana do Castelo e 5 % na Via Navegável do Douro.

INVESTIMENTO GLOBAL

unid: milhares de euros

	2021	2020	2019
Porto de Leixões	40 962	12 944	5 144
Porto de Viana do Castelo	8 942	14 344	1 973
Via Navegável do Douro	2 462	1 573	6 301
TOTAL DO INVESTIMENTO	52 367	28 860	13 418

Apresenta-se de seguida a realização do investimento por Unidade de Negócio e por Ação, com destaque para alguns dos investimentos mais relevantes.

4.1.1. Porto de Leixões

INVESTIMENTO NO PORTO DE LEIXÕES

Unid: Euros

Ações	2021
Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	1 671 628
Terminal de Cruzeiros	153 723
Melhoria das condições Operacionais no TPL	3 466 055
Portaria Principal	1 597 769
Estruturação da Plataforma Logística	1 291 735
Reabilitação de Espaços e Edifícios	808 995
Segurança Marítima e Portuária	14 871 930
Gestão Ambiental	52 267
Sistema de Informação Geográfica	23 128
Portal do Porto de Leixões	338 585
Portal Interno	73 163
Sistema de Informação e Gestão	55 148
Gestão Dominial	585 707
Infraestruturas TIC	472 047
Novo Terminal de Contentores	15 367 552
Continuidade do Negócio	117 412
Investimento residual e recorrente	15 550
Total Leixões	40 962 393

Salientam-se, relativamente ao investimento realizado no porto de Leixões em 2021, as seguintes intervenções:

- Aumento da capacidade de navegabilidade do Porto

O investimento realizado no exercício foi, em parte, aplicado em intervenções na Ponte Móvel, que incluíram a substituição de alguns órgãos da ponte, para prevenir a ocorrência de interrupções não previstas no funcionamento desta infraestrutura. Adicionalmente, foi possível concluir a empreitada de substituição do duque d'alba nordeste da Ponte Móvel do Porto de Leixões, que havia sido danificado num acidente que resultou do embate de um navio porta-contentores.

- Melhoria das condições operacionais no TPL (Terminal Petrolífero de Leixões)

Neste âmbito, o investimento realizado foi, essencialmente, aplicado na execução do Novo Viaduto no Terminal Petrolífero de Leixões, decorrente do estado de degradação do viaduto existente. Este investimento permitirá obter uma estrutura com maior tempo de vida e custos semelhantes aos de uma reabilitação do existente. Foi também possível concluir a Reconstrução do guindaste Titan do Molhe Sul, peça de arqueologia industrial com enorme valor patrimonial, agora visitável por todos.

- Portaria Principal

O investimento realizado no exercício foi aplicado na execução do Parque de Pesagens do Porto de Leixões, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2022, o qual pretende, de uma forma eficaz e eficiente, dar resposta às atuais necessidades, assim como, ao expectável crescimento de utilização motivado pelos investimentos em curso relacionados com o aumento de capacidade na movimentação de contentores. Foi também promovido o desenvolvimento de plataforma de BUS-IoT para suportar as atividades desenvolvidas no âmbito da futura portaria e SIP (Sistema Integrado de Pesagens), e as adaptações necessárias para a implementação da JUL (Janela Única Logística).

- Estruturação da Plataforma Logística

Em 2021, o investimento realizado foi, essencialmente, aplicado na ampliação do entreposto frigorífico localizado no lote 3 do polo 1 da Plataforma Logística do Porto de Leixões, que visa dar resposta à necessidade de dotar esta infraestrutura de uma nova câmara frigorífica, bem como de ampliar a zona de receção e expedição, com a inclusão de 4 novos cais, com o objetivo de potenciar a sua capacidade de resposta.

- Segurança Marítima e Portuária

O investimento em segurança marítima e portuária situou-se em 14,87 milhões de euros, em que se salienta o valor aplicado na aquisição de dois novos rebocadores com força de tração de 70 toneladas BP, que deverão entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2022. Estes novos equipamentos, são adequados para a operação em docas confinadas, pelas suas reduzidas dimensões, grande capacidade de tração e manobrabilidade.

Ficou formalmente concluída a fase de aquisição de terrenos para a implementação do Centro Inspetivo do Porto de Leixões, que prevê a infraestruturação de uma área com cerca de 3 hectares e contempla a construção de um edifício para o funcionamento do PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço, um edifício para o scanner de contentores, um edifício para a Alfândega destinado à inspeção física de contentores e um edifício de apoio ao motorista. Representa um projeto de alta prioridade que permitirá retirar o PIF da Doca 4 Norte, libertando área para o

manuseamento de carga, potenciando e melhorando a sua operacionalidade e parâmetros de segurança.

Ficou igualmente concluída a intervenção para Estabilização do Cais da Doca 4 Sul, que consistiu no reforço e proteção da fundação do muro-cais em blocos, ancoragens e correção dos caminhos de rolamento dos pórticos de cais no Terminal de Contentores Sul. Encontram-se em fase de conclusão os trabalhos de repavimentação da faixa acostável.

As atividades prévias necessárias para a tramitação procedimental para adjudicação da Empreitada de Avanço de Todo o Cais Norte da Doca n.º 1 e Alargamento da sua Rampa Ro-Ro foram concluídas, possibilitando o lançamento ao Mercado do Procedimento no início de 2022. Esta intervenção permitirá ter um cais alinhado, numa extensão, aproximada, de 488 metros, coroamento à cota (+ 6m) ZHL e frente de acostagem com fundos, para já, de (-10 m) ZHL, e no futuro, à cota (-12m) ZHL. Complementarmente, a rampa ro-ro existente será alargada em 14 metros, sendo 7,5metros para norte e 6,5metros para sul. O cais ficará dotado com um caminho de rolamento para pórticos STS (Ship to Shore), com bitola de 100 pés (30,48 m). A via do carril do lado de terra, nesta fase, será executada na extensão deixada livre a nascente do edifício da Estação de Passageiros.

- Infraestruturas TIC

Consequente com a permanente atualização dos sistemas e infraestruturas de informação e comunicação e em resposta aos desafios de desenvolvimento de trabalho remoto colocados pela pandemia Sars-Cov2/COVID-19, que se mantiveram em 2021, a APDL continuou com investimentos avultados nesta área.

- Novo Terminal de Leixões

Foram iniciados os trabalhos no âmbito da obra de prolongamento do quebra-mar exterior e das acessibilidades marítimas que prevê a criação de condições de melhoria da segurança e preparação do Porto para a receção de embarcações de maior dimensão. O valor dos trabalhos realizados ascendeu a 15,3 milhões de euros.

- Continuidade do Negócio

Foram desenvolvidos os Estudos necessários para a implementação do Data Center TIER III, os quais deverão ser dados como concluídos, após a receção da carta de certificação TCDD em *Tier III* pelo *The Uptime Institute*, no primeiro semestre de 2022.

4.1.2. Porto de Viana do Castelo

INVESTIMENTO NO PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: Euros	
Ações	2021
Infraestruturas portuárias	27 892
Equipamentos Portuários	119 815
Melhoria da Navegabilidade no Porto	8 767 817
Espaços e Edifícios	30 982
Investimento Residual e recorrente	619
Total Porto de Viana do Castelo	8 942 174

Em 2021 a APDL investiu na unidade de negócio do Porto de Viana do Castelo o montante de 8,9 milhões de euros, destacando-se as intervenções realizadas em:

- Equipamentos Portuários

O investimento em equipamentos portuários incluiu a aquisição de um empilhador com propulsão elétrica e capacidade de elevação de 3 toneladas e o acondicionamento da grua automóvel de 50 toneladas, de apoio à atividade portuária.

- Melhoria da Navegabilidade no Porto

Os trabalhos relativos à dragagem do canal de acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ficaram concluídos neste exercício. Esta intervenção, numa área de aproximadamente 190.000 m², e com um volume a dragar de mais de 500.000 m³, incluiu, genericamente: aprofundamento do canal de navegação para a cota (-6 m) ZH; aprofundamento do anteporto para a cota (-6 m) ZH; aprofundamento da bacia do cais do Bugio para a cota (-6,5 m) ZH.

4.1.3.Via Navegável do Douro

INVESTIMENTO NA VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Ações	Unid: Euros
	2021
Melhoria do Canal de Navegação	23 274
Infraestruturas Fluviais e Terrestres	1 346 700
Operacionalidade e Segurança da VND	1 057 101
Gestão Ambiental	4 948
DIWW 2020	30 528
Total Via Navegável do Douro	2 462 552

O valor investido no ano de 2021 na Via Navegável do Douro cifrou-se em 2,46 milhões de euros. Destacam-se, dentro deste valor:

- Porto de Lamego

Foi realizada uma intervenção no valor de 220 mil euros, no âmbito do sistema de recolha de águas residuais.

- Cais da Régua

A intervenção, no valor de 245 mil euros, consistiu na reformulação da rede de fornecimento de energia elétrica para o cais marítimo turístico da Régua, com vista a disponibilizar a alimentação elétrica a navios marítimo-turísticos que operem no rio Douro, e também a disponibilizar abastecimento de água às embarcações. Ficou também instalado e configurado um sistema de gestão, monitorização e controlo do fornecimento de eletricidade/água que permitirá a integração/interligação do sistema com RIS Douro e o sistema informático da Janela Única Portuária.

- Cais da Senhora da Ribeira

Tendo em conta que na albufeira da Valeira apenas existem instalações precárias para acostagem de embarcações marítimo-turísticas, foram reforçadas as condições de acostagem no cais da Sra. da Ribeira para amarração de navios do tipo hotel através da execução de 3 duques d'alba.

- Operacionalidade e Segurança da VND

Salienta-se a disponibilização de controlo de acessos a várias infraestruturas fluviais, no montante aproximado de 145 mil euros e a aquisição de lanternas, balizagem e georreferenciação, no valor de 761 mil euros, para continuação da implementação do novo assinalamento fluvial.

5.2 Fontes de Financiamento

No decorrer da atividade desenvolvida em 2021, o investimento realizado pela APDL foi financiado maioritariamente por fundos próprios, em específico, 70% do montante total de investimento. Por outro lado, cerca de 7% do investimento foi participado pelo Orçamento de Estado e cerca de 23% por Fundos Comunitários.

Comparativamente com o ano transato, a ponderação de investimentos financiados por fundos próprios diminuiu, por força do aumento registado ao nível das participações obtidas através de Fundos Comunitários.

A respetiva distribuição das fontes de financiamento é apresentada no quadro seguinte:

FONTES DE FINANCIAMENTO

unid: 1000 euros

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Orçamento de Estado	3 620	6,9%	2 817	9,8%
Fundos Comunitários	12 025	23,0%	0	0,0%
Fundos próprios	36 722	70,1%	26 043	90,2%
Total	52 367	100%	28 860	100%

5. Análise económica e financeira

5.1. Resultado do Exercício

Apesar do aumento de 1,4 milhões de euros registado ao nível dos rendimentos operacionais em 2021 face ao ano anterior, os gastos operacionais cresceram 4,1 milhões de euros no mesmo período, provocando assim uma diminuição de 2,7 milhões de euros no EBITDA da APDL.

A diminuição no EBITA reflete-se na diminuição no EBIT, sendo que neste indicador temos ainda a considerar o facto de em 2020 estar registada a reversão da provisão referente ao acordo celebrado entre a APDL e o Consórcio A Construtora dos Molhes do Douro – Somague/Irmãos Cavaco, ACE, no valor de 2,9 milhões de euros, (rendimento em 2020) e no ano 2021 termos uma reversão da perda por imparidade de investimentos no valor de 2 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: €1000

Demonstração de Resultados	2021	2020	Δ (€)	Δ (%)
Vendas e serviços prestados	52.619	51.938	681	1,3%
Subsídios à exploração	928	1.037	-109	-10,5%
Trabalhos para a própria entidade	600	0	600	-
Outros rendimentos operacionais	1.556	1.320	236	17,9%
Rendimentos operacionais	55.704	54.295	1.409	2,6%
Consumos de materiais	-1.418	-1.316	-102	7,8%
FSE	-13.897	-13.162	-735	5,6%
Gastos com o pessoal	-16.362	-15.713	-649	4,1%
Outros gastos operacionais	-5.514	-2.902	-2.612	90,0%
Gastos operacionais	-37.191	-33.094	-4.097	12,4%
EBITDA	18.513	21.201	-2.688	-12,7%
Depreciações e amortizações	-25.843	-25.320	-523	2,1%
Imparidade de investimentos	2.096	-274	2.370	-865,1%
Rendimentos diferidos	11.649	10.781	868	8,1%
Provisões	18	2.769	-2.751	-99,3%
EBIT	6.434	9.158	-2.724	-29,7%
Gastos de financiamento	-344	-429	85	-19,8%
Resultado antes de impostos	6.090	8.730	-2.640	-30,2%
Imposto sobre o rendimento do período	-21	-2.259	2.238	-99,1%
Resultado líquido do período	6.069	6.471	-402	-6,2%

A unidade de negócio Porto de Leixões, local da sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão. No entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

Unid:
€1000

Demonstração de Resultados	2021			2020			Δ (€)			Δ (%)		
	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro	Leixões	Viana	Douro
Vendas e serviços prestados	48.146	2.948	1.526	48.123	2.618	1.198	23	330	328	0,0%	12,6%	27,4%
Subsídios à exploração	78	481	370	30	322	685	48	159	-315	158,9%	49,3%	-46,0%
Trabalhos para a própria entidade	560	0	40				560	0	40	-	-	-
Outros rendimentos operacionais	1.439	2	116	882	435	2	557	-433	114	63,1%	-99,6%	5690,7%
Rendimentos operacionais	50.222	3.430	2.052	49.035	3.375	1.884	1.187	55	168	2,4%	1,6%	8,9%
Consumos de materiais	-1.386	-17	-15	-1.281	-19	-16	-105	2	1	8,2%	-10,2%	-4,9%
FSE	-10.636	-1.241	-2.019	-10.061	-1.168	-1.933	-575	-73	-86	5,7%	6,3%	4,4%
Gastos com o pessoal	-14.089	-1.690	-582	-13.526	-1.618	-569	-563	-72	-13	4,2%	4,5%	2,3%
Outros gastos operacionais	-2.649	-734	-2.131	-2.772	-108	-22	123	-626	-2.109	-4,4%	579,8%	9584,5%
Gastos operacionais	-28.761	-3.683	-4.747	-27.640	-2.913	-2.541	-1.121	-770	-2.206	4,1%	26,4%	86,8%
EBITDA	21.461	-253	-2.695	21.396	462	-656	65	-715	-2.039	0,3%	-154,8%	310,8%
Depreciações e amortizações	-20.448	-2.651	-2.744	-20.384	-2.195	-2.740	-64	-456	-4	0,3%	20,8%	0,1%
Imparidade de investimentos	20	1.998	78	-12	-445	184	32	2.443	-106	-267,0%	-549,0%	-57,5%
Rendimentos diferidos	8.591	760	2.298	7.485	1.937	1.359	1.106	-1.177	939	14,8%	-60,7%	69,1%
Provisões	15	-2	5	-188	47	2.910	203	-49	-2.905	-108,2%	-104,2%	-99,8%
EBIT	9.640	-148	-3.058	8.296	-195	1.057	1.344	47	-4.115	16,2%	-24,2%	-389,3%
Gastos de financiamento	-344	0	0	-429	0	0	85	0	0	-19,8%	-	-
Resultado antes de impostos	9.296	-148	-3.058	7.868	-195	1.057	1.428	47	-4.115	18,1%	-24,2%	-389,3%

5.1.1. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços das três unidades de negócio ascenderam, em 2021, a 52,6 milhões de euros, cerca de 700 mil euros acima do ano anterior. O acréscimo nas vendas e prestações de serviços estão identificados na tabela abaixo.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Unid: €1000

	2021	2020	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	14.647	14.313	334	2,3%
TUP - Navio	4.355	4.479	-124	-2,8%
Serviço de Pilotagem	3.001	3.079	-78	-2,5%
Serviço de Reboque	3.494	3.541	-47	-1,3%
Uso de Equipamento Marítimo	169	269	-100	-37,3%
Serviço de Amarração	1.103	790	313	39,6%
Outros	2.525	2.156	369	17,1%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	1.326	1.326	0	0,0%
Tarifa ISPS	1.319	964	355	36,9%
Tráfego de passageiros	23	15	8	53,0%
Outros	497	350	147	42,1%
CONCESSÕES	27.815	28.277	-462	-1,6%
Terminal Petroléiro	4.486	5.772	-1.286	-22,3%
Terminal de Contentores	18.253	17.984	269	1,5%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.665	2.611	54	2,1%
Terminal de Cimentos	1.084	1.039	45	4,3%
Outras concessões	1.328	871	457	52,5%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	2.179	1.925	254	13,2%
USO DOMINIAL	1.523	1.762	-239	-13,6%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	4.615	4.336	279	6,4%
Total	52.619	51.938	681	1,3%

As secções seguintes apresentam uma análise das Vendas e Prestações de Serviços por unidade de negócio.

Porto de Leixões

As vendas e prestações de serviços do Porto de Leixões registaram um aumento de 0,5%, conforme detalhado na seguinte tabela:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

	2021	2020	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	12.630	12.538	92	0,7%
TUP - Navio	3.857	3.915	-58	-1,5%
Serviço de Pilotagem	2.732	2.829	-97	-3,4%
Serviço de Reboque	3.494	3.541	-47	-1,3%
Uso de Equipamento Marítimo	160	251	-91	-36,1%
Serviço de Amarração	1.025	742	283	38,2%
Outros	1.361	1.261	100	7,9%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	1.606	1.086	520	47,9%
Tarifa ISPS	1.319	963	356	37,0%
Tráfego de passageiros	23	15	8	53,0%
Uso de infraestruturas	264	109	155	142,2%
CONCESSÕES	26.730	27.582	-852	-3,1%
Terminal Petrolero	4.486	5.772	-1.286	-22,3%
Terminal de Contentores	18.253	17.984	269	1,5%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.665	2.611	54	2,1%
Terminal de Cimentos	661	661	0	0,0%
Outras concessões	666	555	111	19,9%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	2.179	1.925	254	13,2%
USO DOMINIAL	900	1.130	-230	-20,4%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	4.336	3.862	474	12,3%
Total	48.382	48.123	259	0,5%

A receita dos **Serviços prestados ao navio** no porto de Leixões aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+0,7%), essencialmente por via do acréscimo de receita do serviço de amarração.

O aumento de 520 mil euros dos **Serviços prestados à carga** face ao ano anterior deveu-se, sobretudo, ao acréscimo de 356 mil euros na rubrica Tarifa ISPS - tarifa cobrada ao concessionário TCL pelo movimento de contentores para cumprimento do Código ISPS (*International Ship and Port Facility Security code*) - e de 155 mil euros na rubrica **Uso de infraestruturas**, fruto da subida do movimento de trailers (+19,8%).

As **Concessões** apresentam uma variação negativa de 3,1%, face à quebra da receita do Terminal Petrolero em função do encerramento da atividade de refinação na refinaria da Petrolgal de Matosinhos. Por sua vez, a receita do Terminal de Contentores aumentou 269 mil euros (+1,5%), perante o crescimento de 1,8% em contentores movimentados e de 2% em TEU.

O acréscimo de 254 mil euros de receita advinda da **Plataforma Logística** face a 2020 deveu-se, essencialmente, ao início da ocupação dos lotes n.º 7 e 8 do Pólo 1 e dos lotes n.º 1 a 4 do Pólo 2.

Por sua vez, a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, contribuiu para diminuição de 230 mil euros ao nível da rubrica **Uso dominial** face a 2020 (-20,4%).

Porto de Viana do Castelo

O Porto de Viana do Castelo registou um acréscimo de 12,4% das vendas e prestações de serviços, conforme detalhado na seguinte tabela:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

	2021	2020	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	892	948	-56	-5,9%
TUP - Navio	476	542	-66	-12,1%
Serviço de Pilotagem	256	236	20	8,6%
Uso de Equipamento Marítimo	8	18	-10	-53,6%
Serviço de Amarração	78	48	30	62,6%
Outros	73	105	-32	-30,2%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	233	240	-7	-2,7%
Tarifa Armazenagem	4	2	2	99,3%
Uso de Equipamento Guindastes	78	94	-16	-17,4%
Tarifa Uso de infraestruturas	152	145	7	4,7%
CONCESSÕES	1.085	695	390	56,1%
Terminal de Cimentos	423	378	45	11,8%
Outras concessões	662	316	346	109,6%
USO DOMINIAL	283	271	12	4,3%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	448	464	-16	-3,4%
TOTAL	2.941	2.618	323	12,4%

Apesar dos aumentos registados ao nível da receita com serviços de pilotagem e serviços de amarração, as rubricas da Tup Navio, uso de equipamento marítimo e outros diminuíram face ao ano anterior, o que resultou numa diminuição de 56 mil euros na receita dos **Serviços prestados ao navio**.

No ano de 2021, procedeu-se à reclassificação da receita associada a uma utilização privativa de uma parcela de terreno, o que justifica a expressiva variação da receita ao nível das **concessões**. A receita em causa foi considerada como outros rendimentos até 2020 e, a partir de 2021, foi reclassificada para vendas e serviços prestados.

Via Navegável do Douro

As vendas e prestações de serviços da Via Navegável do Douro de 2021 aumentaram 328 mil euros face ao ano anterior (+27,4%), conforme detalhado na seguinte tabela:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

	2021	2020	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	1.124	827	297	36,0%
TUP-Navio	21	23	-2	-7,9%
Serviço de Pilotagem	13	15	-2	-15,3%
Tarifa de Circulação	335	144	191	132,6%
Tarifa de Acostagem	206	247	-41	-16,6%
Tarifa Utilização da Via	331	291	40	13,6%
Tarifa de Recolha de Resíduos	190	103	87	84,3%
Outros	29	4	25	626,1%
USO DOMINIAL	341	360	-19	-5,4%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	61	10	51	506,2%
Total	1.526	1.198	328	27,4%

Enquanto área de negócio estreitamente ligada ao setor do turismo, a Via Navegável do Douro continuou a ser fortemente afetada pela pandemia SARS-CoV-2, à semelhança do ano anterior.

O número de passageiros na VND cresceu 23,3% face ao ano anterior, o que justificou o aumento global de 297 mil euros ao nível dos **Serviços prestados ao navio** - sobretudo por via da Tarifa de Circulação, Tarifa de Utilização da Via e Tarifa de Recolha de Resíduos – e do **Fornecimento e serviços diversos**, por força do fornecimento de energia elétrica a embarcações. No entanto, conforme mencionado no capítulo 2 deste relatório, o número de passageiros ficou ainda muito distante dos valores dos anos anteriores à pandemia.

5.1.2. Subsídios à exploração

No corrente ano, a APDL reconheceu o montante 928 mil euros nos Subsídios à exploração, um pouco abaixo do ano anterior (1 milhão de euros), sendo 481 mil euros referentes ao PVC e 370 mil euros à VND. Apesar do aumento de 134 mil euros nos fundos nacionais (PIDDAC), obtemos uma variação negativa pela redução dos fundos comunitários com destaque para o montante de 303 mil euros reconhecidos em 2020 relativo ao subsídio DIW 2020.

5.1.3. Outros rendimentos operacionais

A APDL apresentou em 2021 um aumento de 18,1% relativamente ao ano anterior, ou seja, mais 238 mil euros. Apesar da diminuição de outros rendimentos operacionais resultante da reclassificação da receita da concessão West-Sea (estaleiros navais de Viana do Castelo) que passou a ser reconhecida em Vendas e serviços prestados em 2021, no valor de 434 mil euros, a venda de um terreno por 456 mil euros acabou por gerar uma variação positiva nesta rubrica. As indemnizações recebidas tiveram um aumento de 105 mil euros (processo CGA em 2021 e processo Erasmus 2020). Registamos ainda um aumento de 80 mil euros na conta de correções relativas a períodos anteriores referente à retificação do valor do acréscimo dasclusas da EDP.

5.1.4. Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e Gastos com o pessoal

Em 2021, a APDL apresentou um montante de gastos de 31,7 milhões de euros desta natureza, aumentando cerca de 1,5 milhões de euros face ao ano anterior.

FSE, CMVMC E GASTOS COM O PESSOAL

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2021	2020	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	13.897	13.162	735	5,6%
Subcontratos	1.439	1.072	367	34,2%
Serviços especializados	8.223	7.649	574	7,5%
Materiais	89	94	-4	-4,3%
Energia e outros fluidos	2.130	2.134	-4	-0,2%
Deslocações e estadas	30	32	-2	-7,6%
Serviços diversos	1.986	2.180	-195	-8,9%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	1.418	1.316	102	7,8%
Mercadorias	1.060	949	111	11,7%
Matérias subsidiárias e de consumo	358	367	-9	-2,4%
GASTOS COM PESSOAL	16.362	15.713	648	4,1%
Remunerações dos órgãos sociais	285	339	-53	-15,7%
Remunerações do pessoal	12.372	11.619	753	6,5%
Benefícios pós-emprego e pensões	88	126	-38	-30,2%
Encargos sobre remunerações	2.812	2.731	81	3,0%
Outros gastos com o pessoal	805	898	-94	-10,4%
Total	31.677	30.191	1.485	4,9%

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas e Gastos com o Pessoal por unidade de negócio.

Conforme mencionado no capítulo 3 do presente relatório, o aumento de **gastos com o pessoal** em todas as unidades de negócio resulta, essencialmente, das contratações de pessoal concretizadas em 2021, do compromisso de pagamento de um prémio de desempenho aos trabalhadores da empresa (relevado contabilisticamente em 2021) e valorizações remuneratórias resultantes das progressões nas carreiras profissionais de acordo com os Instrumentos de Regulamentação Coletiva do Trabalho, designadamente, o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Porto de Leixões

Em 2021, os gastos operacionais no Porto de Leixões registaram um aumento de 1,2 milhões de euros face ao ano anterior, tal como detalhado na seguinte tabela:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2021	2020	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10.636	10.061	575	5,7%
Subcontratos	975	900	75	8,4%
Serviços especializados	6.167	5.427	740	13,6%
Materiais	75	83	-8	-9,6%
Energia e outros fluidos	1.761	1.753	8	0,5%
Deslocações e estadas	26	24	2	6,8%
Serviços diversos	1.633	1.874	-241	-12,9%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	1.386	1.281	105	8,2%
Mercadorias	1.048	940	108	11,5%
Matérias subsidiárias e de consumo	338	341	-3	-1,0%
GASTOS COM PESSOAL	14.089	13.526	563	4,2%
Remunerações dos órgãos sociais	283	339	-56	-16,5%
Remunerações do pessoal	10.521	9.843	678	6,9%
Benefícios pós-emprego e pensões	88	126	-38	-30,2%
Encargos sobre remunerações	2.397	2.328	70	3,0%
Outros gastos com o pessoal	801	891	-90	-10,1%
Total	26.112	24.868	1.244	5,0%

Os **Fornecimentos e serviços externos** apresentaram um aumento de 5,7%, face ao ano anterior, por via dos aumentos de 75 mil euros ao nível de **subcontratos** e, sobretudo, de 740 mil euros nos **serviços especializados**. No que respeita a estes últimos, destacaram-se os aumentos de 324 mil euros com gastos de conservação e reparação, 50 mil euros ao nível da vigilância, 93 mil euros em consultorias e, por último, 257 mil euros em outros serviços especializados, com forte contributo da implementação das Normas ISO 27001 e ISO 31000.

Em sentido inverso, a rubrica de **serviços diversos** decresceu 241 mil euros face ao ano anterior, perante a diminuição de 202 mil euros com limpeza de praias originada pela transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres.

No que respeita aos **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, o aumento de 8,2% face ao ano de 2020 deveu-se, sobretudo, ao aumento do preço unitário de aquisição médio de gasóleo rodoviário na ordem dos 20%. De qualquer modo, este aumento não pode ser dissociado do acréscimo de 143 mil euros verificado na receita com a venda de gasóleo aos concessionários nos anos em questão.

Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo esta tipologia de gastos cresceu 5,1% face ao ano anterior, conforme detalhado na seguinte tabela:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2021	2020	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.241	1.168	74	6,3%
Subcontratos	69	64	4	6,7%
Serviços especializados	816	761	55	7,2%
Materiais	6	3	3	106,5%
Energia e outros fluidos	251	242	9	3,7%
Deslocações e estadas	1	3	-2	-61,1%
Serviços diversos	99	95	4	4,0%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	17	19	-2	-11,1%
Mercadorias	12	9	3	34,3%
Matérias subsidiárias e de consumo	5	10	-5	-49,4%
GASTOS COM PESSOAL	1.690	1.618	72	4,5%
Remunerações dos órgãos sociais	3	0	3	0,0%
Remunerações do pessoal	1.375	1.312	63	4,8%
Encargos sobre remunerações	310	299	11	3,5%
Outros gastos com o pessoal	3	7	-3	-51,3%
Total	2.949	2.805	144	5,1%

Os **Fornecimentos e serviços externos** cresceram 6,3% face ao ano anterior, com especial contributo do aumento de 55 mil euros registado ao nível dos **serviços especializados**. Este aumento deveu-se, essencialmente, ao acréscimo de 174 mil euros nos gastos com dragagens, apesar das reduções de 43 mil euros com outros serviços de conservação e reparação e de 52 mil euros com outros serviços especializados.

Via Navegável do Douro

Por sua vez, os gastos relativos à Via Navegável do Douro em 2021 aumentaram 4,4% face ao ano transato, conforme detalhado na seguinte tabela:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2021	2020	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.019	1.933	86	4,4%
Subcontratos	396	109	287	264,5%
Serviços especializados	1.241	1.462	-221	-15,1%
Materiais	9	8	1	8,8%
Energia e outros fluidos	117	139	-21	-15,5%
Deslocações e estadas	3	5	-2	-45,0%
Serviços diversos	254	211	43	20,3%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	15	16	-1	-3,8%
Mercadorias	0	0	0	-100,0%
Matérias subsidiárias e de consumo	15	16	0	-3,0%
GASTOS COM PESSOAL	582	569	13	2,2%
Remunerações do pessoal	477	464	12	2,7%
Encargos sobre remunerações	105	104	1	0,5%
Outros gastos com o pessoal	1	1	0	-22,1%
Total	2.616	2.518	98	3,9%

Os **Fornecimentos e serviços externos** registaram um aumento de 86 mil euros face a 2020 (+4,4%), para o qual contribuíram, fundamentalmente, os incrementos de 287 mil euros com a subcontratação do serviço de recolha de resíduos e, ao nível dos serviços especializados, o aumento de 75 mil euros com conservação e reparação de informática, apesar das reduções de 247 mil euros com outros serviços de conservação e reparação e de 72 mil euros com outros serviços especializados.

Por sua vez, o aumento de 43 mil euros na rubrica de serviços diversos (+20,3%) resultou, principalmente, do aumento de 39 mil euros com serviços de limpeza de cais.

5.1.5. Outros gastos operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram um aumento de 2,6 milhões de euros.

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

euros

	2021	2020	Δ (€)	Δ (%)
Imparidade dividas a receber	8.255	15.879	-7.624	-48,01%
Outros gastos e perdas	5.505.534	2.886.384	2.619.150	90,74%
Impostos	2.313.804	2.369.113	-55.309	-2,33%
Perdas em inventários	24.244	19.992	4.251	21,27%
Donativos	179.635	295.720	-116.085	-39,26%
Quotizações	101.038	55.075	45.963	83,46%
Multas e penalidades	408	9.601	-9.194	-95,75%
Outros gastos e perdas	2.886.405	136.883	2.749.523	2008,67%
Total	5.513.788	2.902.263	2.611.525	89,98%

Os Impostos reduzem por via da redução registada nas outras taxas, uma vez que em 2020 liquidamos taxas à ANACOM no valor de 18 mil euros e em 2021 a segurança social dos subcontratantes foi inferior à registada em 2020, em 21 mil euros.

Em 2021 verificou-se um aumento da rubrica Quotizações, 45 mil euros, relativo às quotizações APP – Associação dos Portos de Portugal e UN Global Compact.

Em 2020, assumindo a sua responsabilidade social, a APDL efetuou um donativo de 100 mil euros à Unidade Local de Saúde de Matosinhos, este facto refelete a diminuição na rubrica de donativos, quando comparamos 2021 com 2020.

O maior gasto registado em Outros gastos e perdas deve-se ao facto de em 2021 terem sido revertidos imparidades de subsídios ao investimento, no valor de 2,4 milhões de euros.

5.1.6. Depreciações e amortizações

As **Depreciações e amortizações** da APDL registam um aumento de 523 mil euros (2,1%) face ao ano anterior, mantendo-se acima dos 25 milhões de euros. O maior aumento regista-se no PVC pelo início de utilização das acessibilidades marítimas ao porto industrial (456 mil euros).

5.1.7. Imparidade de Investimentos

As **Imparidades de investimentos**, registaram uma variação positiva (2,4 milhões de euros) pelas reversões das perdas de acordo com os gastos de depreciação associados.

Os dispêndios de investimento realizados nestas unidades refletem-se no reconhecimento de perdas por imparidade. Os ativos destas UGC são, na sua generalidade, apenas recuperáveis pelo seu uso e têm valor de venda nulo por se encontrarem construídos em parcelas do domínio público e, como tal, afastados do comércio jurídico.

As construções e equipamentos afetos a estas UGC, estão construídos ou instalados em parcelas do domínio público pelo que estão afastados do comércio jurídico e, como tal, tem valor de venda nulo. Por este facto, o seu valor recuperável depende apenas dos fluxos de caixa gerados pelo seu uso.

5.1.8. Rendimentos diferidos

A rubrica **Rendimentos diferidos** é composta pela Imputação de subsídios ao investimento e Rendimento dos ativos das concessões e apresenta um aumento de 868 mil euros face a 2020, totalmente justificado pelo aumento do ativo das concessões.

Esta rubrica aumenta também em consequência do aumento das Depreciações e amortizações dos bens afetos ao PVC e VND, cujos ativos têm subsídios associados.

5.1.9. Provisões

As **Provisões** registaram uma variação negativa de 2,75 milhões de euros, fixando o valor de 2021 em 18 mil euros.

A variação deve-se ao encerramento do processo judicial pela celebração de acordo extrajudicial entre as partes, a APDL e a Construtora dos Molhes do Douro (ACE), que ocorreu em 2020, refletindo elevado impacto na conta de provisões desse ano.

5.1.10. Gastos de financiamento

Os **Gastos de financiamento** registaram uma diminuição de 83 mil euros relativamente a 2020. A redução do capital em dívida reflete o menor encargo com os juros do empréstimo bancário do BEI.

A APDL dispõe de uma linha de financiamento de 17,5 milhões de euros que, até 31 de dezembro de 2020, ainda não foi utilizada. O crédito destina-se a financiar o investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões.

5.1.11. Gastos COVID-19

O corrente ano continuou a ser marcado pelo aparecimento da pandemia de Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), tendo a APDL mantido as diversas medidas para garantir a segurança dos seus colaboradores, nomeadamente, a definição de fluxogramas de atuação, em caso de suspeita de Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19); criação, identificação e sensibilização para áreas de "isolamento"; consciencialização e sensibilização para as medidas preventivas; colocação de meios de desinfeção e EPI's, afixação de cartazes explicativos e reforço de higienização dos espaços, etc.

5.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un.: 1000 Euros

	2021		2020		Δ €	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE	459.250	91,8%	395.487	83,8%	63.763	16,1%
Ativos fixos tangíveis	366.016	73,1%	319.413	67,3%	46.603	14,6%
Ativos por impostos diferidos	24.753	4,9%	25.331	5,4%	-578	-2,3%
Outros ativos não correntes	68.481	13,7%	50.743	10,8%	17.738	34,9%
ATIVO CORRENTE	41.182	8,2%	76.353	16,2%	-35.171	-46,1%
Clientes	4.432	0,9%	5.140	1,1%	-708	-13,77
Outras contas a receber	2.202	0,4%	5.613	1,2%	-3.411	-60,8%
Caixa e depósitos bancários	28.355	5,7%	60.507	12,8%	-32.152	-53,1%
Outros ativos correntes	6.193	1,2%	5.093	1,1%	1.100	21,6%
TOTAL DO ATIVO	500.432	100,0%	471.840	100,0%	28.592	6,1%
CAPITAL PRÓPRIO	382.226	76,4%	371.012	78,6%	11.214	3,0%
PASSIVO NÃO CORRENTE	85.977	17,2%	69.068	14,6%	16.909	24,5%
Financiamentos obtidos	12.420	2,5%	13.560	2,9%	-1.140	-8,4%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	7.015	1,4%	7.988	1,7%	-973	-12,2%
Outras contas a pagar	66.542	13,3%	47.520	10,1%	19.022	40,0%
PASSIVO CORRENTE	32.229	6,4%	31.760	6,7%	469	1,5%
Fornecedores	2.093	0,4%	2.810	0,6%	-717	-25,5%
Estado e outros entes públicos	1.281	0,3%	1.624	0,3%	-343	-21,1%
Outras contas a pagar	28.855	5,8%	27.326	5,8%	1.529	5,6%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	500.432	100,0%	471.840	100,0%	28.592	6,1%

O **Ativo** cresceu 6,1% (+ 28,6 milhões de euros) por via do aumento do **Ativo Não Corrente** (+ 63,7 milhões de euros), com especial ênfase nas rubricas **Ativos fixos tangíveis** (+46,6 milhões de euros) e **Outros ativos não correntes** (+17,7 milhões de euros), apesar do contributo negativo da rubrica **Caixa e depósitos bancários** (-32,2 milhões de euros em 2021 face a 2020).

A redução da **Caixa e depósitos bancários** reflete o aumento dos pagamentos relativos às atividades de investimento (+36 milhões de euros pagos em 2021 quando comparado com 2020), apesar dos fluxos de caixa de atividades operacionais refletirem uma melhoria em 2021 de 10 milhões de euros.

A rubrica **Outros ativos não correntes** é constituída pelos ativos intangíveis e propriedades de investimento. Nos ativos intangíveis, destaca-se a quantia de 64,5 milhões de euros relativa aos ativos das concessões, sendo de referir que este ano foram reconhecidos ativos das concessões no valor de 23 milhões de euros (21,5 milhões da concessão TCL e 1,6 milhões da concessão TCGL). Nas propriedades de investimento, foi efetuada uma reclassificação do valor relativo aos edifícios e construções afetos à concessão WestSea, em Viana do Castelo. Considerando que em 2021 terminaram as obras de aprofundamento do canal do Porto de Viana decidiu-se que este ativo passaria para Ativo Fixo Tangível. Esta reclassificação foi no montante de 2 milhões de euros. Tendo em conta esta reclassificação foi também reclassificado o rendimento proveniente desta concessão, passando da conta 78 – Outros Rendimentos para a conta 72 – Prestações Serviços (434 mil euros).

O **Capital Próprio**, apesar de aumentar relativamente a 2020, não aumenta na proporção do **Total do Capital Próprio e Passivo**, pelo que o nível de autonomia financeira diminui para 0,76 em 2021 (0,79 em 2020).

O **Passivo Não Corrente** aumentou 24,5% (16,9 milhões de euros) relativamente a 2020. Apesar da redução do financiamento bancário (amortização de capital no montante de 1,14 milhão de euros), bem como a redução das Responsabilidades dos benefícios pós emprego (973 mil euros), a rubrica outras dívidas a pagar teve um aumento de 2,6 milhões, pelo valor de dividendos a pagar (760 mil euros) e pelo valor do imposto diferido (1,86 milhões de euros). Há ainda um aumento do rendimento diferido dos ativos das concessões, que registaram uma variação positiva no ano corrente de 15,9 milhões de euros, justificado pelo incremento adicional de 23 milhões de bens. Este passivo será reconhecido em rendimentos pelos períodos residuais das concessões pelo que não representa uma dívida a liquidar por caixa.

O **Passivo Corrente** aumentou 1,5% (+469 mil euros). Deve-se em particular à diminuição das Outras dívidas a pagar no valor de 1,8 milhões de euros e ao aumento registado nos ativos das concessões (curto prazo) que provocaram um ajustamento positivo de 2,5 milhões de euros no passivo corrente que, pelos motivos apresentados no parágrafo anterior, não se traduzem numa dívida a liquidar por caixa. De referir ainda os rendimentos a reconhecer, no valor de 807 mil euros (inclui valor de 706 mil euros da Reserva Ambiental a investir até ao final da concessão do TCGL).

Indicadores Financeiros

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos.

INDICADORES FINANCEIROS

	2021	2020	Δ %
Indicadores de Eficiência			
Gastos Operacionais/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1,31	0,91	44,0%
Gastos com o Pessoal/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,56	0,46	21,7%
Gastos FSE/Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,48	0,39	23,1%
Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento			
Dívida/Capital Próprio	0,05	0,06	-16,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos/Juros Líquidos	84,43	79,35	6,4%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	0,76	0,79	-3,8%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	3,23	3,68	-12,2%
Liquidez (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	1,28	2,40	-46,7%
Prazos Médios			
Prazo Médio de Pagamento	26	30	-13,3%
Prazo Médio de Recebimento	34	37	-8,1%
Indicadores de Rentabilidade e Crescimento			
Margem do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	0,55	0,65	-15,4%
Margem do Resultado operacional	0,12	0,18	-33,3%
Indicadores de Remuneração do Capital Investido			
Resultado Líquido/Capital Investido	0,01	0,01	0,0%
Resultado Líquido /Capital Próprio	0,02	0,02	0,0%

- O menor Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos, face ao ano anterior, deteriorou os indicadores de eficiência e de rentabilidade e crescimento;
- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- O prazo médio de pagamento diminuiu para os 26 dias, enquanto que o prazo médio de recebimento se fixou nos 34 dias, baixando 3 dias face a 2020, evidenciando uma eficiente gestão de terceiros.

6. Perspetivas futuras

A recuperação da atividade económica global, que se vinha verificando após a forte retração provocada pela pandemia de SARS-CoV-2, foi interrompida pela escassez de matérias-primas e pela guerra na Ucrânia, que tem gerado pressões inflacionistas e abrandamento económico.

Contudo, neste momento, os potenciais impactos na economia global e em particular em Portugal, ainda não são totalmente conhecidos.

Apesar dos constrangimentos que se vêm sentindo ao nível do transporte marítimo, de algumas mercadorias e cadeias logísticas, impostas pelo próprio conflito assim como pelas sanções fixadas pela UE, a atividade da APDL não tem sido significativamente afetada, existindo até compensações entre segmentos de negócio, ou seja, a área de cruzeiros/turística tem registado uma recuperação acelerada que tem vindo a compensar a menor atividade registada em 2022 ao nível de produtos petrolíferos e ferro/aço.

Já ao nível de preço, tem-se registado incrementos relevantes em alguns contratos, destacando-se a energia, procurando a empresa repercutir esses encargos adicionais no mercado, de forma a não prejudicar o seu desempenho económico-financeiro.

Será de notar que, a conjuntura atual, marcada pelo conflito na Ucrânia, é altamente incerta e instável, pelo que qualquer revisão de projeções futuras, é um exercício difícil e com elevado risco de erro, uma vez que as projeções podem mudar significativamente num curto espaço de tempo.

Assim, atendendo à volatilidade do contexto atual, e ao facto de a atividade da empresa estar ainda dentro de parâmetros considerados habituais, não se anteveem motivos para alterações das projeções efetuadas.

A APDL irá continuar a acompanhar a evolução da situação, efetuando novas projeções caso a situação se altere e se justifique algum ajustamento, tendo sempre presente a necessidade de refletir os potenciais impactos, com o melhor conhecimento disponível à data.

Não obstante esta conjuntura de incerteza, a APDL pretende prosseguir a sua atividade, enfrentando um conjunto de desafios e oportunidades para garantir que o sistema portuário sob sua gestão se robusteça e seja facilitador da retoma da atividade económica da região e do país, aumentando a sua capacidade e competitividade no apoio aos agentes económicos seus parceiros.

Destaca-se de seguida, os desafios mais relevantes a desenvolver pela APDL durante o ano 2022:

- A continuação da implementação dos investimentos incluídos na Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026, aprovada pelo Governo na Resolução do Conselho de Ministros nº. 175/2017, dos quais se destacam:
 - o Prolongamento do Quebramar do Porto de Leixões em 300 metros e a melhoria das acessibilidades marítimas ao Porto de Leixões através do aprofundamento do canal de entrada e da bacia de rotação, que permitirão solucionar os constrangimentos relacionados com a segurança e com a maior dimensão dos navios que demandam o porto de Leixões. Prevê-se que esta empreitada termine no final de 2023;

- a construção do Novo Terminal de Contentores, que será alvo do lançamento de um concurso de concessão para a construção e exploração, estimando-se que inicie a respetiva operação em 2030;
- A aposta na ferrovia e no aumento da sua quota no sistema portuário, como resposta à escassez de terraços disponíveis no porto de Leixões de apoio à operação portuária e à dinamização de portos secos e ligações ferroviárias flexíveis e fluídas aos principais centros ferroviários do país que permitam o aumento do hinterland e da capacidade de movimentação de carga através dos investimentos previstos no sistema portuário gerido pela APDL. Com este intuito, o Terminal de Mercadorias da Guarda foi transferido recentemente para a jurisdição da APDL, prevendo-se que brevemente o Terminal de Mercadorias de Leixões também seja;
- A implementação do RoadMap para a Descarbonização e Transição Energética, que contém um conjunto de ações e investimentos que permitirão atingir o objetivo de descarbonização, visando alcançar a neutralidade climática e energética do porto de Leixões até 2035, que contribuirá para a melhor saúde e qualidade de vida da população que vive nas zonas próximas do porto. Neste sentido, realça-se a criação de condições para a alimentação elétrica a navios, a instalação de fontes de energia renováveis (solar, ondas e eólica), a eletrificação das atividades portuárias e a digitalização;
- A aposta em investimentos que permitam a melhoria dos serviços prestados pela APDL, como por exemplo a aquisição de novos rebocadores com maior capacidade, os quais deverão entrar em operação ao longo de 2022, o novo Centro Insetivo do Porto de Leixões, que permitirá agregar todas as atividades insetivas num só espaço, com melhores condições operacionais, o DataCenter, que para além de permitir melhorar e aumentar a capacidade da APDL neste domínio, proporcionará igualmente um nível de serviço superior e diferenciado a clientes externos, e a reabilitação da Doca 1 Norte do Porto de Leixões, que para além da respetiva recuperação, permitirá um upgrade e alinhamento de todo o cais Norte com maior valência operacional;
- A dinamização da atividade portuária, de forma a acomodar a quebra de movimento acarretada pelo encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos, promovendo e incentivando a captação de novas cargas que assegurem a utilização e a sustentabilidade económica da infraestrutura portuária;
- O desenvolvimento de condições para a movimentação de minério de ferro proveniente das minas de Moncorvo em condições de eficiência operacional e ambiental, promovendo a criação de soluções de transporte intermodal, em complementaridade quer com o transporte ferroviário, quer com o transporte fluvial através da Via Navegável do Douro, tendo a APDL desenvolvido uma candidatura comunitária em conjunto com a EDP visando a melhoria das condições de navegabilidade no Douro;
- A continuação da criação de condições para a atividade dos cruzeiros, marítimos e fluviais, grantindo a recuperação da atividade para níveis pré-pandemia;
- Continuação do desenvolvimento da plataforma logística do porto de Leixões, com instalação de novos operadores logísticos que potenciem o crescimento da atividade portuária.

De acordo com a projeção efetuada aquando do Plano de Atividades e Orçamento 2022-2024 da APDL, prevêem-se evoluções distintas do movimento portuário nas diferentes unidades de negócio ao longo dos próximos anos.

MOVIMENTO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2022/2021
	(Real)	(Real)	(Real)	(Previsão)	(Previsão)	(Previsão)	(Var. %)
PORTO DE LEIXÕES							
MERCADORIAS (toneladas)	19 556 008	17 076 091	15 187 768	15 580 000	15 830 000	16 140 000	2,6%
CAIS COMERCIAIS	11 851 211	11 587 867	12 568 942	12 580 000	12 830 000	13 140 000	0,1%
» Carga Geral Fracionada	1 033 922	998 940	1 296 515	1 010 000	1 030 000	1 050 000	-22,1%
» Granéis Sólidos	2 630 741	2 183 634	2 530 581	2 530 000	2 570 000	2 630 000	0,0%
» Granéis Líquidos	54 476	65 536	96 114	120 000	130 000	130 000	24,9%
» Ro-Ro	1 321 619	1 335 555	1 533 672	1 700 000	1 790 000	1 870 000	10,8%
» Carga Contentorizada	6 810 453	7 004 202	7 112 060	7 220 000	7 310 000	7 460 000	1,5%
TERMINAIS PETROLEIRO e OCEÂNICO							
» Granéis Líquidos	7 704 797	5 488 224	2 618 826	3 000 000	3 000 000	3 000 000	14,6%
CONTENTORES							
» Número	412 967	425 311	433 090	441 000	450 000	459 000	1,8%
» TEU's	685 810	703 919	717 954	730 000	744 000	759 000	1,7%
PASSAGEIROS							
» Número	88 696	6 477	8 941	121 688	121 688	121 688	1261,0%
PORTO DE VIANA DO CASTELO							
MERCADORIAS (toneladas)	380 196	357 165	376 778	435 000	485 000	535 000	15,5%
» Geral fracionada	186 845	170 325	175 718	223 000	251 000	280 000	26,9%
» Granéis sólidos	146 657	147 574	149 925	167 000	189 000	210 000	11,4%
» Granéis líquidos	45 920	39 237	51 104	45 000	45 000	45 000	-11,9%
» Carga Contentorizada	774	28	31	0	0	0	-100,0%
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO							
MERCADORIAS (toneladas)	44 706	41 357	20 545	35 000	37 000	39 000	70,4%
» Geral fracionada	19 353	13 416	7 073	15 000	16 000	17 000	112,1%
» Granéis Sólidos	25 353	27 941	13 472	20 000	21 000	22 000	48,5%
PASSAGEIROS (ENTRE ALBUFEIRAS)							
» Número	308 681	51 393	112 012	160 000	362 000	380 000	42,8%

Para Leixões estima-se um crescimento ligeiro no movimento de mercadorias nos anos de 2022, 2023 e 2024 para um nível acima de 16 milhões de toneladas. Tal comportamento fica a dever-se aos efeitos do encerramento da atividade de refinação da Petrogal em Matosinhos no movimento de granéis líquidos, que estabeleceu um novo patamar para o movimento do Porto de Leixões em torno das 15 milhões de toneladas, quando anteriormente estava muito perto de 20 milhões de toneladas.

Os restantes segmentos de carga deverão registar um crescimento ao longo do próximo triénio, com particular destaque para a carga contentorizada, os granéis sólidos e a carga ro-ro, enquanto o segmento dos cruzeiros deverá conhecer uma forte recuperação para um nível pré-pandemia.

Para Viana do Castelo, perspetiva-se que a atividade venha a conhecer um crescimento continuado atingindo as 500 mil toneladas, com destaque para a carga geral fracionada,

continuando a acreditar-se no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos atuais operadores portuários na captação de novas cargas para aquele porto.

Na Via Navegável do Douro, espera-se uma recuperação rápida do movimento de passageiros, tendo em conta a entrada em operação de novas embarcações e operadores.

Contudo, será essencial a prossecução de uma gestão prudente e criteriosa, tendo em conta o ambicioso plano de investimentos que se pretende levar a cabo nos próximos anos e as novas circunstâncias de redução do nível da atividade e da correspondente receita obtida, por forma a não colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro da empresa.

Por outro lado, será ainda necessário prosseguir com a estratégia de ajustamento económico das áreas de negócio deficitárias, de procura de fontes de financiamento que permitam suportar os investimentos planeados e de adoção de uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

A pandemia de SARS-CoV-2 que teve início no ano 2020, para além de ter instalado uma grave crise sanitária à escala planetária, acarretou uma importante retração da atividade económica global, com impactos duradouros na atividade das empresas, prevendo-se uma recuperação.

7. Informações adicionais

7.1. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se o seguinte:

Os acionistas que detêm mais de 10% do capital social são:

- 100% - Direção Geral do Tesouro.

Os administradores da APDL não detêm qualquer ação da empresa.

7.2. Conselho de Administração - mandato 2020-2022

O atual Conselho de Administração da APDL foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de julho de 2020, com produção de efeitos nessa mesma data, e é composto por um presidente e dois vogais, em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, eleito para o mandato 2020 – 2022.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o previsto no artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido de 2021, no montante de **6.069.477** euros:

Reserva para Investimento	5.266.898 euros
Reserva - Ativos das Concessões	802.579 euros

A presente proposta de aplicação de resultados tem subjacentes os seguintes aspetos:

- A APDL pretende desenvolver no médio prazo um plano de investimentos que excede os 417 milhões de euros, dos quais 195 milhões de euros a desenvolver entre 2022 e 2024. Deste plano, financiado em grande parte por fundos próprios, salientam-se, entre outros, os investimentos contemplados na **Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no horizonte 2026**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º. 175/2017, de 24 de novembro, destacando-se:
 - (1) O investimento público na empreitada de **Prolongamento do Quebramar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões**, no valor previsto de **142 milhões de euros**, no âmbito da criação do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do porto de Leixões, a desenvolver até 2023. Estes projetos beneficiarão de comparticipações de 31 milhões de euros do COMPETE 2020 para o Prolongamento do Quebramar e de 17 milhões de euros do *CEF Blending* para a Melhoria das Acessibilidades Marítimas (aprofundamento do anteporto e da bacia de rotação do porto), cabendo à APDL a responsabilidade de financiar os restantes 94 milhões de euros correspondentes à contrapartida nacional.
 - (2) A existência de outras **necessidades de investimento de natureza crítica**, designadamente a **Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte, a criação do Centro Inspetivo e a aquisição de dois rebocadores de 70 toneladas de força**.
 - (3) A APDL contratualizou uma linha de **financiamento bancário no valor de 17,5 milhões de euros**, para suportar parcialmente o investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões, estando a desenvolver negociações para **a contratação de um empréstimo adicional, estimado em 37,5 milhões de euros**, implicando um significativo aumento do seu nível de endividamento.
- O objetivo de minimizar o recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos da empresa, de modo garantir a manutenção de uma estrutura financeira sustentável, aconselhando o reforço da Reserva para Investimento no valor de **5.266.898 euros**, para assegurar os fundos próprios necessários à concretização dos projetos previstos.
- As duas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, continuam a exigir um esforço financeiro adicional da empresa para suportar o desenvolvimento corrente das suas atividades, o que justifica a retenção na empresa dos resultados gerados essencialmente pela exploração do Porto de Leixões.

- Os impactos económicos negativos associados à pandemia SARS-CoV-2, à guerra na Ucrânia e à significativa redução do movimento de granéis líquidos, nomeadamente no volume de negócios da APDL.

Leça da Palmeira, 31 de maio de 2022

O Conselho de Administração,

Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo

Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho

Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Balanço em 31 de dezembro de 2021

Unid: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	366.016.320	319.412.609
Propriedades de investimento	6	690.001	2.703.701
Ativos intangíveis	7	67.762.364	48.019.576
Outros investimentos financeiros	9	28.828	20.212
Ativos por impostos diferidos	20.3	24.753.006	25.331.172
		459.250.519	395.487.270
Ativo corrente:			
Inventários	15	786.957	700.726
Clientes	11.1	4.431.839	5.140.314
Estado e outros entes públicos	16.1	609.502	424.293
Outros créditos a receber	11.2	2.201.670	5.613.070
Diferimentos	17.1	4.796.163	3.968.047
Caixa e depósitos bancários	10	28.355.165	60.506.563
		41.181.296	76.353.013
Total do ativo		500.431.815	471.840.283
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	21	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	22	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	23	186.595.377	181.074.410
Resultados transitados	24	66.008.375	65.990.279
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	25	61.395.582	55.318.428
		376.156.790	364.540.573
Resultado líquido do período		6.069.477	6.470.967
Total do capital próprio		382.226.267	371.011.540
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	18	3.656.052	3.677.574
Financiamentos obtidos	14	12.420.000	13.560.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	7.015.036	7.988.427
Passivos por impostos diferidos	20.3	3.338.113	2.834.330
Outras dívidas a pagar	13.2	14.448.756	11.830.578
Diferimentos	17.2	45.099.490	29.177.398
		85.977.447	69.068.307
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.1	2.092.925	2.810.298
Estado e outros entes públicos	16.2	1.281.067	1.624.401
Financiamentos obtidos	14	1.140.000	1.100.000
Outras dívidas a pagar	13.2	20.597.674	22.444.201
Diferimentos	17.2	7.116.435	3.781.536
		32.228.101	31.760.436
Total do passivo		118.205.548	100.828.743
Total do capital próprio e do passivo		500.431.815	471.840.283

Demonstração dos resultados por naturezas

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2021

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	27.1.1	52.619.277	51.938.394
Subsídios à exploração	26.2	928.182	1.036.960
Trabalhos para a própria entidade	27.2	600.258	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15.2	(1.418.400)	(1.316.054)
Fornecimentos e serviços externos	28.1	(13.896.815)	(13.162.065)
Gastos com o pessoal	28.2	(16.361.685)	(15.713.298)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(8.255)	(15.879)
Provisões (aumentos/reduções)	18.1	18.422	2.769.238
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(1.026.691)	(748.264)
Aumentos/reduções de justo valor	9	596	2.274
Outros rendimentos	27.3	13.206.177	12.098.363
Outros gastos	28.3	(5.505.533)	(2.886.384)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		29.155.533	34.003.285
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28.4	(25.843.103)	(25.319.507)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	3.123.004	474.500
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.435.434	9.158.278
Juros e gastos similares suportados	14.3	(345.338)	(428.507)
Resultado antes de impostos		6.090.096	8.729.771
Imposto sobre o rendimento do período	20.1	(20.619)	(2.258.804)
Resultado líquido do período		6.069.477	6.470.967
Resultado por ação básico		0,59	0,63

Demonstração das alterações no capital próprio

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2021	1	51.035.000	11.122.456	181.074.410	65.990.279	55.318.428	6.470.967	371.011.540
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	25	-	-	-	(11.798)	(98.809)	-	(110.607)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	-	29.894	6.175.963	-	6.205.857
Aplicação do resultado líquido	24	-	-	5.520.967	950.000	-	(6.470.967)	-
	2	-	-	5.520.967	968.096	6.077.154	(6.470.967)	6.095.250
Resultado líquido do período	3						6.069.477	6.069.477
Resultado integral	4=2+3						12.164.727	12.164.727
Operações com detentores de capital próprio:								
Distribuições (dividendos)	24	-	-	-	(950.000)	-	-	(950.000)
	5	-	-	-	(950.000)	-	-	(950.000)
Em 31 de dezembro de 2021	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	186.595.377	66.008.375	61.395.582	6.069.477	382.226.267

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2020

Unid: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2020	1	51.035.000	11.122.456	174.939.657	66.059.813	58.410.610	6.256.943	367.824.479
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	25	-	-	-	(69.534)	139.572	-	70.038
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	25	-	-	-	-	(3.353.944)	-	(3.353.944)
Aplicação do resultado líquido	24	-	-	6.134.753	-	122.190	(6.256.943)	-
	2	-	-	6.134.753	(69.534)	(3.092.182)	(6.256.943)	(3.283.906)
Resultado líquido do período	3						6.470.967	6.470.967
Resultado integral	4=2+3						3.187.061	3.187.061
Em 31 de dezembro de 2020	6=1+2+3	51.035.000	11.122.456	181.074.410	65.990.279	55.318.428	6.470.967	371.011.540

Demonstração de fluxos de caixa

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		61.996.279	57.929.087
Pagamentos a fornecedores		(19.742.934)	(19.191.149)
Pagamentos ao pessoal		(13.000.599)	(12.635.335)
Caixa gerada pelas operações		29.252.746	26.102.603
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	20.2.1	25.801	199.219
Outros recebimentos/pagamentos		(7.215.509)	(15.184.137)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		22.063.038	11.117.685
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(66.976.728)	(19.562.872)
Ativos intangíveis		(1.092.891)	(1.259.034)
Investimentos financeiros	9	(7.774)	(5.841)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		460.795	9.040
Outros ativos		12.290	446.282
Subsídios ao investimento		14.882.851	4.225.422
Juros e rendimentos similares	10.2	1.307	152
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(52.720.150)	(16.146.851)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	14.2	(1.100.000)	(1.060.000)
Juros e gastos similares		(394.286)	(469.104)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.494.286)	(1.529.104)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(32.151.398)	(6.558.270)
Caixa e seus equivalentes no início do período		60.506.563	67.064.833
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28.355.165	60.506.563

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Identificação da entidade

Denominação social: APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Natureza jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Número de pessoa coletiva: 501449752

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por “APDL” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

1.1. Áreas de jurisdição

Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica na Praia de Lavadores até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende, além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.

Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

Via Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;
- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

1.2. Áreas de atuação

- a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;
- b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;
- c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;
- d) Licenciar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;
- e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;
- f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;
- g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários;
- h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;
- i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;
- j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;
- k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;
- l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

1.3. Serviços prestados

- a) Ajudas à navegação;
- b) Gestão de postos de acostagem;
- c) Controlo de tráfego marítimo;
- d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;
- e) Manutenção dos canais de acesso;

- f) Utilização da via navegável do Rio Douro;
- g) Prevenção e combate à poluição no mar;
- h) Sistemas de segurança;
- i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;
- j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;
- k) Limpeza da área portuária;
- l) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, “pipelines”, entre outros) e;
- m) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o conseqüente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo este subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, conseqüentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Por outro lado, em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto

Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 1 de junho de 2021. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário, e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2021. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

2.1. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.3. Reclassificação dos ativos afetos à concessão West Sea

No exercício de 2021, foi efetuada uma reclassificação do montante de 2,09 milhões de euros relativo aos edifícios e construções afetos à concessão West Sea, em Viana do Castelo que eram reconhecidas na rubrica do balanço Propriedades de investimento.

Considerando (i) que em 2021 terminou o investimento realizado no aprofundamento do canal de acesso aos Estaleiros Navais e Cais do Bugio, do Porto de Viana do Castelo e (ii) considerando que a APDL obtem rendimentos da concessão West-Sea (estaleiros navais), entendeu-se que estes ativos deveriam ser reconhecidos, conjuntamente, em Ativo Fixo Tangível. Esta alteração refletiu-se na demonstração dos resultados tendo-se reclassificado o rendimento proveniente desta concessão que passa de Outros Rendimentos para Vendas e serviços prestados (434 mil euros).

As tabelas seguintes resumem as alterações de apresentação efetuadas, respetivamente, no balanço e na demonstração dos resultados por naturezas, das quantias relativas ao exercício de 2020:

Balanço	Antes da alteração	Alteração	Após alteração
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	319.412.609	2.009.647	321.422.256
Propriedades de investimento	2.703.701	(2.009.647)	694.054
	322.116.310	-	322.116.310

Demonstração dos resultados	Antes da alteração	Alteração	Após alteração
Vendas e serviços prestados	51.938.394	433.995	52.372.389
Outros rendimentos	12.098.363	(433.995)	11.664.368
	64.036.757	-	64.036.757

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

Nota não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na

demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

4.2.2. Classificação no balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos

4.2.4. Gestão do risco financeiro

Risco da taxa de juro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A APDL dispõe de uma linha de financiamento do Banco BPI, no valor de 17,5 milhões de euros.

Risco de liquidez

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Risco da taxa de câmbio

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

Risco de crédito

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contatados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a

disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

4.3.3. Imparidade para contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4.3.4. Provisões para contingências

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.3.5. Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

4.3.6. Imposto sobre o rendimento

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

4.4. Principais fontes de incerteza de estimativas

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contem um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido.

Investimentos

5. Ativos fixos tangíveis

Política contabilística

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC (ver Nota 23).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens

objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

5.1. Quantias escrituradas

Os *Ativos fixos tangíveis*, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

2021	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	84.210.673	-	(422.939)	83.787.734
Edifícios e outras construções	604.838.512	(305.925.788)	(83.443.722)	215.469.002
Equipamento básico	29.104.413	(17.039.819)	(397.593)	11.667.001
Equipamento de transporte	431.986	(356.755)	-	75.231
Equipamento administrativo	16.367.981	(13.864.451)	(393.959)	2.109.571
Outros ativos fixos tangíveis	9.155.132	(4.593.782)	(1.272.677)	3.288.673
Ativos fixos tangíveis em curso	42.582.830	-	(4.647.563)	37.935.267
Adiantamentos	11.683.841	-	-	11.683.841
Total	798.375.368	(341.780.595)	(90.578.453)	366.016.320

2020	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	82.255.057	-	(422.939)	81.832.118
Edifícios e outras construções	570.011.887	(287.096.256)	(85.342.358)	197.573.273
Equipamento básico	27.879.850	(15.709.072)	(427.813)	11.742.965
Equipamento de transporte	431.986	(334.416)	-	97.570
Equipamento administrativo	15.854.745	(13.077.459)	(569.367)	2.207.919
Outros ativos fixos tangíveis	6.215.100	(4.083.367)	(1.202.003)	929.730
Ativos fixos tangíveis em curso	29.133.260	-	(4.104.226)	25.029.034
Total	731.781.885	(320.300.570)	(92.068.706)	319.412.609

5.2. Movimentos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

2021	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transferências e outros	Depreciações	Imparidades	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	81.832.118	688.116	-	1.267.500	-	-	83.787.734
Edifícios e outras const.	197.573.273	14.652.893	-	18.556.893	(17.643.511)	2.329.454	215.469.002
Equipamento básico	11.742.965	482.445	-	1.106.398	(1.695.027)	30.219	11.667.000
Equip. de transporte	97.570	-	-	-	(22.339)	-	75.231
Equip. administrativo	2.207.919	255.781	(581)	259.468	(788.424)	175.408	2.109.571
Outros ativos fixos tang.	929.730	2.020.062	(6.714)	907.131	(543.398)	(18.137)	3.288.674
Investimentos em curso	25.029.034	34.077.667	(55.000)	(20.089.743)	-	(1.026.691)	37.935.267
Adiantamentos	-	11.683.841	-	-	-	-	11.683.841
Total	319.412.609	63.860.805	(62.295)	2.007.647	(20.692.699)	1.490.253	366.016.320

2020	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transferências e outros	Depreciações	Imparidades	Saldo final
Terrenos e recursos nat.	79.612.684	1.302.785	-	916.649	-	-	81.832.118
Edifícios e outras const.	209.696.692	4.120.714	-	1.130.371	(17.415.903)	41.399	197.573.273
Equipamento básico	13.171.867	175.889	-	-	(1.648.925)	44.134	11.742.965
Equip. de transporte	121.929	-	-	-	(24.359)	-	97.570
Equip. administrativo	2.584.359	664.398	(485)	-	(913.858)	(126.495)	2.207.919
Outros ativos fixos tang.	995.937	416.879	(743)	9.235	(405.994)	(85.584)	929.730
Investimentos em curso	6.778.697	21.155.850	(41.158)	(2.116.091)	-	(748.264)	25.029.034
Total	312.962.165	27.836.515	(42.386)	(59.836)	(20.409.039)	(874.810)	319.412.609

(i) Ver Nota 8 Imparidades dos investimentos.

As adições mais relevantes ocorridas em 2021 foram:

Prolongamento do quebramar	15,3 milhões de euros
Rebocador 70 tons	11,5 milhões de euros
Canal de Acesso e Anteporto Industrial (PVC)	8,8 milhões de euros

As adições incluem o montante de 422 mil euros relativo a trabalhos para a própria entidade (ver Nota 27.2)

Os adiantamentos referem-se à empreitada Prolongamento do quebramar.

Alguns investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial. De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e, conseqüentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso (ver Nota 8.1.).

5.3. Bens construídos em terrenos de domínio público

O ativo fixo tangível inclui itens construídos em terrenos do domínio público afeto à APDL. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as quantias escrituradas dos bens construídos em terrenos do domínio público, eram as seguintes:

	2021	2020
Edifícios e instalações em terrenos do domínio público	180.637.340	157.543.842

5.4. Compromissos contratuais assumidos

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2021 assumido compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 121.074.373 euros (2020: 139.897.298 euros).

6. Propriedades de investimento

Política contabilística

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As propriedades de investimento relacionadas com os ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, foram registadas com base em avaliação efetuada por um perito credenciado e independente, tendo sido utilizado o método do rendimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por

imparidade acumuladas. É convicção da Administração que a quantia escriturada das propriedades de investimento representa uma estimativa fiável do seu justo valor.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Saldo inicial		
Quantia bruta	3.978.884	3.978.884
Depreciações acumuladas	(1.275.183)	(1.073.460)
Quantia escriturada	2.703.701	2.905.424
Movimentos no período:		
Gastos de depreciação	(4.053)	(201.723)
Reclassificação:		
Quantia bruta	(3.195.668)	-
Depreciações acumuladas	1.186.021	-
	(2.013.700)	(201.723)
Saldo final:		
Quantia bruta	783.216	3.978.884
Depreciações acumuladas	(93.215)	(1.275.183)
Quantia escriturada	690.001	2.703.701

A reclassificação refere-se aos ativos afetos à concessão Estaleiros Navais de Viana do Castelo (West Sea) que passam a ser apresentados na rubrica Ativos fixos tangíveis (ver Nota 2.3).

7. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

1. Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privado, que revertam para a APDL no final dos respetivos contratos

As Administrações Portuárias (AP), sob a égide da APP acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privados de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as AP.

Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor a Norma de Contabilidade Pública, *NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente*, publicada no Decreto-Lei n.º 192/2017, de 11 de setembro. A NCP 4 é a única norma nacional que trata da contabilização de acordos de concessão na ótica do concedente, numa entidade integrada nas administrações públicas. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que a APDL beneficia de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da APDL a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da APDL. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela APDL, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta de capital próprio *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela APDL. O saldo respetivo da conta *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da conta 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta *Outros rendimentos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

7.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram como segue:

2021	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.946.837	(2.173.895)	(148.401)	624.541
Programas de computador	16.841.200	(13.411.006)	(1.535.283)	1.894.911
Propriedade industrial	87.259	(81.691)	-	5.568
Ativos das concessões	92.766.908	(28.250.743)	-	64.516.165
Investimentos em curso	721.179	-	-	721.179
Quantia escriturada	113.363.383	(43.917.335)	(1.683.684)	67.762.364

2020	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.946.837	(1.745.383)	(244.858)	956.596
Programas de computador	15.888.683	(12.027.339)	(2.044.886)	1.816.458
Propriedade industrial	87.259	(78.618)	-	8.641
Ativos das concessões	69.550.684	(24.919.644)	-	44.631.040
Investimentos em curso	606.841	-	-	606.841
Quantia escriturada	89.080.304	(38.770.984)	(2.289.744)	48.019.576

7.2. Movimentos no exercício

2021	Saldo inicial	Adições	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Proj. desenvolvimento	956.596	-	-	(428.512)	96.457	624.541
Programas de computador	1.816.460	743.711	208.805	(1.383.668)	509.603	1.894.911
Propriedade industrial	8.641	-	-	(3.073)	-	5.568
Ativos das concessões	44.631.039	23.216.224	-	(3.331.098)	-	64.516.165
Investimentos e Em curso	606.841	321.143	(206.805)	-	-	721.179
Total	48.019.577	24.281.078	2.000	(5.146.351)	606.060	67.762.364

(i) Ver Nota 8. Imparidades dos investimentos

2020	Saldo inicial	Adições	Transfe-rências	Amorti-zações	Impari-dades (i)	Total
Proj. desenvolvimento	1.288.652	-	-	(428.512)	96.456	956.596
Prog-computador	1.809.288	681.799	153.050	(1.332.269)	504.590	1.816.458
Propriedade industrial	1.250	9.900	-	(2.509)	-	8.641
Ativos das concessões	37.934.136	9.642.358	-	(2.945.455)	-	44.631.040
Intangíveis em curso	368.149	331.906	(93.214)	-	-	606.841
Total	41.401.475	10.665.963	59.836	(4.708.745)	601.046	48.019.576

(i) Ver Nota 8. Imparidades dos investimentos

Na rubrica Programas de computador, as adições mais relevantes são relativas a *software* aplicacional, JUL (257 mil euros) e Sistema Integrado de Pesagens (186 mil euros).

As adições de ativos das concessões são relativas aos seguintes contratos de concessão do Porto de Leixões:

Terminal de Contentores	21,5 milhões de euros
Terminal de Carga Geral e de Granéis	1.7 milhões de euros

As adições incluem o montante de 178 mil euros relativo a trabalhos para a própria entidade (ver Nota 27.2).

A APDL tinha em 31 de dezembro de 2021 assumido compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis no montante de 298.741 euros (2020: 457.559 euros).

8. Imparidades dos investimentos

Política contabilística

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é estimada a quantia recuperável do ativo.

Caso a quantia pela qual o ativo se encontra escriturado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração dos resultados numa das seguintes rubricas:

- Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).
- Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

Os investimentos não depreciáveis são os terrenos e os investimentos em curso.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer influxos ou exfluxos resultantes de:

- i. Reestruturação futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;
- ii. Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas quando:

- i. se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram;
- ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens de ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa da quantia recuperável dos ativos de investimento, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

- i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa (UGC), Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) tem natureza de serviço público; e,
- ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados;

O valor recuperável dos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso é a quantia descontada dos fluxos de caixa futuros estimados gerados pelo ativo durante a sua vida útil residual esperada.

A UGC PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A UGC VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas UGC ter levado em consideração:

- i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;
- ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;
- iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial.

a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

8.1. Pressupostos das estimativas

Em 31.12.2019, a APDL estimou a quantia recuperável dos ativos de investimento afetos às UGC, PVC e VND, com recurso a peritos externos independentes. As estimativas das quantias recuperáveis com referência a 31 de dezembro de 2021 foram realizadas internamente sendo que os resultados obtidos apresentam fluxos de caixa futuros negativos e a gestão da Empresa entendeu que não ocorreram factos que provocassem qualquer melhoria na atividade das UGC;

As estimativas realizadas com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, assentaram nos seguintes pressupostos:

	2021	2020
Taxas de crescimento:		
PVC	10,9%	1,9%
VND	4,9%	5,0%
Taxa de inflação	1,1%	0,4% - 1,0%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,2%	1,2%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	3,60%	3,52%

A quantia escriturada dos ativos afetos às UGC corresponde ao justo valor deduzido dos custos de venda, baseados em transações recentes, pelo facto do resultado de avaliação dos fluxos de caixa futuros ser inferior. Assim, a imparidade não é imputada aos ativos cuja quantia recuperável é assente no seu justo valor. Estes ativos são terrenos e edifícios implantados em terrenos de domínio privado, viaturas automóveis e embarcações.

8.2. Movimentos no exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos relativos às perdas por imparidade dos ativos de investimento do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro foram os seguintes:

2021	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	1.031.642	-	1.031.642
Reversão	(4.951)	-	(4.951)
Soma (A)	1.026.691	-	1.026.691
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	1.571.598	19.295	1.590.893
Reversão	(4.088.542)	(625.355)	(4.713.897)
Soma (B)	(2.516.944)	(606.060)	(3.123.004)
Total (A+B)	(1.490.253)	(606.060)	(2.096.313)

2020	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Investimentos não depreciáveis:			
Reforço	748.264	-	748.264
Soma (A)	748.264	-	748.264
Investimentos depreciáveis:			
Reforço	3.659.279	74.990	3.734.269
Reversão	(3.532.733)	(676.036)	(4.208.769)
Soma (B)	126.546	(601.046)	(474.500)
Total (A+B)	874.810	(601.046)	273.764

As perdas por imparidade por unidade geradora de caixa são as seguintes:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2020	45.898.914	48.185.772	94.084.686
Movimentos:			
Reforço	2.318.179	2.164.353	4.482.532
Reversão	(1.869.634)	(2.339.134)	(4.208.768)
	448.545	(174.781)	273.764
Em 31 de dezembro de 2020	46.347.459	48.010.991	94.358.450
Movimentos:			
Reforço	176.889	2.445.646	2.622.535
Reversão	(2.174.988)	(2.543.860)	(4.718.848)
	(1.998.099)	(98.214)	(2.096.313)
Em 31 de dezembro de 2021	44.349.360	47.912.777	92.262.137

Ativos e passivos financeiros

9. Outros investimentos financeiros

Política contabilística

A rubrica é constituída por ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados (ver Nota 4.2.3).

O detalhe das quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e dos movimentos ocorridos nos períodos é o seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	20.212	12.096
Reforços	8.020	5.842
Gastos e rendimentos:		
Aumentos/ (reduções) de justo valor	596	2.274
Saldo final	28.828	20.212

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respeitam na globalidade à participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A quantia escriturada é estimada de acordo com o valor unitário das unidades de participação em 31 de dezembro de cada exercício.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Política contabilística

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

10.1. Quantias reconhecidas em caixa e depósitos bancários

O Caixa e equivalentes de caixa apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Caixa:		
Numerário	6.280	4.624
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	4.348.885	4.001.939
Depósitos a prazo	24.000.000	56.500.000
Total	28.355.165	60.506.563

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados num período inferior a três meses.

10.2. Juros obtidos dos excedentes de tesouraria

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Juros de depósitos à ordem	-	152
Juros de depósitos a prazo	1.307	-
Total	1.307	152

11. Clientes e outros créditos a receber

Política contabilística

As rubricas do balanço, *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2021	2020
Clientes conta corrente	4.430.492	5.138.967
Clientes de cobrança duvidosa	6.808.641	6.808.641
Perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 12)	(6.807.294)	(6.807.294)
Quantia escriturada	4.431.839	5.140.314

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 16.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade (ver Nota 12) são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos das perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2021	6.807.294	310.951	7.118.245
Utilizações	-	(104)	(104)
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	-	8.255	8.255
Em 31 de dezembro de 2021	6.807.294	319.102	7.126.396

	Clientes	Outros devedores	Total
Em 1 de janeiro de 2020	6.793.305	309.062	7.102.367
Gastos e rendimentos:			
Constituições e reforços	17.893	1.889	19.782
Reversões	(3.904)	-	(3.904)
Em 31 de dezembro de 2020	6.807.294	310.951	7.118.245

12.1. Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem o montante de 6.082.878 relativo às rendas debitadas à entidade que se encontra a explorar o Cais de Gaia, adiante designada por Dourocais.

Em 2009 a APDL demandou a Dourocais em Tribunal Arbitral sendo que em 2012 o Tribunal Arbitral condenou a Dourocais a reconhecer que o contrato administrativo de concessão de uso privativo celebrado com a APDL se manteve plenamente válido e eficaz na ordem jurídica desde a data da celebração (03/03/2000) e condenou a Dourocais a pagar à APDL as taxas vencidas entre 01/02/2002 a 23/06/2009. No entanto, foi interposto recurso pela Dourocais para o Tribunal Central Administrativo Norte, não tendo sido ainda proferido acórdão até à data de encerramento.

Além disso, em 1 de abril de 2015 a APDL praticou o ato administrativo de resolução do contrato de concessão celebrado com a Dourocais e tomada de posse administrativa do Cais de Gaia, tendo a Dourocais instaurado uma providência cautelar contra a APDL com vista a impedir a execução do referido ato administrativo à qual a APDL apresentou oposição.

Em 24 de fevereiro de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um Despacho a suspender a instância, aguardando pela decisão final a ser proferida pelo Tribunal Central Administrativo Norte.

12.2. Perdas por imparidade de outros devedores

As perdas por imparidade relativas a outros créditos a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;

- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004, cuja recuperação é considerada como improvável.

13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Política contabilística

As rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

13.1. Fornecedores

O detalhe da rubrica *Fornecedores*, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era o seguinte:

	2021	2020
Fornecedores – conta corrente	1.658.622	2.374.242
Faturas em receção e conferência	434.303	436.056
Total	2.092.925	2.810.298

13.2. Outras dívidas a pagar

As *Outras dívidas a pagar*, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentam o seguinte detalhe:

	No- tas	2021		2020	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos		6.701.566	-	9.909.525	-
Acionista	(1)	190.000	760.000	-	-
Outras dívidas a pagar		94.012	-	219.396	-
Acréscimos de gastos	(2)	7.717.919	-	6.199.027	-
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.4)		4.878.448	13.688.756	5.224.736	11.830.578
Cauções e retenções de garantias		1.015.729	-	891.517	-
Total		20.597.674	14.448.756	22.444.201	11.830.578

(1) Acionista

Dívida ao acionista relativa ao dividendo do exercício de 2020, no montante de 950 mil euros, que será pago em cinco anuidades de 190 mil euros a realizar no mês de julho, nos anos de 2022 a 2026.

(2) Acréscimos de gastos

		2021	2020
Remunerações e encargos sociais	(i)	2.229.276	1.747.519
Comparticipação p/ entidade reguladora	(ii)	4.384.005	3.510.418
Gastos de financiamento		-	56.448
Manutenção das eclusas		798.008	500.000
Eletricidade		147.447	119.914
Impostos		77.309	92.647
Descontos e abatimentos concedidos		-	116.476
Outros acréscimos de gastos		81.874	55.605
Total		7.717.919	6.199.027

(i) Remunerações e encargos sociais

Estimativa dos gastos relativos ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2021 e 2020, cujo pagamento ocorrerá no exercício económico posterior.

Em 31.12.2021, a Empresa reconhece ainda a quantia de 354 mil euros relativa ao prémio de desempenho de 2021 que será pago em 2022.

(ii) Participação para a entidade reguladora

Refere-se à participação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se de uma verba devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de participação para os exercícios de 2017 a 2021.

14. Financiamentos obtidos

Política contabilística

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente. Os custos com juros e outros encargos com financiamentos são reconhecidos na rubrica *Juros e gastos similares suportados* da demonstração dos resultados por naturezas.

14.1. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentam o seguinte detalhe:

	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Europeu de Investimento	1.140.000	12.420.000	1.100.000	13.560.000

14.1.1. Financiamento BEI

A APDL contraiu um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 20 milhões de euros, resultante de um contrato de financiamento celebrado em 7 de junho de 2011 que teve por objetivo o financiamento de importantes investimentos que constam do Plano Estratégico de Desenvolvimento do porto de Leixões. O BEI abriu um crédito de 70 milhões de euros, em benefício da Empresa, que corresponde ao montante global do contrato. Em junho de 2017, o montante máximo do crédito disponível foi reduzido para 40 milhões de euros atendendo aos saldos de caixa disponíveis e ao adiamento da realização de investimentos.

A disponibilidade da linha de crédito terminou em maio de 2018 pelo que a APDL não obterá mais empréstimos sob este contrato de financiamento.

O capital disponibilizado pelo banco vence juros fixos calculados à taxa de 2,54% até novembro de 2021 tendo a taxa de juro sido alterada para 0%. Os pagamentos são feitos semestralmente, nos meses de maio e novembro.

A utilização do financiamento foi realizada no passado pelo que os custos de financiamento do exercício são reconhecidos como gastos.

A amortização do empréstimo iniciou-se em novembro de 2015 e terminará em maio de 2031. O reembolso, por anos, encontra-se detalhado na tabela abaixo:

	2021	2020
Passivo corrente:		
Até 1 ano	1.140.000	1.100.000
Passivo não corrente:		
De 1 a 5 anos	5.140.000	4.880.000
Mais de 5 anos	7.280.000	8.680.000
	12.420.000	13.560.000
Total	13.560.000	14.660.000

14.1.2. Financiamento BPI

Em 25 de novembro de 2019 a APDL contratou ao Banco BPI, S.A. um financiamento até ao máximo de 17,5 milhões de euros, com uma duração de dez anos e um período de utilização de dois anos. O crédito destina-se a financiar o investimento na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões, no âmbito da candidatura comunitária “Action Number 2017-PT_TM-0134-W Improvement of the Maritime Accessibilities to the Port of Leixões”.

Em 31 de dezembro de 2021, a APDL ainda não tinha feito qualquer utilização da linha de crédito.

14.2. Movimentos no período

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	14.660.000	15.720.000
Amortizações de capital	(1.100.000)	(1.060.000)
Saldo final	13.560.000	14.660.000

14.3. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes

	Notas	2021	2020
Juros de financiamentos obtidos		311.325	390.440
Comissões bancárias	(i)	7.500	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	(ii)	26.513	30.567
Total		345.338	428.507

(i) Comissões bancárias

Comissões de estudo e montagem de contratos de financiamento.

A comissão de montagem do contrato de financiamento BEI, no montante de 150.000 euros que foi paga na data de assinatura, está a ser reconhecida como gasto ao longo do período do contrato. A parte ainda não reconhecida em gastos está escriturada na rubrica *Diferimentos* do balanço (ver Nota 17.1).

(ii) Comissão sobre o aval do Estado

Custos com o aval do Estado Português ao financiamento BEI (0,2% sobre o montante do capital em dívida). A comissão do aval é paga semestralmente, em maio e novembro.

Outros ativos e passivos

15. Inventários

Política contabilística

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se deixarem de se verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

15.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram as seguintes:

	2021	2020
Mercadorias	90.318	62.571
Matérias subsidiárias e de consumo	696.639	638.155
	786.957	700.726

15.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2021	62.571	638.155	700.726
Compras	1.087.997	439.161	1.527.158
Regularizações:			
Perdas	-	(24.244)	(24.244)
Ganhos	-	1.717	1.717
Em 31 de dezembro de 2021	(90.318)	(696.639)	(786.957)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.060.250	358.150	1.418.400

	Merca- dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Em 1 de janeiro de 2020	77.294	601.821	679.115
Compras	934.239	410.274	1.344.513
Regularizações:			
Perdas	-	(19.992)	(19.992)
Ganhos	-	13.144	13.144
Em 31 de dezembro de 2020	(62.571)	(638.155)	(700.726)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	948.962	367.092	1.316.054

16. Estado e outros entes públicos

16.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram os seguintes:

	Notas	2021	2020
Imposto sobre o rendimento (ver Nota 20.2)		532.212	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	(i)	77.290	424.293
Total		609.502	424.293

(i) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A quantia a receber da rubrica Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é relativa ao imposto suportado e ao saldo devedor de imposto apurado no mês de dezembro a deduzir no período posterior.

16.2. Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as dívidas a pagar ao *Estado e outros entes públicos* eram as seguintes:

	Notas	2021	2020
Impostos sobre o rendimento		-	191.589
Retenção de impostos sobre o rendimento	(i)	286.166	304.837
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(ii)	323.763	297.496
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	(iii)	343.750	352.209
Comparticipação financeira para a DGRM	(iv)	113.879	193.954
Entidades FUP	(v)	213.509	284.316
Total		1.281.067	1.624.401

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

(i) Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2021 e 2020.

(ii) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e regime de tributação normal mensal. A Empresa líquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto as operações isentas de acordo com o artigo 14.º do CIVA (isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais).

(iii) Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

(iv) Participação financeira para a DGRM

Refere-se à percentagem de 5% das receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços (excluindo a receita do serviço de pilotagem). As quantias apuradas devem ser pagas às seguintes entidades:

- Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), na percentagem até 2 %, sendo esta taxa fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de participação a favor da AMT para os exercícios de 2017 a 2020.

(v) Entidades FUP

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

17. Diferimentos

17.1. Ativos

Os diferimentos no ativo referem-se aos gastos a reconhecer no exercício posterior relativos a contratos de manutenção de equipamentos ou sistemas informáticos e a prémios de seguros, cujos períodos de prestação dos serviços ou período coberto ainda não ocorreram.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica *Diferimentos* do ativo apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2021	2020
Gastos diferidos	(i)	4.700.895	3.864.900
Comissão do empréstimo BEI (ver Nota 14.3)		73.125	80.625
Outros diferimentos		22.143	22.522
Total		4.796.163	3.968.047

(i) Gastos diferidos

Inclui a participação da APDL para a construção dos acessos rodoviários ao PVC (4,1 milhões de euros) e a participação na aquisição de um scanner para a Autoridade Tributária, a funcionar no Porto de Leixões (532 mil euros). Este custo será reconhecido nos gastos durante o seu período de utilização esperado (10 anos). A aquisição de um scanner para o Porto de Leixões resulta de

um protocolo celebrado entre a APDL e a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira. De acordo com este protocolo, a APDL comparticipa a aquisição deste equipamento que funcionará exclusivamente no Porto de Leixões. O equipamento é propriedade da AT e será operado pela AT e é um equipamento imprescindível para a realização da atividade portuária.

17.2. Passivos

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos *Diferimentos* do passivo era o seguinte:

	Notas	2021		2020	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas		807.809	-	48.018	-
Ativos das concessões:	17.2.1	6.308.626	45.099.490	3.733.518	29.177.398
		7.116.435	45.099.490	3.781.536	29.177.398

17.2.1. Rendimentos dos ativos das concessões

Os rendimentos dos ativos das concessões (vide Nota 7) são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais próxima em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	32.910.916	26.488.363
Adições	23.216.224	9.642.358
Imputação a rendimentos (ver Nota 27.2)	(4.719.024)	(3.219.805)
Saldo final	51.408.116	32.910.916

A rubrica Adições regista o reconhecimento de novos ativos reversíveis no exercício (ver Nota 7.3).

18. Provisões e passivos contingentes

Política contabilística

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certa a ocorrência futura de um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

18.1. Provisões

As quantias escrituradas e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

2021	Processos judiciais em curso
Em 1 de janeiro de 2021	3.677.574
Utilização	(3.100)
Constituições e reforços	75.000
Reforço pelo efeito temporal	108.853
Reversões	(202.275)
Em 31 de dezembro de 2021	3.656.052

2020	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Em 1 de janeiro de 2020	15.599.646	193.338	15.792.984
Utilização	(9.152.834)	(9.346.172)	(9.346.172)
Reforço pelo efeito temporal	191.816	-	191.816
Reversões	(2.961.054)	(2.961.054)	(2.961.054)
Em 31 de dezembro de 2020	3.677.574	-	3.677.574

18.1.1. Provisões para processos judiciais em curso

Das provisões para processos judiciais em curso, destacam-se os processos judiciais relacionados com:

1. Guindaste Titan

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência.

2. Contratos de concessões de domínio público

Provisões constituídas para fazer face a reclamações relativas a obras realizadas e a processos concursais de adjudicação de utilização privativa do domínio público.

18.2. Processos concluídos no exercício

Dois processos relativos a reclamações por contratos de empreitada findaram por acordo entre as partes resultando no pagamento de 200 mil euros. Os processos não se encontravam provisionados pelo que o gasto foi reconhecido na rubrica *Outros gastos* da demonstração dos resultados por naturezas.

O processo relativo ao pagamento de encargos com pensões à Caixa Geral de Aposentações (CGA) teve um desfecho favorável à APDL pela decisão do Supremo Tribunal Administrativo, de 10 de fevereiro de 2022. O processo não estava provisionado pelo que foi reconhecida a quantia de 627 mil euros na rubrica *Outros rendimentos* da demonstração dos resultados por naturezas.

18.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais em curso no montante de 1.117.788 euros. Os processos judiciais respeitam a reclamações de taxas municipais e a indemnizações por obras realizadas em imóveis.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Política contabilística

A APDL assume responsabilidades por benefícios pós-emprego relativas a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Plano médico	5.511.315	6.170.276
Subsídios de creche, de estudo	16.693	19.515
Fundo de Pensões ex-INPP	1.487.028	1.798.636
Total	7.015.036	7.988.427

19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2021	6.170.276	19.515	1.798.636	7.988.427
Gastos do período:				
Juros	47.941	53	5.034	53.028
Serviços correntes	19.130	-	-	19.130
	67.071	53	5.034	72.158
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(389.785)	(1.178)	(82.120)	(473.083)
Benefícios pagos	(336.247)	(1.697)	(234.522)	(572.466)
Em 31 de dezembro de 2021	5.511.315	16.693	1.487.028	7.015.036

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2020	6.515.821	23.212	1.879.078	8.418.111
Gastos do período:				
Juros	69.632	138	11.426	81.196
Serviços correntes	19.712	-	-	19.712
	89.344	138	11.426	100.908
(Ganhos)/ Perdas atuariais	(38.484)	(1.188)	157.672	118.000
Benefícios pagos	(396.405)	(2.647)	(249.540)	(648.592)
Em 31 de dezembro de 2020	6.170.276	19.515	1.798.636	7.988.427

19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche e estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2020	(11.601.847)	(6.069)	134.806	(11.473.110)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(38.484)	(1.188)	157.672	118.000
Em 31 de dezembro de 2020	(11.640.331)	(7.257)	292.478	(11.355.110)
(Ganhos)/ Perdas do exercício	(389.785)	(1.178)	(82.120)	(473.083)
Em 31 de dezembro de 2021	(12.030.116)	(8.435)	210.358	(11.828.193)

19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

Beneficiários por plano de benefícios:

	2021	2020
Plano médico	1.694	1.697
Subsídios de creche, de estudo	13	14
Fundo de Pensões ex-INPP	8	9

Pressupostos atuariais:

	2021	2020
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	67	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	1,10%	0,80%
Fundo de Pensões ex-INPP e Obras Sociais	0,70%	0,30%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	1,00%
Inflação	2,00%	2,00%
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	3,00%
Crescimento por idade	2,00%	2,00%

19.5. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro

O impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico, é o seguinte:

Responsabilidade em 31.12.2021	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
5.511.315	6.168.772	4.951.000	657.456	(560.316)

19.6. Descrição dos planos de benefícios definidos

Plano Médico

Até ao exercício de 2009 a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares

Verbas atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição de prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Fundo de Pensões ex-INPP

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

20. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor, ou outra taxa já conhecida, que se espera que esteja em vigor nos períodos em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros suficientes para a sua realização, ou nas situações em que sejam compensados por passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são registados como gastos ou rendimentos do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

20.1. Quantias reconhecidas no resultado

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Notas	2021		2020	
Resultado antes de impostos		6.090.096		8.729.771	
Imposto sobre o rendimento do período:					
Imposto corrente	20.2	(749.603)		184.260	
Imposto diferido, excluindo o efeito da alteração da taxa	20.3	569.398		1.630.419	
Imposto sobre o rendimento do período (1)		(180.205)	-3,0%	1.814.679	20,8%
Imposto diferido - efeito da alteração da taxa	20.3	200.824		444.125	
Imposto sobre o rendimento do período (2)		20.619	0,3%	2.258.804	25,9%

20.2. Imposto corrente

O detalhe do imposto corrente é como segue:

	Notas	2021	2020
Resultado antes de imposto		6.090.096	8.729.771
Taxa de imposto corrente	(i)	0,00%	23,38%
Encargo teórico com o imposto sobre o rendimento		-	2.041.409
Acréscimos e deduções de imposto:			
Perdas por imparidade - ativos não correntes		-	(258.068)
Reserva fiscal de reavaliação DL 66/2016	(ii)	-	(1.209.922)
Perdas por imparidade - contas a receber		-	(1.190)
Benefícios pós-emprego		-	(128.073)
Provisões		-	(44.749)
Mais-valias não tributadas		-	43.172
Subsídios de terrenos		-	67.206
Ativos das concessões		-	(64.155)
Outros ajustamentos		-	51.781
Tributação autónoma		10.000	16.797
Gasto por impostos correntes		10.000	514.208
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	(iii)	(759.603)	(329.948)
Imposto corrente		(749.603)	184.260

(i) Taxa de imposto corrente

A taxa de imposto corrente apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi a seguinte:

	2021	2020
Resultado antes de impostos	6.090.096	8.729.771
Ajustamentos à matéria coletável	(7.383.329)	(6.602.667)
Resultado fiscal (RF)	(1.293.233)	2.127.104
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	-	497.411
Taxa de imposto corrente (IR / RF)	0,00%	23,38%

As taxas de imposto sobre o rendimento em vigor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	2021	2020
IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável)		
até 1,5 MM€	0,00%	0,00%
entre 1,5 MM€ e 7,5 MM€	3,00%	3,00%
entre 7,5 MM€ e 35 MM€	5,00%	5,00%
superior a 35 MM€	9,00%	9,00%

(ii) Reavaliação fiscal DL 66/2016

Amortização da reserva de reavaliação fiscal dos ativos de investimento constituída em 2016 de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 23).

(iii) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores:

	2021	2020
Benefícios fiscais – SIFIDE (i)	(681.713)	(388.179)
Benefícios fiscais – CFEI II (ii)	(69.620)	-
Ajustamento à estimativa do IRC	(8.270)	(28.206)
Revisão IRC 2016	-	86.437
Total	(759.603)	(329.948)

(i) Benefícios fiscais – SIFIDE

SIFIDE 2019

Relativamente ao exercício de 2019, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo sido reconhecido e recebido o crédito fiscal de no montante de 681.713 euros.

SIFIDE 2021

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do SIFIDE previsto no Código Fiscal do Investimento (Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro).

Neste sentido, a Empresa encontra-se a preparar a candidatura a dirigir à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais ao I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta de IRC. O montante a recuperar ainda não se encontra estimado.

SIFIDE 2020

Relativamente ao exercício de 2020, a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE, tendo submetido o devido requerimento que se encontra em fase de apuramento.

(ii) Benefícios fiscais – CFEI II

O Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), previsto no artigo 16.º da Lei n.º 27- A/2020, de 24 de julho, concede um benefício fiscal correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração. A dedução à coleta tem o limite de um milhão de euros e pode ser deduzida até à concorrência de 70% da coleta de imposto. O saldo remanescente será recuperável até cinco exercícios subsequentes. Relativamente ao exercício fiscal de 2020, a APDL deduziu 69.620 euros à coleta de imposto. O saldo não deduzido foi reconhecido como ativo por imposto diferido (ver Nota 20.3.1).

20.2.1. Pagamentos e recebimentos do imposto

O montante de imposto apurado a pagar ou a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	2021	2020
Imposto corrente estimado	10.000	514.208
Menos: Pagamentos por conta	(435.663)	(320.903)
Menos: Retenções na fonte	(3.148)	(1.716)
Saldo corrente a pagar / (a receber)	(428.811)	191.589

Os montantes de imposto pago ou recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Pagamentos antecipados	435.663	320.903
Retenções na fonte	3.148	1.716
Pagamento de IRC de períodos anteriores	-	86.437
Reembolso de IRC de períodos anteriores	(464.612)	(608.275)
Pagamento/ (recebimento) de imposto	(25.801)	(199.219)

20.3. Impostos diferidos

Os saldos e movimentos dos ativos e passivos por imposto diferido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

20.3.1. Ativos por impostos diferidos

2021	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Reportes de imposto	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	
Em 1 de janeiro de 2021	17.452.747	5.997.083	1.867.694	13.648	-	25.331.172
Reforço/ (Reversão) por resultados:						
Por alteração da base	(204.325)	(1.209.893)	(116.972)	(4.203)	1.210.300	(325.093)
Por alteração na taxa de imposto	451.904	(426.908)	33.672	(14)	-	58.654
	247.579	(1.636.801)	(83.300)	(4.217)	1.210.300	(266.439)
Reforço/ (Reversão) por capitais:						
Por alteração da base	-	-	(110.607)	-	(201.120)	(311.727)
Em 31 de dezembro de 2021	17.700.326	4.360.282	1.673.787	9.431	1.009.180	24.753.006

2020	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Benefícios pós-emprego	Imparidade em contas a receber	Outras provisões	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)		
Em 1 de janeiro de 2020	17.990.773	7.376.414	1.999.302	15.071	45.918	27.427.478
Reforço/ (Reversão) por resultados:						
Por alteração da base	(261.828)	(1.238.337)	(130.075)	(1.207)	(45.918)	(1.677.365)
Por alteração na taxa de imposto	(276.198)	(140.994)	(71.571)	(216)	-	(488.979)
	(538.026)	(1.379.331)	(201.646)	(1.423)	(45.918)	(2.166.344)
Reforço/ (Reversão) por capitais:						
Por alteração da base	-	-	28.024	-	-	28.024
Por alteração na taxa de imposto	-	-	42.014	-	-	42.014
	-	-	70.038	-	-	70.038
Em 31 de dezembro de 2020	17.452.747	5.997.083	1.867.694	13.648	-	25.331.172

(i) Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis

O ativo por imposto diferido relativo à imparidade em ativos de investimento refere-se às imparidades registadas pelas unidades geradoras de caixa PVC e VND (ver Nota 8).

(ii) Reserva de reavaliação DL 66/2016

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou no exercício de 2018 e terminará em 2025 (ver Nota 23).

(iii) Benefícios pós-emprego

Os gastos com benefícios pós-empregos são reconhecidos nas contas com base nas estimativas efetuadas por atuários independentes e não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorre no exercício do seu efetivo pagamento. Pela diferença temporária, a APDL reconhece o ativo por imposto diferido.

A redução ou aumento da responsabilidade pelo reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, reflete-se no ativo por imposto diferido por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio*.

(iv) Imparidade em contas a receber

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

(v) Reportes de imposto

O detalhe dos reportes de imposto e prejuízos fiscais é o seguinte

	Imposto	Recuperável até
Dedução à coleta CFEI II de 2020	644.760	2025
Dedução à coleta CFEI II de 2021	293.961	2026
Prejuízo fiscal de 2021 (IRC 21%)	70.459	2033
Total	1.009.180	

Dedução á coleta CFEI II

Quantias relativas ao crédito fiscal do CFEI II que a APDL espera deduzir nos cinco períodos subsequentes (ver Nota 20.2). A dedução é permitida até 70% da coleta de IRC nesse exercício.

Prejuízo fiscal de 2021 (IRC 21%)

O prejuízo fiscal apurado neste exercício será recuperável até 2033. O prazo excecional de doze anos para recuperar o prejuízo fiscal encontra-se previsto no Orçamento de Estado Suplementar de 2020 (Lei n.º 27-A/2020, artigo 11.º, n.º 3). O prejuízo fiscal é recuperável até 70% do lucro tributável apurado nesse exercício.

20.3.2. Passivos por impostos diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

2021	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Justo valor do FCT	Total
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Em 1 de janeiro de 2021	13.414	80.751	2.740.165	-	2.834.330
Reforço / (Reversão) por resultados:					
Por alteração da base	(13.414)	(67.193)	324.497	415	244.305
Por alteração na taxa de imposto	-	(1.380)	260.850	8	259.478
	(13.414)	(68.573)	585.347	423	503.360
Em 31 de dezembro de 2021	-	12.178	3.325.512	423	3.338.113

2020	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	(i)	(ii)	(iii)	
Em 1 de janeiro de 2020	57.473	150.285	2.718.372	2.926.130
Reforço/ (Reversão) por resultados:				
Por alteração da base	(43.847)	(68.256)	65.157	(46.946)
Por alteração na taxa de imposto	(212)	(1.278)	(43.364)	(44.854)
	(44.059)	(69.534)	21.793	(91.800)
Em 31 de dezembro de 2020	13.414	80.751	2.740.165	2.834.330

(i) Mais-valias não tributadas

De acordo com o regime fiscal em vigor até ao exercício de 2002, as mais-valias obtidas com a alienação de ativos fixos reinvestidas na obtenção de novos ativos fixos eram tributadas de acordo com a amortização ou depreciação dos itens de investimento em que os valores realizados eram reinvestidos pelo que se reconhece o passivo por imposto diferido. A amortização do passivo termina neste exercício.

(ii) Subsídios ao investimento

O imposto diferido passivo relativo a subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras da Empresa refere-se a subsídios recebidos para a aquisição de terrenos. De acordo com as regras fiscais, estes subsídios são acrescidos à matéria coletável durante 10 anos em frações iguais. A amortização do passivo terminará no exercício de 2023.

(iii) Ativos das concessões

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorrerá na data da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorrerá no período de tributação em que o direito de reversão for exercido, ou seja, no final do contrato de concessão. De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

(iv) Justo valor do FCT

Os aumentos de justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) (ver Nota 9) não são tributados no exercício do seu reconhecimento sendo-o apenas na data da sua liquidação que ocorrerá aquando da saída dos trabalhadores. Estima-se que a saída destes trabalhadores, acontecerá no longo prazo.

20.3.3. Taxas dos impostos diferidos

As taxas utilizadas nas estimativas dos ativos e passivos por imposto diferido são estimadas anualmente tendo em conta os seguintes fatores:

- os planos de atividades e orçamento da Empresa;
- as leis fiscais em vigor e as regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas;
- os períodos de realização dos ativos e de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2021, a Empresa apurou as seguintes taxas de impostos diferidos:

- 21% aplicada aos ativos e passivos a recuperar ou liquidar até 2025 (Imparidades em contas a receber, Subsídios ao investimento e Reportes de imposto)
- 22,47% aplicada à Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016.
- 23,86 aplicada aos ativos e passivos a recuperar ou liquidar após 2025 (Imparidades dos investimentos, Benefícios pós-emprego e Justo valor do FCT).
- 25,37% aplicada aos Ativos das concessões.

20.3.4. Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela alteração em $\pm 1\%$ na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados
Ativos	100.570.116
Passivos	(13.167.813)
Total da base	87.402.303
Variação de +1% na taxa de imposto	874.023
Variação de -1% na taxa de imposto	(874.023)

Capital e reservas

21. Capital

Política contabilística

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.000.000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4 181 000 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2001.

O capital social era então constituído por 9 600 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3 035 000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51 035 000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças e está totalmente realizado.

22. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica *Reserva legal*, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa.

A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Reserva legal apresenta um saldo de 11 122 456 euros e não teve qualquer movimento nos exercícios.

23. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição da rubrica *Outras reservas* é a seguinte:

	Notas	2021	2020
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	(i)	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	(ii)	1.615.391	1.615.391
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	(iii)	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	(iv)	8.237.842	8.237.842
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	(v)	4.682.657	4.682.657
Ativos das concessões:	(vi)	8.979.957	8.727.401
Reserva de Investimento	(vii)	36.062.610	30.794.199
Total		186.595.377	181.074.410

(i) Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Reserva constituída pela avaliação referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998.

(ii) Integração de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial a referida fusão não teve impacto no capital próprio da APDL.

(iii) Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao Contrato de Concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um Contrato de Subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC. De acordo com o referido contrato, revertem gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes, passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, os quais, pelo facto de não se relacionarem com a atividade portuária, gerando apenas uma renda anual definida no contrato de concessão, foram contabilisticamente registados como Propriedades de Investimento, por um valor de 3.195.668 euros, por contrapartida da rubrica do capital próprio *Outras reservas*. Esta avaliação foi efetuada na ótica do rendimento por um perito independente e credenciado para o efeito.

(iv) Integração da Via Navegável do Douro

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição.

Entre outros, o referido decreto-lei estabelece o seguinte:

- No prazo de seis meses, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e pela atividade portuária e do mar, deverão emitir despacho a identificar os bens que serão integrados na esfera jurídica da APDL; e
- No prazo de um ano, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária, deverão aprovar, através de despacho, a avaliação do património que, por força deste diploma, será integrado na APDL.

Para o registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente acreditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, a avaliação do património transferido do IPTM para a APDL aguarda aprovação pelos responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária através de despacho.

Os ativos de investimento foram sujeitos a testes de imparidade como uma unidade geradora de caixa (UGC). Os testes foram realizados por um perito externo independente tendo-se concluído

que se encontrava em situação de imparidade total à data da integração. A perda por imparidade apurada foi registada por contrapartida da reserva de integração assim como o respetivo ativo por imposto diferido (ver Nota 0).

(v) Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 20.3).

A reserva ficará disponível após a sua realização (a terminar no exercício de 2025) acrescida do período de revisão fiscal em vigor nesse exercício (o período atual de revisão fiscal é de 4 anos).

(vi) Ativos das concessões

A quantia escriturada refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária (ver Nota 7).

Esta reserva não se encontra disponível para distribuição e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente imposto diferido passivo (ver Nota 20.3.2).

(vii) Reserva de Investimento

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do nível de recurso a capital alheio no financiamento do arrojado plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento.

Esta reserva foi constituída com base na proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014 e tem sido reforçada anualmente pela aplicação dos resultados desses exercícios.

24. Resultados transitados

Os resultados transitados resultam de resultados gerados em exercícios anteriores. Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 analisam-se como segue:

	Notas	2021	2020
Saldo inicial		65.990.279	66.059.813
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		6.470.967	6.256.943
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:	(i)		
Distribuição de dividendos	(ii)	(950.000)	-
Reforço da reserva de Investimento (ver Nota 23)		(5.268.410)	(6.066.553)
Reforço da reserva Ativos das concessões (ver Nota 23)		(252.557)	(68.200)
Outros movimentos	(iii)	18.096	(191.724)
Saldo final		66.008.375	65.990.279

(i) Aplicação do resultado líquido do exercício anterior

A aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 foi aprovada pelo Acionista na Assembleia Geral realizada em 28 de janeiro de 2022.

(ii) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras do período em que os dividendos são aprovados pelo acionista.

(iii) Outros movimentos

Quantias dos montantes de imposto diferido relativos a (i) subsídios ao investimento de ativos fixos tangíveis não depreciáveis e (ii) ganhos e perdas atuariais acumulados pelo ajustamento da taxa de imposto (12 mil euros). Inclui ainda 30 mil euros pelo ajustamento da variação dos ativos que reverteram de contratos de concessão (ver Nota 25).

24.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2021:

Resultado líquido do exercício	6.069.477
Aplicação do resultado:	
Reserva Ativos das Concessões	802.579
Reserva de Investimento	5.266.898

25. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	Notas	2021	2020
Subsídios ao investimento	26	51.675.077	46.698.894
Ganhos atuariais	19.3	11.828.193	11.355.110
Concessões, Ativos revertidos		726.697	-
Soma (A)		64.229.967	58.054.004
Ajustamento por impostos diferidos:			
Subsídios ao investimento	20.3.2	(12.178)	(80.751)
Ganhos atuariais		(2.822.207)	(2.654.825)
Soma (B)		(2.834.385)	(2.735.576)
Total (A+B)		61.395.582	55.318.428

Concessões, Ativos revertidos

Em 2021, na data do término de contratos de concessão, reverteram para a APDL ativos fixos tangíveis no montante de 756 mil euros, após a dedução do respetivo imposto sobre o rendimento. A variação positiva será ajustada anualmente, por transferência para resultados transitados, de acordo com os gastos de depreciação dos ativos relacionados.

26. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Política contabilística

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica *Outros rendimentos* de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

Imparidade

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC, PVC e VND (ver Nota 8), foi também reconhecido no exercício um rendimento proporcional à perda por imparidade. Pela reversão da perda por imparidade destes ativos é reconhecido um gasto proporcional aos subsídios alocados a esses ativos.

Ajustamentos em subsídios

A existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, o montante de subsídios reconhecido gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto. Assim, o reconhecimento do subsídio é ajustado pelo reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

O efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciáveis ou amortizáveis é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo registado na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2 e 26.4).

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos e após a realização dos gastos associados.

26.1. Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	2021	2020
Subsídios reconhecidos	84.371.742	79.139.715
Imparidade	(18.078.035)	(19.710.261)
Ajustamentos em subsídios	(14.618.630)	(12.730.560)
Total	51.675.077	46.698.894

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial	79.139.715	82.064.624
Reconhecimento	11.327.001	3.260.042
Imputação a rendimentos	-6.094.974	-6.184.951
Saldo final	84.371.742	79.139.715

No reconhecimento de subsídios em 2021, os subsídios relativos ao Prolongamento do Quebramar (Compete e CEF) registaram os montantes mais relevantes totalizando 7,9 milhões de euros. Os subsídios PIDDAC, no montante de 3,1 milhões de euros, foram afetos na totalidade ao PVC (1,9 milhões de euros) e VND (1,2 milhões de euros).

26.2. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2021	2020
Orçamento de Estado:		
Porto de Viana do Castelo	480.816	350.542
Via Navegável do Douro	384.230	381.997
Soma	865.046	732.539
União Europeia:		
DIW 2020	-	302.707
Outros subsídios á exploração	63.136	1.714
	63.136	304.421
Total	928.182	1.036.960

26.3. Ativos por subsídios a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa reconhece no ativo corrente, na rubrica *Outros créditos a receber* (ver Nota 11.2), as seguintes quantias relativas a subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos:

	2021	2020
Projeto EALING	22.070	-
DIW 2020	-	4.176.874
Outros subsídios a receber	4.502	-
Total	26.572	4.176.874

26.4. Passivos por subsídios recebidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa reconhece no passivo, na rubrica *Outras dívidas a pagar* (ver Nota 13.2), as seguintes quantias relativas a subsídios:

	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Subsídios sem despesa atribuída (i)	3.948.574		4.324.755	
Ajustamento por imposto diferido	929.874	13.688.756	899.982	11.830.578
Total	4.878.448	13.688.756	5.224.737	11.830.578

(i) Subsídios sem despesa atribuída

O detalhe das quantias relativas a subsídios recebidos antecipadamente ou sem despesa reconhecida é como segue:

	2021	2020
OE PIDDAC	2.261.176	2.261.176
Accessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões	1.277.561	1.162.924
Terminal de Cruzeiros	207.805	-
Plataforma Logística	143.579	-
Outros subsídios	5.923	82.500
Total	3.948.574	4.324.755

Gastos e rendimentos

27. Rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

	Nota	2021	2020
Vendas e serviços prestados	27.1.1	52.619.277	51.938.394
Subsídios à exploração	26.2	928.182	1.036.960
Trabalhos para a própria entidade		600.258	-
Outros rendimentos	27.3	13.206.177	12.098.363
Total		67.353.894	65.073.717

27.1. Rédito

Política contabilística

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos no decurso das atividades normais da Empresa. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados e às vendas de materiais. O rédito é registado pelo montante líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos. A data de reconhecimento é a data de entrega dos materiais ou a data de conclusão das prestações de serviços.

Os juros são reconhecidos pelo recurso ao método do juro efetivo e apenas quando for provável que as quantias serão efetivamente recebidas.

O rédito reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Nota	2021	2020
Vendas e prestações de serviços	27.1.1	52.619.277	51.938.394
Rendimentos suplementares	27.1.2	284.933	262.852
Rendimentos das propriedades de investimento	27.2	12.290	446.282
Juros e rendimentos similares obtidos	10.2	1.307	152
Total		52.917.807	52.647.680

27.1.1. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1).

	2021	2020
Serviços ao navio	14.712.120	14.371.683
Serviços à carga	1.839.810	1.326.449
Concessões	27.815.323	28.276.662
Fornecimentos e serviços diversos	4.550.000	4.277.243
Gestão dominial	1.522.891	1.761.564
Plataforma logística	2.179.133	1.924.793
	52.619.277	51.938.394

27.1.2. Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Serviços sociais	67.185	53.768
Formação, aluguer de instalações e outros	150.745	113.252
Outros rendimentos suplementares	67.003	95.832
	284.933	262.852

(1) Serviços sociais

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais

(2) Outros rendimentos suplementares

Rubrica composta pelas receitas de multas contratuais, juros de mora debitados a clientes e outros rendimentos.

27.2. Trabalhos para a própria entidade

Custos com benefícios de empregados realizados no desenvolvimento de ativos de investimento:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	422.307	-
Ativos intangíveis	177.951	-
Total	600.258	-

27.3. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos suplementares	284.933	262.852
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	1.032
Rendas das propriedades de investimento (i)	12.290	446.282
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis	456.407	7.317
Subsídios ao investimento (ver Nota 26.1)	6.094.974	6.184.951
Subsídios ao investimento – Imparidade	835.287	1.376.200
Ativos das concessões (ver Nota 17.2.1)	4.719.024	3.219.805
Outros rendimentos	803.262	599.924
Total	13.206.177	12.098.363

(i) Rendas das propriedades de investimento

A reclassificação dos ativos afetos à concessão Estaleiros Navais de Viana do Castelo (West Sea) na rubrica Ativos fixos tangíveis (ver Nota 2.3) reflete-se nesta natureza de rendimento. Caso a reclassificação tivesse efeito em 2020, o rendimento seria de 12.286 euros.

28. Gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos reconhecidos no resultado foram os seguintes:

GASTOS	Notas	2021	2020
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	1.418.400	1.316.054
Fornecimentos e serviços externos	28.1	13.896.815	13.162.065
Gastos com o pessoal	28.2	16.361.685	15.713.298
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		8.255	15.879
Provisões (aumentos/reduções)	18	(18.422)	(2.769.238)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(596)	(2.274)
Outros gastos	28.3	5.505.533	2.886.384
Gastos de depreciação e de amortização	28.4	25.843.103	25.319.507
Imparidade de investimentos	8	(2.096.313)	273.764
Juros e gastos similares suportados	14.3	345.338	428.507
		61.263.798	56.343.946

28.1. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Subcontratos	1.439.162	1.072.449
Serviços especializados	8.222.968	7.649.370
Materiais	89.493	93.557
Energia e fluidos	2.129.670	2.134.149
Deslocações e estadas	29.665	32.116
Serviços diversos	1.985.857	2.180.424
Total	13.896.815	13.162.065

28.2. Gastos com o pessoal

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era o seguinte:

	2021	2020
Número médio de trabalhadores	275	266

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	285.427	338.706
Remunerações do pessoal	12.371.914	11.619.251
Benefícios pós-emprego	72.158	100.908
Pensões	72.158	100.908
Encargos sobre remunerações	2.811.782	2.731.129
Seguros	198.987	190.350
Gastos de ação social	434.095	490.275
Outros gastos	171.513	217.481
Total	16.361.685	15.713.298

As rubricas, relativas a remuneração, incluem o montante de 354 mil euros relativo ao prémio de desempenho de 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2021	2020
Conselho de Administração	273.763	309.987
Conselho Fiscal	48.987	42.537
Revisor Oficial de Contas	16.400	15.600
Total	338.350	368.124

28.3. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica *Outros gastos* apresenta a seguinte composição:

	Notas	2021	2020
Comparticipação AMT/DGRM	(i)	2.183.968	2.170.266
Impostos e taxas	(ii)	129.836	198.846
Perdas em investimentos		58.804	42.354
Correções relativas a períodos anteriores		96.417	57.523
Donativos		179.635	295.720
Quotizações		101.038	55.075
Imparidade dos subsídios de investimento	(iii)	2.467.511	-
Outros gastos		288.324	66.600
Total		5.505.533	2.886.384

(i) Participação para AMT e DGRM

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

(ii) Impostos e taxas

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

(iii) Imparidade dos subsídios de investimento

Quantia relativa à reversão da imparidade dos subsídios de acordo com a amortização do subsídio (imputação a resultados).

28.4. Gastos de depreciação e de amortização

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Notas	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	5	20.692.699	20.409.039
Propriedades de investimento	6	4.053	201.723
Ativos intangíveis	7	5.146.351	4.708.745
Total		25.843.103	25.319.507

Outras notas

29. Encargos de caráter ambiental

Política contabilística

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

29.1. Movimentos no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021		2020	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Monitorização do ar, água e ruído	-	39.840	-	-
Acumulador solar	-	9.728	-	-
Equip. p/ recolha de resíduos	-	29.043	-	-
Estrutura autoportante na Doca 2 Sul	-	-	-	23.399
Materiais e serviços externos	101.251.	-	82.644	-
Gastos de depreciação	175.393	-	196.211	-
Total	276.644	78.611	278.855	23.399

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

30. Locações

Política contabilística

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de

compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

30.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Gastos do exercício	190.009	193.197

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	2021	2020
Até 1 ano	101.053	141.702
Entre 1 e 5 anos	97.923	83.154
Total	198.976	224.856

31. Responsabilidades por garantias prestadas

31.1. Garantias reais prestadas a terceiros

Em outubro de 2004, a APDL foi notificada pela Repartição de Finanças de Matosinhos, da existência dum processo de execução fiscal instaurado pela Caixa Geral de Aposentações, no montante inicial de 267 957 euros, referente ao cálculo dos encargos com pensões e respetivos juros de mora com trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado, que nos são imputados, mas que não são aceites pela APDL.

O processo de execução fiscal foi já impugnado pelos nossos advogados e para efeitos de suspensão da execução foi dada como garantia de pagamento um prédio urbano em Leça da Palmeira, registado na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos com o n.º 02451/110402, onde estão instalados os nossos Serviços de Pilotagem.

31.2. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a APDL tinha as seguintes garantias:

	2021	2020
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.000	275.000
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	9.129	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçalves	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações de terrenos para Acesso Rodoviário ao Porto de Viana do Castelo	1.645.523	1.645.523
Indemnizações por expropriações de terrenos necessários à obra do Parque de Pesagens do Porto de Leixões	-	426.459
Indemnizações por expropriações de terrenos necessários à obra do Centro Inspectivo do Porto de Leixões	-	2.101.873
Total	2.259.990.	4.788.322

32. Garantias prestadas por terceiros

32.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2021	2020
Garantias depósito	436.172	364.955
Apólices de seguro-caução	952.884	1.023.939
Garantias bancárias	28.357.455	12.981.938
Total	29.746.511	14.372.852

32.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas eram como segue:

	2021	2020
Garantias bancárias	8.057.528	8.423.786
Apólices de seguro-caução	912.663	950.059
Garantias depósito	150.863	150.866
Garantias em numerário	579.557	595.324
Total	9.700.610	10.120.035

33. Eventos subsequentes

Política contabilística

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 9 de junho de 2022, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

O processo judicial relativo ao pagamento de encargos com pensões à Caixa Geral de Aposentações (CGA) teve um desfecho favorável à APDL pela decisão do Supremo Tribunal Administrativo, de 10 de fevereiro de 2022. A APDL reconheceu o montante de 627 mil euros nos rendimentos do exercício.

Relativamente à invasão e guerra na Ucrânia não são esperadas consequências relevantes na atividade e contas da Empresa.

A Contabilista Certificada,

**GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE
GOVERNO SOCIETÁRIO**

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Síntese (Sumário Executivo)	X				6	
II	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X		X		7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		8	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		X		9	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		10	
III	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		10	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X				10	
3.	Acordos parassociais	X				10	Não existem
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X		11	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		11	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X				11	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X				11	Não aplicável
V	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Modelo de Governo						
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X		X		11	
B.	Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	X		X		12	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X				12	Não aplicável
C.	Administração e Supervisão						
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		12	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
2.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		12	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do CA	X				13	Não aplicável
4.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		13	
5.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade	X				14	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas	X				14	Não aplicável
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X		15	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		18	
D. Fiscalização							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	X		X		19	
2.	Composição do órgão de fiscalização	X		X		19	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		19	
4.	Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de auditor externo	X		X		21	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		21	
6.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		22	
7.	Funcionamento da fiscalização	X		X		22	
E. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X		23	
2.	Indicação das limitações, legais e outras	X		X		23	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo	X		X		24	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade	X		X		24	
F.	Conselho Consultivo						
1.	Composição	X				24	Não aplicável
G.	Auditor Externo						
1.	Identificação	X				24	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação	X				24	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados	X				25	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	X				25	Não aplicável
VI.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		X		25	
2.	Meios e Política de comunicação de irregularidades	X		X		25	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas	X		X		25	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou Sistema de Gestão e Controlo Risco	X		X		26	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X		26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X		27	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		27	
6.	Identificação principais tipos de riscos	X		X		27	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		28	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade	X		X		29	
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X		30	
2.	Existência Código de Ética	X		X		39	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para prevenir fraudes internas e externas, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		39	
D. Deveres Especiais de Informação							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		40	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		41	
E. Sítio de Internet							
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	X		X		41	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral							
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		41	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	X		X		42	
VII Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração	X		X		42	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		42	
3.	Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		X		43	
B. Comissão de Fixação de Remunerações							
	Composição	X		X		43	
C. Estrutura das Remunerações							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		43	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X				44	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X				44	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X				44	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	X				44	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões	X				44	Não existe qualquer situação deste tipo na empresa
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		44	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo	X				45	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	X				45	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X				45	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da entidade	X		X		45	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		45	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				46	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações	X		X		46	
IX	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		47	
2.	Políticas prosseguidas	X		X		48	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		49	
X	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		56	
2.	Outras informações	X		X		56	
XI	Anexos ao RGS						
1.	Demonstração não financeira referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno	X				58	Não aplicável
2.	Ata da reunião do CA de aprovação do RGS	X				59	
3.	Relatório do CF	X		X		61	
4.	Declarações art.º 52.º do RJSPE	X		X		64	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
5.	Ata da reunião da AG, DUE ou Despacho com a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas	X				75	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1 – Objetivos de Gestão

- a) O acionista Estado não fixou objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2020-2022.
- b) Conforme o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2021-2023), que foi submetido e aprovado pelo acionista, quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, foi a seguinte para o ano 2021:

Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2021	
	Previsão	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	49 837	39 117
Cash-Flow (em 1 000 €)	25 050	28 790
Margem EBITDA (em %)	40,53%	55,41%
Margem EBIT (em %)	10,39%	12,23%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	1,01%	1,59%
ROACE (em %)	0,90%	1,41%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)

(Produção = Rendimentos Operacionais)

Cash-Flow = Resultado Líquido + Depreciações

Margem Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos / Prestação de Serviços

EBIT = Resultado Operacional

Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultado Líquido/Capitais Próprios

ROACE = (EBIT – Imposto sobre o Rendimento) / (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2021	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,77	0,76
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,23	0,27
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	3,31	3,23
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	1,68	1,28

Indicadores de Investimento

Investimento total

Indicadores de Investimento	2021		
	Previsão	Real	Grau de execução
Investimento total (em 1 000 €)	71 112	52 367	73,6%

Detalhe dos principais investimentos

Un: euros

Ação	Investimento / Projeto	PAO 2021 (em 1.000€)	Real 2021 (em 1.000€)	Desvio	Observações
03 - Melhoria das Condições Operacionais do Terminal Petroleiro	P-TPL001.01 - Viaduto Terminal de Petroleiros	3 314	1 877	- 1 437	Na sequência do atraso no fabrico e montagem do cimbre necessário para a betonagem do tabuleiro, bem como, do facto de a obra ter decorrido durante a prevalência da pandemia da COVID-19, que afetou a disponibilidade de mão de obra, do empreiteiro, sub-empreiteiros e fornecedores, não foi possível atingir os rendimentos de trabalho planeados inicialmente. Assim, houve um impacto significativo na execução do Projeto durante o ano de 2021.
04 - Projeto da Portaria Principal	P-ACE027 - Implementação sistema de pesagens Convenção SOLAS	2 044	1 352	- 692	A área de implantação do Projeto foi alvo de um Processo de Expropriação dos terrenos, que não foi possível de concluir antes da assinatura do Contrato da Empreitada. Ainda assim, procedeu-se a uma Consignação Parcial dos locais de execução dos trabalhos, não tendo sido possível, no entanto, evitar um atraso em relação ao inicialmente estimado.
15.04 - Trem naval	P-FNA009 - Aquisição de Rebocadores	13 600	11 525	- 2 075	O Concurso Limitado por Prévia Qualificação, internacional, lançado em agosto de 2020, resultou na assinatura do contrato com o fornecedor em junho de 2021, e o contrato foi objeto de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas. Com um prazo de entrega de 266 dias, a conclusão desta aquisição, e consequente execução total do contrato, deverá apenas ser possível de ocorrer no primeiro semestre de 2022.
15.08 - Implementação de Centro Inspetivo	P-SEG035.01 - Construção do Centro Inspetivo	579	22	- 557	Apesar de o Projeto de Execução ter sido concluído no final de 2020, avançou-se com a posterior adjudicação da aquisição de serviços para revisão do Projeto. Esta fase envolveu análise por parte dos projetistas, mas também pelo dono de obra, com o objetivo de conferir ao projeto uma "maior fiabilidade e, por consequência, aumentar a respetiva qualidade e minimizar o risco de acidentes e incidentes e desvios, tanto no custo como no prazo, na obra a realizar". Esta situação originou algum atraso no lançamento do Procedimento para adjudicação da empreitada, que não pôde iniciar em 2021.
	P-SEG035.02 - Aquisição de terrenos p/ Centro Inspetivo	1 315	674	- 608	O Processo expropriativo pôde, em 2020, ser realizado de forma mais célere do que o previsto, permitindo que alguma verba, inicialmente prevista e aprovada para 2021, não fosse necessária.
15.09 - Reforços e estabilização de Cais	P-SEG030 - Estabilização do cais Doca 4Sul (TCS)	2 757	1 314	- 1 443	Foi possível dar como concluída a obra de estabilização e correção do muro-cais em blocos da D4S, em 2021, tendo a respetiva receção provisória ocorrido em 30 de junho. No decorrer da empreitada foi decidida uma supressão de trabalhos, resultando em Trabalhos a menos no valor de 1 086 112, 89€, à proposta adjudicada.
28 - Novo Terminal de Contentores	P-TCO001.02 - Melhoria das Acessibilidades Marítimas	19 868	15 344	- 4 524	Após comunicação da Decisão Final, no Processo de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, no final de 2020, a execução física dos trabalhos iniciou no segundo trimestre de 2021, e constatou-se a necessidade de adaptar alguns processos construtivos à realidade do local, que resultaram em algum atraso na execução da Obra.
104 - Melhoria da Navegabilidade no Porto	P-ACM013 - Aprof. anteporto e do canal de acesso estaleiros navais e cais do Bugio	11 351	8 768	- 2 583	O ritmo de execução em 2020, permitiu antecipar parte da execução prevista, e aprovada, para 2021. A intervenção ficou concluída no final de julho de 2021.
203 - Operacionalidade e Segurança da VND	P-SEG026 - Lanternas Balizagem e Georeferenciação	200	770	+ 570	Com o intuito de garantir melhores condições de navegabilidade à VND, foi possível canalizar verbas para se poder avançar mais rápido com este investimento, em detrimento de alguns outros investimentos que, entretanto, atrasaram o seu processo de adjudicação no Mercado.

Indicadores de Recursos Humanos

Quadro de pessoal	2021	
	Previsão	Real
Número total de RH (O.S.+ Dirigentes+ Efetivos)	288	282

Nível de Endividamento

Nível de Endividamento	2021	
	Previsão	Real
Endividamento total (em 1 000 €)	29 966	14 560

- c) Não aplicável, atendendo que a APDL não integra o perímetro de consolidação das administrações públicas.

2 - Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro.

Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2018 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2019, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano até novembro de 2021). A taxa de juro fixa foi revista para 0%, com efeitos no pagamento semestral de maio de 2022;
- Linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Encargos Financeiros (€)	555.722	565.500	555.500	565.389	535.361	515.336	483.698	502.327	428.507	345.338
Taxa Média de Financiamento	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%

3 – Limite do Acréscimo do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada exclusivamente pela variação do endividamento, dado que não se verificaram quaisquer realizações de capital, pelo que os montantes do Financiamento Remunerado (FR):

Unid: 1000 euros

Passivo Remunerado	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ €	Δ %
Financiamentos obtidos										
Passivo não corrente	19.560	18.660	17.720	16.740	15.720	14.660	13.560	12.420	-1.140	-8,41%
Passivo corrente	440	900	940	980	1.020	1.060	1.100	1.140	40	3,64%
Total Passivo Remunerado	20.000	19.560	18.660	17.720	16.740	15.720	14.660	13.560	-1.100	-7,50%

$$\text{Variação do Endividamento} = ((13.560.000 - 14.660.000) + 0 + 0 + 0) / (14.660.000 + 0 + 0 + 0) = -7,50\%$$

4 - Prazo Médio de Pagamento a fornecedores

- a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

PMP	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Unid: dias	
	2020	2020	2020	2020	2021	2021	2021	2021	Δ 2021 vs 2020	%
PMP a Fornecedores	32	24	27	30	29	37	36	26	0	-13,,3%

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2022 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor líquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Prazo de pagamento em dias
DREDGING INTERNATIONAL NV	914.760,78 €	01/12/2021	11/01/2022	13/01/2022	2
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E	555.761,97 €	23/12/2021	11/01/2022	03/02/2022	23
TECNOVIA-SOC.DE EMPREITADAS, SA	286.535,58 €	23/12/2021	11/01/2022	03/02/2022	23
Total	1.757.058,33 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data emissão de 2021 e com receção na APDL em janeiro e fevereiro de 2022, no montante total de 5.370.389,38€, conclui-se que a APDL apresenta em dezembro de 2021, o Prazo Médio de Pagamento de 26 dias.

- a) Mapa da posição a 31/12/2021 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contem linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades. Nos primeiros meses de 2022, as situações de mora há menos de 90 dias foram regularizadas pelo respetivo pagamento.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento se mantêm em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69 € da Dourocais (a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2021 deve à APDL o montante de 6.082.877,56 €).

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	465.349,77	0,00	0,00	0,00	55.863,84

5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na última Assembleia Geral de 28 de janeiro de 2022 o representante do Acionista não emitiu quaisquer recomendações.

6 - Remunerações

Esta informação consta do Apêndice 1.

7 - Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	80	960,00	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	80	960,00	
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80	742,45	

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	486,43	3 378,81	2 218,35	5 597,16	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	389,15	2 704,37	998,10	3 702,47	
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	389,15	2 779,10	633,40	3 412,50	

8 - Despesas não documentadas

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

9 - Relatório sobre remunerações

A APDL divulga o relatório sobre remunerações, conforme de termina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, em:

<http://www.apdl.pt/governo-sociedade> do qual apresenta em seguida o resumo.

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinadas, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

Historicamente, o setor portuário está mais vocacionado para homens, é natural que, ainda hoje, os colaboradores mais antigos, e por isso melhor remunerados nas respetivas carreiras, sejam homens.

Por outro lado, é de referir que sendo os serviços operacionais ligados à atividade marítima tradicionalmente ocupados por homens, designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros, e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais, designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são mais elevados do que das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 32,4 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual por Categoria Profissional	Mulheres	Homens
Quadros superiores	43 866,18	58 383,61
Quadros médios	42 206,59	54 096,05
Quadros intermédios		39 350,17
Profissionais altamente qualificados	26 396,83	30 464,22
Profissionais semi-qualificados		27 321,64
Profissionais não qualificados	18 772,05	24 556,70

*Média do total das remunerações anuais

10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A revisão ao plano de prevenção de riscos, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, é realizada pelo menos numa base anual, mediante a alteração do *status* das medidas de mitigação nele constantes ou inserção de novas medidas, face ao nível de concretização/implementação da respetiva Unidade Orgânica Responsável pela implementação, de forma a controlar os riscos identificados em cada ação. A natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais demorado de implementação na estrutura interna, por vezes associadas a projetos específicos ou mais amplos, enquanto outras e como alternativa a custos de operacionalização, são substituídas por controlos suplementares.

O plano de prevenção da corrupção e infrações conexas, revisto no ano de 2021 e aprovado em 2022, está disponível no portal da APDL em: <http://www.apdl.pt/gestao-de-risco>

11 - Contratação Pública

Esta informação consta do Apêndice 2.

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual.

Durante o ano de 2021 foram celebrados 2 contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€, designadamente os contratos de Empreitada de Dragagem do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Empreitada do Prolongamento do Quebra-Mar Exterior e das Acessibilidades Marítimas do Porto de Leixões, tendo os mesmos sido submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas.

Em 2021 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos¹:

- 4 Concursos Públicos;
- 6 Concursos Limitados por Prévia Qualificação;
- 157 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos), dos quais 96 foram Ajustes Diretos, 60 foram Consultas Prévias e 1 foi Acordo Quadro;
- 6 Ajustes Diretos; e
- 4 Consultas Prévias.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 28 contratos na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2021 foi tramitado 1 (um) processo de

¹ Nos termos do CCP não é obrigatório o lançamento de Ajustes Diretos e Consultas Prévias através de Plataforma Eletrónica

contratação centralizada de fornecimento de energia elétrica e de gás natural e com recurso ao Acordo Quadro.

13 - Medidas de Redução de Gastos Operacionais

A evolução dos gastos do Plano de Redução de Custos (PRC) da empresa pode ser aferida no quadro seguinte, permitindo quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho.

Na sequência do Despacho n.º 1244/2019 SET de 14 de outubro de 2019, foi autorizada a utilização de um novo indicador, proposto pela empresa, para analisar a evolução da sua Eficiência Operacional.

Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios, conforme previsto nas IEIPGs 2021 e no DLEO 2019, ajustando os FSE da seguinte forma:

- anualizando o efeito das dragagens para um ciclo de 6 anos e;
- desconsiderando alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:
 - o gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente participados por Orçamento de Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários,
 - o gastos de exploração relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Adicionalmente, foram tidas em consideração as instruções constantes do ponto 3.1 do Despacho n.º 395/2020 – SET de 27.07.2020, ou seja, expurgando dos gastos operacionais as despesas relacionadas diretamente com a pandemia SARS-Cov2, as quais atingiram, cerca de 88,6 mil euros.

PRC	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	18 513	20 874	21 201	24 516	-2 688	-13%	-6 003	-24%
(1) CMVMC	1 418	1 594	1 316	1 475	102	8%	-57	-4%
FSE	13 897	13 428	13 162	13 215	735	6%	682	5%
a) Efeito anualização das Dragagens	-238	75	-537	-7	298	-56%	-231	3305%
b) Efeito Gastos das UNs deficitárias participados por OE ou FC	847	1 105	946	899	-99	-10%	-52	-6%
c) Efeito Gastos ocasionais de elevado montante	4	0	31	263	-26	-86%	-258	-98%
(2) FSE considerando efeitos a), b) e c)	13 284	12 249	12 722	12 061	562	4%	1 223	10%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	16 007	16 387	15 713	15 515	294	2%	492	3%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	-	0	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	0	0	0	0	0	-	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação do IRCT	0	0	0	0	0	-	0	-
(4) Gastos com pessoal para efeitos de apuramento do rácio da Eficiência Operacional	16 007	16 387	15 713	15 515	294	2%	492	3%
(5) Impactos da pandemia Covid-19 nos gastos operacionais	89	250	248	0	-159	-64%	89	-
Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	30 710	30 230	29 751	29 051	958	3%	1 659	6%
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	30 621	29 980	29 503	29 051	1 118	4%	1 570	5%
(7) Volume de negócios (VN) ^{b)}	52 619	51 509	51 938	55 587	681	1%	-2 968	-5%
(7.i) Perda de receita associada à pandemia Covid-19								
(8) Volume de negócios para efeitos de apuramento da Eficiência Operacional = (7) + (7.i.)	52 619	51 509	51 938	55 587	681	1%	-2 968	-5%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	58,19%	58,20%	56,80%	52,26%	-	1,4 p. p.	-	#VALOR!
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	12	55	14	61	-2	-17%	-49	-81%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	10	30	16	23	-6	-37%	-14	-58%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	295	328	287	310	8	3%	-15	-5%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	317	413	317	394	0	0%	-77	-20%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	478	405	403	384	75	19%	95	25%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	282	288	275	268	7	3%	14	5%
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	10	0	0%	-1	-10%
N.º Cargos de Direção (CD)	14	14	14	14	0	0%	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	259	265	252	244	7	3%	15	6%
N.º Trabalhadores/N.º CD	19	19	18	17	1	3%	1	6%
N.º de viaturas	51	51	51	51	0	0%	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, considerando os efeitos referidos acima, fixou-se nos 58,19% aumentando face ao ano anterior, mas ficando ligeiramente abaixo do previsto para o ano 2021 no PAO 2021-2023 aprovado pelo acionista.

No que diz respeito ao cumprimento das orientações constantes do número 3 do artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a APDL apresentou o seguinte desempenho em 2021:

- alínea a) – aumentou os gastos com pessoal, relativamente a 2020 (+2%). No entanto, de acordo com a DUE de 12 de julho de 2021, foi autorizado o aumento de gastos com pessoal, até ao montante previsto no PAO 2021, o qual não foi alcançado (-2,3%);
- alínea b) – reduziu ligeiramente o conjunto dos gastos com deslocações, com ajudas de custo e frota automóvel, face a 2020, ficando igualmente aquém do montante previsto para o ano 2021 no PAO 2021 (-23,2%).

14 – Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias

Em cumprimento com o disposto no n.º 7 do artigo 49º do DLEO 2019, reporta-se que em 2021, a APDL aumentou os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao ano anterior (+19%), superando igualmente o previsto no PAO 2021-2023 (+18,1%), o que não permitiu o cumprimento do fixado na alínea c) do número 3 do artigo 158º do Decreto-Lei n.º 84/2019. Este facto deveu-se à necessidade de avançar com estudos preliminares relativos a portos secos e Terminais Ferroviários no valor global de 72,8 mil euros, que culminaram já com a transferência do Terminal de Mercadorias da Guarda para a jurisdição da APDL, esperando-se que em breve outros terminais ferroviários de mercadorias também sejam integrados na APDL (p.e. Leixões) e também ao estudo do Roadmap para a Descarbonização e Transição Energética do Porto de Leixões, no valor de 51,8 mil euros, que se revela crucial para o alcançar da meta de neutralidade carbónica até 2035. Expurgando, estas despesas não previstas, o valor despendido pela empresa em 2021 em Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias atingiu os 353,7 mil euros, o que permitiria o cumprimento da redução face ao ano anterior e previsto para 2021 no PAO 2021-2023.

15 - Princípio da Unidade de Tesouraria

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Face ao disposto no número 5 do artigo 160º do Decreto-Lei nº 2/2020 de 31 de março (LOE), e na ausência do decreto-lei de execução orçamental do ano, a APDL, ao abrigo do atual número 5 do artigo 115º do Decreto-Lei 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o número 3 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, solicitou a dispensa parcial do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2020 e 2021, no sentido de ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através da Informação n.º 1880/2020 de 31 de dezembro de 2020.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2021:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANCO BPI, SA	77.112	82.299	403.917	106.170
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	226.475	114.730	600.431	1.447.338
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	20.921	5.546	298.570	54.943
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	71.910	14.507	28.950	42.302
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	191.626	14.244	424.893	86.488
NOVO BANCO, SA	705.119	823.778	1.741.732	242.055
TOTAL	1.293.163	1.055.105	3.498.493	1.979.296
Juros auferidos	159	0	0	0

16 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Em 2019 houve uma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas (TdC) à APDL relacionada com a Qualidade do Ar.

Dessa auditoria, resultou um relatório em 2020 em que foi formulada a seguinte recomendação: Zelar pelo fornecimento de eletricidade ao transporte marítimo a partir da rede terrestre.

A APDL acolheu em toda a sua amplitude a Recomendação de zelar pelo fornecimento de eletricidade ao transporte marítimo a partir da rede terrestre, comprometendo-se dentro da sua missão, atribuições e competências a concretizar a Recomendação que lhe foi dirigida.

Nesse sentido desenvolveu, de fevereiro a novembro de 2021, o que designou por “Roteiro de Transição Energética do Porto de Leixões para a Neutralidade Carbónica”. Neste Roteiro está planeado um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, com vista à descarbonização das atividades, designadamente através da instalação de Sistemas de Abastecimento Onshore Power Supply (OPS), através da eletrificação dos cais / terminais até 2035 estando, contudo, a sua implementação condicionada pela construção de uma nova Subestação de Alta Tensão e pelo upgrade da Rede Média Tensão de distribuição de energia pelo porto, estando estas ações também planeadas.

17 - Informação divulgada no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Anexo 2
	S/N/N.A.	Data Atualização	Comentários
Estatutos	S	Atualizado à data do presente documento	
Caraterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares e dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos PBG	S		
Código de Ética	S		

Apêndice 1

Mesa da Assembleia-geral

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2020/2022	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal	575	575
2020/2022	Secretário	Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos	375	375

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2020, não houve AG da APDL, tendo apenas ocorrido em 28/01/2022, tendo sido pagas as respetivas senhas de presença.

Conselho de Administração

Mandato (início/fim)	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2020/2022	PRESIDENTE C.A.	Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2
2020/2022	VOGAL C.A.	Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2
2020/2022	VOGAL C.A.	Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	01/07/2020	Não	N/A	APDL, S.A.	2

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	Identificar	Identificar	[Público / Privado]
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	-	-	-
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	-	-	-
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	-	-	-

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	B	4 864,34	1 945,74
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	B	3 891,47	1 556,59
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	3 891,47	1 556,59

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 27 de fevereiro.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	91 449,64	0	91 449,64	6 895,16	84 554,48
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	73 159,66	0	73 159,66	3 658,04	69 501,62
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	73 159,66	0	73 159,66	3 658,04	69 501,62

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
Nome	Valor diário	Montante pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	11,00	2.497,00	Seg. Social	20 759,38	785,01	0	Apoios Sociais	382,5
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	11,00	2.585,00	Seg. Social	17 177,42	1 138,26	0	Apoios Sociais	81,25
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	11,00	2.739,00	CGA	17 164,50	0	0	Apoios Sociais	690,00

Notas:

1 -Deliberação n.º 88/2020 de 12/03 do Conselho de Administração. O Conselho, ao abrigo do disposto n.º 4 do artigo 55.º da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, deliberou aprovar a atualização do subsídio de alimentação em €1,00, com efeitos a 1 de outubro de 2019, passando o mesmo a ter o valor de €11,00.

2- Apoios Sociais - Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	N	47 285,12	Renting	2017	2022	828,22	9 938,64	3
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	S	N	38 382,83	Renting	2018	2022	643,71	7 724,52	7
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	N	38 382,83	Renting	2018	2022	659,46	7 913,52	7

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gastos total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	3 752,79	1 340,03	720,00	n/a	0	5 812,82
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva	3 576,28	1 667,10	855,00	n/a	0	6 098,38
Dra. Cláudia de Amorim Castro Soutinho	2,95		100,00	n/a	0	102,95

Fiscalização

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2020/2022	PRESIDENTE C.F.	Dra Ana Alexandra Filipe Freitas	DUE	30/07/2020	1 362,01	1
2020/2022	VOGAL C.F.	Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	DUE	30/07/2020	1 021,51	2
2020/2022	VOGAL C.F.	Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	DUE	30/07/2020	1 021,51	1
2020/2022	VOGAL SUPLENTE	Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	DUE	30/07/2020	Não Remunerado	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dra Ana Alexandra Filipe Freitas	19 068,28	953,54	18 114,74
Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	14 301,14	715,12	13 586,02
Dr. Daniel Filipe Moreira Lopes	14 301,14	715,12	13 586,02
Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas	Não Remunerado	Não Remunerado	0,00

ROC/FU

Mandato (início-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Registo CMVM	Forma (1)	Data Contrato		
2017-2019	ROC	BDO & ASSOCIADOS - SROC, Lda	29	20161384	DUE	17/01/2018	0	0
2017-2019	ROC Suplente	KPMG & ASSOCIADOS – SROC, S.A.	189	20161489	DUE	17/01/2018	0	0

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2020 (€)			Valor anual serviços adicionais (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA	15 600,00	0	15 600,00	n.a.	15 600,00	0	15 600,00

Nota:1 Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Nota 2 Aos honorários do ROC acrescem as despesas das taxas de serviços de supervisão, as despesas de comunicação e deslocação e outras incorridas no âmbito da prestação de serviço.

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais – 2021	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão			X		No mandato 2020-2022, não foram fixados pelo acionista Estado, objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração da APDL. No entanto, apesar de não terem sido fixados objetivos de gestão, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido e aptovado pelo acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, cuja execução se apresenta no ponto 1 - Objetivos de Gestão do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
Metas a Atingir constantes do PAO 2021					
Princípios financeiros de referência					
Investimento	X			73,6%	O grau de execução do investimento previsto para 2021 foi de 73,6%, o que se deveu principalmente a atrasos nos investimentos relacionados com a Melhoria das Acessibilidades ao Porto de Leixões.
Gastos com pessoal	X			-2,3%	Os gastos com pessoal aumentaram relativamente a 2020 (+2%). No entanto, de acordo com a DUE de 12/07/2021, foi autorizado o aumento de gastos com pessoal, até ao montante previsto no PAO 2021, o qual não foi alcançado (-2,3%)
Etc.					
Grau de cumprimento do orçamento carregado no SIGO/SOE			X	% de cumprimento	

Cumprimento das Orientações legais – 2021	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	<p>A APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro. Até ao final de 2019 não se concretizou nenhum desembolso adicional.</p> <p>Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com mais uma fonte de financiamento (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração) assegurada por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • empréstimo do Banco Europeu de Investimento no valor de 70 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro desembolso no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano, recentemente revista para 0%. Antes da concretização do pedido, a APDL ainda avaliou a hipótese de contratação de um instrumento de gestão do risco financeiro (IGRF) para cobertura da taxa de juro de financiamento do BEI, mas como o regime de taxa que veio a ser estabelecido foi o de taxa fixa, optou-se por não negociar nenhum instrumento de gestão de risco; • uma linha de financiamento Banco BPI, S.A. no valor de 17,5 milhões de euros, com uma taxa de juro variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 0,7%.
Limites de Crescimento do Endividamento			X	Não aplicável	<p>Em 2011 a APDL contraiu um empréstimo junto do BEI até EUR 70 milhões para financiar investimentos estruturantes para desenvolvimento da atividade do Porto de Leixões, abrangendo a Construção da Plataforma Logística e do novo Terminal de Cruzeiros e ainda a aquisição de 2 Rebocadores de 60 tons. de tração. O empréstimo foi autorizado pelo Estado Português, enquanto acionista único da APDL, SA. Tendo apenas efetuado um desembolso de 20 milhões de euros em outubro de 2011, regista-se a 31/12/2021 um saldo do Passivo de Financiamento de 13.560.000 euros.</p>
Evolução do PMP a fornecedores	X			<p>Em 2021, o PMP por trimestres foi o seguinte:</p> <p>1º trimestre - 29 dias 2º trimestre - 37 dias 3º trimestre - 36 dias 4º trimestre - 26 dias</p>	<p>A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008.</p> <p>A evolução do indicador está retratada no Capítulo IV, mantendo-se o prazo abaixo dos 40 dias.</p>

Cumprimento das Orientações legais – 2021	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2021: 521.213,61€	Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2021: 521.213,61€. A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SIRIEF, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capítulo IV - Mapa da posição a 31/12/2021 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:	X				Na última Assembleia Geral de 28 de janeiro de 2022 o representante do Acionista não emitiu quaisquer recomendações
Remunerações: Não atribuição de prémios de gestão			X	Não aplicável	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória em 2021: 11.522,65 €	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória em 2021: 2.383,78 €	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)			X	Não aplicável	
Restantes trabalhadores			X	Não aplicável	
Artigo 32º e 33º do EGP Não utilização de cartões de crédito			X	Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal			X	Não aplicável	Não existiu
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014 Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2018 e está disponível em: http://www.apdl.pt/governo-sociedade	Este relatório para 2021 está a ser elaborado e será brevemente publicado no link.
Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção Elaboração e divulgação do relatório anual	X			http://www.apdl.pt/gestao-de-risco	
Contratação Pública Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas Contratos submetidos a visto prévio do TC	X X		X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo, na sua versão atual. Durante o ano de 2021 foram celebrados 2 contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€, designadamente os contratos de Empreitada de Dragagem do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Empreitada do Prolongamento do Quebra-Mar Exterior e das Acessibilidades Marítimas do Porto de Leixões, tendo os mesmos sido submetidos a visto prévio do TC.
Auditorias do Tribunal de Contas Recomendação 1	X				Nos 3 anos anteriores não existiram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas
Parque Automóvel Nº de viaturas	X				+0 O número de viaturas total afeto à Frota Automóvel da APDL manteve-se em 51 (cinquenta e uma) viaturas.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			ver ponto 13	Atendendo ao exposto no ponto 13 a APDL apresentou em 2021 o cumprimento da evolução do rácio da Eficiência Operacional relativamente ao estimado para 2021 no PAO 2021-2023.
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias	X			ver ponto 14	Em cumprimento com o disposto no n.º 7 do artigo 49º do DLEO 2019, reporta-se que em 2021, a APDL aumentou os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 73,4 mil euros (+18,1%) face ao fixado para o ano 2021 no PAO 2021-2023 aprovado.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013) Disponibilidades centralizadas no IGCP Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial	X			97,44% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2021	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de <i>homebanking</i> do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitado em 2020 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através da Informação n.º 1880/2020, de 31 de dezembro de 2020 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., para os anos de 2020 e 2021

Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X	
---	--	--	---	--

ANEXOS

Abreviaturas

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
AICEP	AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL
APDL	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S. A.
APLOG	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LOGÍSTICA
APP	ASSOCIAÇÃO DOS PORTOS DE PORTUGAL
BEI	BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
CEDIC	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO
CEF	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY</i>
CEF – T	<i>CONNECTING EUROPE FACILITY- TRANSPORT</i>
CGA	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
CIIMAR	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL
CIRC	CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS
CLPQ	CONCURSO LIMITADO PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
CNC	COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
CPC	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
CPLP	COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DIM	<i>DIREÇÃO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO</i>
DIW 2020	DOURO INLAND WATERWAY 2020
EBIT	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST AND TAXES</i>
EBITDA	<i>EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION</i>
e-Impact	<i>E-FREIGHT IMPLEMENTATION ACTION</i>
GT	ARQUEAÇÃO BRUTA (<i>GROSS TONNAGE</i>)
IAPMEI	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO
IGCP	AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA
IHT	ISENÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO
IP	INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.
JUL	JANELA ÚNICA LOGÍSTICA
JUP	JANELA ÚNICA PORTUÁRIA
LSW	<i>LOGISTIC SINGLE WINDOW</i>
MAR	MODELO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
MIE	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA
MIE-T	MECANISMO INTERLIGAR EUROPA - TRANSPORTES
PAO	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO
PLPL	PLATAFORMA LOGÍSTICA DO PORTO DE LEIXÕES
PREVPAP	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS
PVC	PORTO DE VIANA DO CASTELO
RIS	RIVER INFORMATION SERVICES
RJTFP	REGIME JURÍDICO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
SDL	SILOS DE LEIXÕES
SGQ	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
SNCP	SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SST	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
TCGL	TERMINAL DE CARGA GERAL E GRANÉIS DE LEIXÕES, SA
TCL	TERMINAL DE CONTENTORES DE LEIXÕES, SA
TCN	TERMINAL DE CONTENTORES NORTE
TCS	TERMINAL DE CONTENTORES SUL
TEU	<i>TWENTY-FOOT EQUIVALENT UNIT</i>

Abreviatura	DESIGNAÇÃO
VCP	VIA DE CINTURA PORTUÁRIA
VND	VIA NAVEGÁVEL DO DOURO
VTs	<i>VESSEL TRAFFIC SERVICES</i>
VUC	VALOR DE USO CONTINUADO

Índice de tabelas – Relatório de Gestão

Principais Indicadores.....	7
Navios Entrados e Arqueação Bruta.....	11
Movimento Total.....	11
Porto de Leixões: Movimento Geral de Mercadorias.....	11
Porto de Leixões: Origem e Destino da Carga.....	12
Porto de Viana do Castelo: Movimento Geral de Mercadorias.....	13
Porto de Viana do Castelo: Origem e Destino da Carga.....	13
Movimento por Tipo de Carga.....	14
Porto de Leixões: Movimento de Mercadorias por Setores Operacionais.....	15
Porto de Leixões: Tipos de Movimento.....	15
Porto de Leixões: Carga Geral Fracionada.....	16
Porto de Leixões: Carga Contentorizada.....	17
Porto de Leixões: Tráfego Roll-On/ Roll-Off.....	17
Porto de Leixões: Granéis Sólidos.....	18
Porto de Leixões: Granéis Líquidos.....	18
Porto de Leixões: Granéis Líquidos.....	19
Porto de Leixões: Movimento de Contentores.....	19
Porto de Leixões: Movimento de Contentores Por Dimensão.....	19
Movimento de contentores por cais/terminal.....	20
Porto de Viana do Castelo: Movimento de Mercadorias.....	20
Movimento de Passageiros no Porto de Leixões.....	21
Movimento de Pescado.....	21
Navios Comerciais.....	22
Movimento de Mercadorias nos Portos do Douro.....	22
Movimento de Passageiros no Tráfego Fluvial.....	22
Investimento global.....	41
Investimento no Porto de Leixões.....	41
Investimento no Porto de Viana do Castelo.....	43
Investimento na Via Navegável do Douro.....	44
Fontes de Financiamento.....	45
Demonstração de Resultados.....	46
Demonstração de Resultados por Unidade de Negócio.....	47
Vendas e Serviços Prestados.....	48
Vendas e Serviços Prestados – Porto de Leixões.....	49

Vendas e Serviços Prestados – Porto de Viana do Castelo.....	50
Vendas e Serviços Prestados – Via Navegável do Douro.....	51
FSE, CMVMC e Gastos com o Pessoal.....	52
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Leixões.....	53
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Viana do Castelo.....	54
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Via Navegável do Douro.....	55
Outros gastos operacionais	56
Situação patrimonial.....	58
Indicadores Financeiros.....	59